



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL – PPGHB

KARITHIANE KARITHIÚCE HAFFIZZA MILL MEDEIROS LUSTOSA

PERCURSOS HISTÓRICOS DE DOMINGOS DE FREITAS SILVA:
Política, Religião e Educação no Piauí do século XIX
(1822-1870)

TERESINA
2016

KARITHIANE KARITHIÚCE HAFFIZZA MILL MEDEIROS LUSTOSA

**PERCURSOS HISTÓRICOS DE DOMINGOS DE FREITAS SILVA:
Política, Religião e Educação no Piauí do século XIX
(1822-1870)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Johny de Santana Araújo

TERESINA
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

L968p Lustosa, Karithiane Karithiúce Haffizza Mill Medeiros.
Percurso histórico de Domingos de Freitas Silva: Política,
Religião e Educação no Piauí do século XIX (1822-1870) /
Karithiane Karithiúce Haffizza Mill Medeiros Lustosa. – 2016.
121 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Johny de Santana Araújo.

1. Piauí - História - Século XIX. 2. Domingos de Freitas
Silva. 3. Liberalismo. 4. Iluminismo. 5. Instrução Pública. I.
Título.

981.22

KARITHIANE KARITHIÚCE HAFFIZZA MILL MEDEIROS LUSTOSA

PERCURSOS HISTÓRICOS DE DOMINGOS DE FREITAS SILVA:
Política, Religião e Educação no Piauí do século XIX
(1822-1870)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Johny de Santana Araújo (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Examinador Externo)
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Francisco de Assis de Sousa Nascimento (Examinador Interno)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Suplente)
Universidade Federal do Piauí

Teresina – PI
2016

Ao meu grande herói, pai e exemplo de moral, integridade e bondade Domingos Henrique de Melo Lustosa a quem devo o que fui, sou e serei em totalidade. A ti dedico esse trabalho e meu primeiro agradecimento, em nome das renúncias e da vida que dispensastes a mim.

AGRADECIMENTOS

Tempo Rei! Oh Tempo Rei!
Oh Tempo Rei! Transformai as
velhas formas do viver. Ensinai-me,
Oh Pai! O que eu, ainda não sei.
Mãe Senhora do Perpétuo
Socorrei!
(Tempo Rei- Gilberto Gil)

O tempo, ah! O tempo! Sobre ele refletiu o sábio filósofo Sêneca em “Cartas a Lucílio”, analisando sobre passado, presente e futuro. Apontou que “nós mostramo-nos ingratos em relação ao que nos foi dado por esperarmos sempre no futuro, como se o futuro (na hipótese de lá chegarmos) não se transformasse rapidamente em passado. Quem goza apenas do presente não sabe dar o correto valor aos benefícios da existência; quer o futuro quer o passado nos podem proporcionar satisfação, o primeiro pela expectativa, o segundo pela recordação; só que enquanto um é incerto e pode não se realizar, o outro nunca pode deixar de ter acontecido. Que loucura é esta que nos faz não dar importância ao que temos de mais certo? Mostremo-nos satisfeitos por tudo o que nos foi dado gozar, a não ser que o nosso espírito seja um cesto roto onde o que entra por um lado vai logo sair pelo outro!” Pedia ele que soubéssemos desfrutar todos os tempos, acredito que essa foi sua tentativa de dizer-nos o quanto se faz importante sabermos apreciar o lado bom de todos os tempos. Os cheiros, sejam de floral ambarino ou de poeira de manuscritos; as cores quer sejam preto e branco ou amarelo sol; as experiências, os gostos, as leituras, as vivências e as lembranças, as mudanças, as vontades e tantas outras coisas.

Há realmente muito que se aproveitar em cada tempo, verdade mesmo é que há muito tempo pra aproveitar em nossa vida, devemos apenas ser amigos dele e não esperar o tarde demais e fazer logo as pazes. Por que, é incrível a velocidade do tempo, ao ponto de que ninguém consegue captura-lo. Nem mesmo nós historiadores, que por vezes acreditamos que pela nossa proximidade, o temos sobre controle. Na realidade, é ele que nos manipula, nos molda, desenha e se apropria de nossas vidas, fazendo a tal conhecida pelos amigos de profissão: a história.

O tempo faz tudo, inclusive nada se não o tratarmos como companheiro de todas as horas. E por falar em horas, inúmeras foram embora no tempo de produção desse trabalho. O tempo ajudou-me em sua concretização e agora é chegada a hora desse esforço dedicado virar história. Nessa caminhada o tempo é o mesmo, contudo, as vezes aparece com outra

roupagem e marca de formas diferentes os momentos vividos. O tempo com os amigos do mestrado por exemplo, foi curto e sovino, não permitiu mais horas juntos pois as ocupações eram muitas. Com isso esse tempo logo foi embora e deixará uma saudade. Os amigos que compartilharam esse tempo tão importante em minha vida levarei no coração, na memória e nas histórias incríveis que conheci. Contudo, alguns levarei também dentro da minha caixa de bons sentimentos, chamada cientificamente de coração. Eles são os que partilhei as preocupações, as felicidades, as piadas e as experiências desse trajeto incrível. Da amiga Mayra levo a doçura, de Charlene levo o companheirismo, de Andreia levo a força, de Simone o exemplo, de Rafaela muitas palhaçadas, do amigo Marcelo a simplicidade da amizade e do ser e de Daniel a alegria, a sinceridade. Vocês, sempre levarei comigo, obrigada pelo tempo da gente amigos!

O tempo nesses dois anos também se mostrou lento com as vivências familiares, a estadia em Teresina me afastou física e geograficamente do prazer da companhia dos que tanto amo. No entanto, eram eles que sem saber, me davam coragem e força para permanecer pra que um dia eu pudesse saber a sensação de dar orgulho a alguém. A eles devo minha vida, minha moral e o que sou de modo integral: Minha mãe Ana Lúcia que é mãe presente e pai militante e meus irmãos Henry e Hauri que em todo o meu trajeto me ajudaram e incentivaram de todas as formas, fazendo com que a ausência de meu pai fosse diminuída, e a minha cunhada Julianna que por vezes muito ajudou no processo de seleção do mestrado e na construção do trabalho dando sempre uma “mãozinha com o inglês”: Thanks!

As contrariedades promovidas pelo tempo me trouxeram outra de suas características: a de um tempo bondoso, leve, colorido e terno que se deu quando ao lado da minha única e melhor companhia enquanto aqui estive, a de meu noivo e meu herói de todos os dias: Haroldo Luís que de um jeito ou de outro me salvara constantemente, seja com uma gargalhada, um abraço ou com um “vai dá certo, estou com você”. E de fato esteve, está e com fé no tempo e em Deus estará. Você foi o primeiro a acreditar e apostar em mim, obrigada pela presença, pelo afeto!

Agradeço as pessoas que encontrei como presentes nos espaços que transitei entre a vida de discente e de pesquisadora e que muito contribuíram nessa caminhada: Rayrana que por vezes ajudou-me com conversas informais que conseguiam deixar a relação com o mestrado ainda mais leve, tendo tornado-se uma verdadeira amiga; ao pessoal da Paróquia Nossa Senhora do Carmo na figura da minha amiga querida Conceição Veras que sempre facilitou-me o acesso aos arquivos eclesiásticos; aos funcionários do Arquivo Público do

Estado do Piauí por entender minhas fagulhas de informações e tentarem junto a mim, encontrar meu objeto. Obrigada, vocês me ajudaram a tecer essa história!

Agradeço ainda, aos meus amigos que por vezes trocaram figurinhas (fontes) do século XIX na esperança de que esse álbum fosse concluído: Frei Cristovão, Helton Filho e Milca, devo muito das interrogações que fomentaram esse trabalho a vocês, obrigada!

Sou grata a minha querida irmã lusitana e companheira de morada Diana Cruz por ter sido uma amiga presente na distração das horas em casa, abrandando a falta da família.

Agradeço humildemente ao Professor Johny Santana por ter confiado em mim e em minha pesquisa desde a entrevista no processo de seleção do mestrado, aliviando a incerteza daquele momento Obrigada pela paciência e cordialidade que nos momentos de desespero da confecção desse trabalho, fizeram toda a diferença com a sua célebre frase “tudo vai dá certo”!

Agradeço a todos os meus professores de História que desde o ensino fundamental ao superior me convenceram levemente da importância de amar e respeitar a história: Meu querido pai, o primeiro a apresentar-me histórias que até hoje levo comigo, Tia Augusta, os Professores Arimatea Ferreira, Ricardo Medeiros, Gleydson Santiago, vocês são verdadeiras referências de dedicação e compromisso à história. Foi vendo o amor de você pela história que comecei apaixonar também por ela, vocês sem dúvida são os responsáveis por essa escolha em minha vida.

De modo ainda mais especial, agradeço a meu Deus, que por ser tão generoso deu-me a vida e me concedeu desfrutar do tempo das coisas e das próprias coisas criadas por ele. Agradeço pela força, pelo conforto de pai e pela luz que diariamente reservas a mim. Sou infinitamente grata à Nossa Senhora do Carmo que abriu todos os caminhos dessa jornada que agora se finda, tendo feito com que tudo tenha dado certo. Agradeço pelo amor de mãe, pela proteção e por sempre me guiar, estar comigo e com os meus, obrigada!

Obrigada a todos vocês que lançaram fagulhas e às vezes respostas às minhas perguntas e aos que me ajudaram de outra forma, seja com palavras de incentivo, força, seja no entendimento da minha ausência, seja ainda com um abraço. Esse trabalho é coletivo e pertence um pouco a cada um!

Com a ajuda de cada ser humano e divino consegui chegar até aqui, e por fim, utilizo as palavras de Sérgio Buarque de Holanda ainda que sem intenção, expressam tão perfeitamente o momento que cada um de nós pesquisadores enfrentamos no ato de tecer a história:

O que consegui fazer, mal ou bem, não me veio como dádiva milagrosa. Veio como uma conquista gradual sobre uma fraqueza minha [...] falava e escrevia como se fosse só pra mim mesmo, sem consciência da pessoa a quem me dirigia ou de um eventual leitor. [...] Só lentamente cheguei a ter a ideia da necessidade de moldar minha linguagem e dar-lhe forma cuidadosamente. Tentei fazê-la precisa e expressiva mais do que bonita. Procurei a palavra correta, não a floreada – ou frondosa, mas a exata e incisiva. Algumas vezes isso exigiu procura longa e cuidadosa, e eu tinha que estar vigilante e atento para eliminar a inútil decoração e a redundância. Você deve ser conciso, se não por outra razão, somente porque, de outro modo, o leitor pode cansar-se de você. [...] Creio que foi Lucien Febvre quem disse que “o perfeito historiador deve ser um grande escritor”. Nenhum historiador sensível pode afirmar ter sido bem sucedido, mas nenhum historiador pode fugir de tentar.¹

¹ Sérgio Buarque de Holanda em entrevista concedida ao historiador norte-americano Richard Graham

Sapere aude! Tenha coragem em servir-te de teu próprio entendimento!
(Immanuel Kant)

RESUMO

Por meio dessa proposta tomamos como objeto de estudo o Piauí na primeira e início da segunda metade do século XIX no que concerne à política, religião e educação. Esse processo foi desenvolvido tendo como fio condutor a figura de Domingos de Freitas Silva, entendendo que todo indivíduo carrega consigo a marca da sociedade em que vive como também de uma nação, de uma classe específica e de pensamentos que permeiam os homens de seu tempo. A chave para compreendermos as especificidades e pluralidades da sociedade é analisar a historicidade do indivíduo e o fenômeno de suas vivências. É recorrida a história do personagem, por este ter se envolvido com os principais fatos políticos e sociais que ocorriam à época, como também, por este ter sido agente ativo de rupturas e mudanças vivenciadas no período analisado. Reconhecendo que o homem não existe só e que está inserido numa rede de relações sociais diversificadas, a vida de um indivíduo conflui de fatos e forças sociais. Tal como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário confluem para o contexto social ao qual ele pertence.

Palavras-chave: Domingos de Freitas Silva. Província do Piauí. Liberalismo. Iluminismo. Instrução Pública.

ABSTRACT

Hereby this proposal it was taken as goal of study the State of Piauí in the first and in the beginning of the second half of the XIX century in the concern to the politics, religion and education. This process will be developed having as connecting thread, the picture of Domingos de Freitas Silva, understanding that all the individual takes with himself or herself the mark of the society that him or her lives as well of a nation, of an specific class and of the thinking that permeate the men of its age. The key to understanding the specifics and pluralities of the society is to analyze the historicity of the individual and the phenomenon of him or her existence. It is recurrent the history of the character, for him has involved himself with the principal political and social facts that happened in that age, as also for this had been an active agent of ruptures and changes that were lived in that age. In recognition of that men do not exist alone and that men are inserted in a web of diversity social relations, the life of an individual can confluence facts and social force, like an individual, their ideas, representations and imaginary confluence to the social context to which it belongs.

Key Words: Domingos de Freitas Silva. Liberalism. Enlightenment. Public Instruction. Province of Piauí.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEBM	Arquivo Eclesiástico do Bispado do Maranhão
APEPI	Arquivo Público do Estado do Piauí
AEPPCA	Arquivo Eclesiástico da Paróquia de Piracuruca
Cx.	Caixa
Doc.	Documento
Fl.	Folha
Lv.	Livro
S/n	Sem número

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Quadro de explicitação geral da gratuidade do ensino e das principais dificuldades das Províncias brasileiras

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa da Província do Piauí

Figura 2- Capela dedicada ao culto de Nossa Senhora dos Remédios na Povoação de Peripery, construída no ano de 1853.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	DOS PRIMEIROS PASSOS ÀS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA: O HOMEM POLÍTICO.....	21
2.1	A Influência liberal e a construção do Pensamento Político.....	23
2.2	A Experiência do <i>Sapere aude</i> na Província do Piauí: vendo a pátria pedir liberdade, o primeiro que luta é o Piauí!.....	30
2.3	Domingos de Freitas Silva e o saber revolucionário	36
3	PARA ALÉM DAS RUPTURAS E PARA TODA A ETERNIDADE: O HOMEM VESTIDO DE BATINA E O OFÍCIO DE ADMINISTRADOR.....	47
3.1	<i>Penser et laisser penser</i> : A influência das luzes e o clero liberal.....	47
3.2	Breves questões sobre celibato no século XIX	52
3.3	Devoto, padre e marido.....	58
3.4	Domingos de Freitas Silva e suas redes de solidariedade: o agente do Estado-Nação...	63
3.5	Sob o jugo do Administrador.....	66
4	DOMINGOS DE FREITAS SILVA E A EDIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NO SÉCULO XIX.....	73
4.1	O papel da educação no projeto de consolidação do Estado Nação brasileiro	74
4.2	A Constituição de 1824 e a institucionalização da educação no Império do Brasil	79
4.3	A Experiência educacional da Província do Piauí	83
4.4	O educador de batina	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	104
	ANEXOS.....	115

1 INTRODUÇÃO

“These rivers of suggestion are driving me away”.

Michael Stipe, *“So. Central Rain”*.

Escrever, é de certa forma, deixar-se guiar por um rio de sugestões, porém, com margem bem definidas. Aqui, as sugestões e a aproximação com o tema escolhido, nasceram junto à graduação em História. As pesquisas iniciadas no ano de 2008 causaram inquietação e ânimo, fazendo-me procurar respostas de perguntas que fiz a mim mesma sobre a história. Perguntas que alvoroçavam as construções que fiz sobre minhas raízes e de histórias que cresci ouvindo.

A proposta desse estudo visa compreender, através da história de vida de Domingos de Freitas Silva (padre, político, educador, pai, marido), a sociedade da época, por meio dos aspectos que a ligavam com o personagem, que seriam a política, a religião e a educação.

Esta dissertação é constituída de três eixos fundamentais que guiam as análises historiográficas e documentais da pesquisa. O primeiro se faz na tentativa de compreender o envolvimento de Domingos de Freitas Silva com as questões político-sociais do Piauí no século XIX. Nele também será trabalhada a influência do liberalismo no Brasil, e de modo particular, nas ações de Domingos Freitas Silva. Para que isso fosse possível, foi recorrido a uma contextualização do liberalismo na Europa, caso de Portugal, por exemplo, até sua chegada ao Brasil.

Domingos de Freitas Silva é apontado pela historiografia piauiense como um dos alferes que participou das lutas pela Independência em 1822, em Parnaíba, e como o fundador da cidade de Piri-piri-Piauí. Vários autores apontam sua participação no movimento, aqui nos apropriaremos de Diderot Mavignier², Wilson de Andrade Brandão³ e Odilon Nunes⁴.

O segundo eixo é constituído pelo interesse de perceber como foi vivenciado o exercício religioso do personagem, que ordenado presbítero secular no Bispado do Maranhão,

² MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauí, na terra dos tremembés**. Parnaíba: Sieart, 2005. p. 84.

³ BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência do Piauí**. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1959. p. 103.

⁴ NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí**. vol. IV. Teresina: Fundapi. Fund. Mons. Chaves, 2007. p.47.

exerce trabalho eclesiástico até os últimos dias de sua vida. Ainda nesse eixo, são discutidas as práticas de rupturas promovidas por Domingos de Freitas Silva. Para que isso fosse possível, foi necessário recorrer a um estudo sobre a influência liberal no clero, o que nos propiciou entendimento da postura do personagem.

Foram levantados aspectos da sua vida como administrador local e os feitos que promoveram o progresso da povoação local onde se inseriu. Aqui, também, as ações de Domingos de Freitas Silva são entendidas a partir da influência liberal em sua postura de administrador, político e religioso.

O terceiro eixo do trabalho aponta discussões acerca da educação no Piauí do século XIX e as contribuições deixadas por Domingos de Freitas Silva como educador. É recorrida a uma contextualização da situação da instrução pública no Brasil e no Piauí. O personagem é apontado por alguns estudiosos como um dos precursores do ensino secundário no Piauí, criando umas das primeiras escolas da Província, onde ele mesmo ministrava aulas de latim e gramática.

Tendo em vista que a educação no Piauí, nos tempos em que Manoel de Sousa Martins governou a Província, teve desempenho sofrível e limitou-se a manter as cadeiras de latim de Oeiras, criada por decreto de 15 de julho de 1818, a de Parnaíba restaurada em 04 de março de 1820, onde, em ambas, por não encontrar pessoas qualificadas, nem chegaram a funcionar, e a criar algumas outras escolas de primeiras letras, em Oeiras, Campo Maior e Valença (1824), uma cadeira de latim em Campo Maior em 1828 e escolas de primeiras letras nos povoados de Poty, Barras, Piracuruca, Jaicós, São Gonçalo, Marvão, Parnaíba e Parnaguá (1829). Nos relatos administrativos do ano de 1834, o presidente da Província registra que das 14 (quatorze) escolas existentes, 07 (sete) delas encontravam-se desprovidas de professores.

José Martins Pereira de Alencastre registra que:

Providas as cadeiras em inábeis professores, porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do Magistério – como que a instrução corria à revelia, árida e improficua. As cadeiras de instrução maior viviam em completo abandono, e os que se aceitava, ou não eram habilitados, ou mal cumpria com seus deveres.⁵

Desse modo, foram importantes as iniciativas de particulares compromissados com os primeiros passos da educação na Província, como exemplo, temos as ações de Domingos de

⁵ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1981, p. 90.

Freitas Silva. Segundo Teresinha Queiroz, “O ensino secundário, teve início de forma efetiva na alçada particular, com escolas fundadas em Jaicós, Piripiri e Parnaíba, todas na primeira metade do século XIX.”⁶ Escolas essas criadas na forma de aulas avulsas, especialmente em Latim, sendo também, insuficientes e de ensino frágil e inconstante.

Entretanto, chama atenção o trabalho realizado por Domingos Freitas Silva em prol da educação da sociedade piripiriense, onde fundou em sua fazenda uma escola de primeiras letras e latim, na qual, ele mesmo, ministrava as aulas. Ainda nesse eixo, as iniciativas particulares do personagem, agora como educador, serão analisadas como contribuições na consolidação do Estado brasileiro.

O corte temporal da pesquisa que abarca a primeira metade do século XIX e as primeiras duas décadas da segunda metade ocorre em razão de que este corresponde ao período em que viveu Domingos de Freitas Silva e foram desenrolados os fatos que interessam à construção desse trabalho.

A pesquisa apoia-se em fontes documentais do poder legislativo, tais como Atas do Conselho do Governo e do Conselho Geral da Província e Decretos da Assembleia Legislativa Provincial, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí; nas Falas, Mensagens e Relatórios do poder Executivo Provincial; os Códices da sala do poder Executivo com manuscritos de Párcos; Livros de Ofícios Eclesiásticos com relatórios dos Párcos disponíveis todos no APEPI⁷, bem como revistas do período estudado e já digitalizadas. São utilizadas também as fontes eclesásticas da Paróquia de Nossa Senhora do Monte Carmo da cidade de Piracuruca, onde o personagem exerceu atividades sacerdotais, entre elas, registros de batismos, casamentos, óbitos, etc. As imagens utilizadas no corpo do trabalho contribuem apenas a título de ilustração, não assumindo assim, o papel de fonte de explicação teórica.

Ademais, foi necessária pesquisas em sites estaduais e municipais de memorialistas⁸ que fornecem fagulhas e, por vezes, informações de grande importância do trajeto de Domingos de Freitas Silva. Desse modo, aponta Jackson Novaes Santos: “não há como negar a relevância da produção dos memorialistas para a história regional, sobretudo, se considerarmos que tal produção legou à historiografia regional um vasto manancial de fontes que, com metodologia apropriada, pode se produzir riquíssimas pesquisas sobre a memória

⁶ QUEIROZ, Teresinha. de Jesus. Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz, MA: Ética, 2008. p.14.

⁷ Será utilizada a sigla APEPI para referenciar o Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁸ Páginas virtuais de pesquisadores e memorialistas que em momentos de suas narrativas sobre o Piauí fizeram menção à figura de Domingos de Freitas Silva.

regional.”⁹ É recorrida a utilização de sítios da internet que acrescentam informações importantes do período, como o site da hemeroteca nacional e dos documentos digitalizados do Bispado de São Luís do Maranhão. Serão explorados arquivos particulares de pessoas ligadas ao personagem, como também de seus descendentes e de seu testamento, que fornece detalhes minuciosos do seu percurso histórico.

Sabe-se hoje que o resgate da memória e da história é algo de suma importância devido à tentativa de construção de identidade consistente de um determinado povo. Para isso, é necessário que não deixemos de rememorar, ir em busca das nossas raízes, das origens, do âmago da nossa história, etc. Partindo desse propósito, é lançado o presente trabalho.

Conhecendo os indivíduos e a forma com que vivenciaram o período estudado, é possível compreender a história. Entendendo que a memória tem um caráter primordial para elevação de uma nação, de um grupo étnico, pois aporta elementos para sua transformação, e a valorização desta, aponta para a construção da história de um grupo.

A história não pode ser entendida como apenas um ato de busca de informações do passado e sua reconstituição. Ela deve ser entendida, pois, como um processo dinâmico da própria rememoração, o que estará ligado à questão de identidade. Um povo sem história é um povo sem memória.

Como muitos documentos sobre Domingos de Freitas Silva perderam-se, junto também, foram importantes informações que poderiam esclarecer as intenções que o teriam feito refugiar ou não em terras pouco exploradas, como o caso da povoação de Gameleira. Dessa forma, a sociedade piripiriense sem apoio na historiografia, utiliza-se da tradição oral e das memórias que restaram do seu fundador e da história de sua fundação, em razão disso, tenta-se, até hoje, através desse ramo da história, que tem participação ativa e muito importante na construção da identidade dessa sociedade, contribuir com a construção de sua história. A fim de que, esta última, esteja sendo perpetuada e jamais esquecida.

A memória da população piripiriense, em relação às histórias que envolvem Domingos de Freitas Silva, toma a palavra e hoje faz mediação entre geração atual e geração passada, sendo o intermediário formal da identidade de Piripiri e seu povo. Assim, com uma identidade construída, a memória coletiva não morre, e nem a história de vida de um povo construtor de história. Domingos de Freitas Silva é notado pela população como alguém que mereça títulos

⁹ SANTOS, Jackson Novaes. Vestígios Do “Lugar Social” Na Escrita Dos Memorialistas. Disponível em: http://www.uesc.br/eventos/ciclohistoricos/anais/jackson_novaes_santos.pdf. Acesso em: 14/07/15.

de herói e fundador. Essa é uma tentativa de construção de sua identidade, da preservação de sua memória.

É de interesse que o trabalho forneça contribuição à historiografia sobre o Piauí do século XIX, porém, acima de tudo, à historiografia local da cidade de Piripiri, que muito almeja respostas à história perpetuada até hoje pela tradição oral, considerando que Domingos de Freitas Silva é tido como elo da sociedade piripiriense e sua história. Pensando desse modo, reconhece-se que a escrita histórica é uma tentativa de dar lugar à falta, ao mesmo tempo em que a esconde. Seu controle através de procedimentos técnicos não inviabiliza ser uma presença em meio à ausência. É no ato da escrita que ocorre parte do fazer historiográfico, pois ela diz um lugar social, necessita de planos de explicação e compreensão e efetua a representação histórica. Desta forma, a história necessita do questionamento como forma de evitar a singularidade e provocar o estranhamento.¹⁰ Assim como apontou Marcel Schwob:

A ciência histórica nos deixa na incerteza sobre os indivíduos. Ela só nos revela os pontos pelos quais eles se ligaram às ações gerais. Ela nos diz que Napoleão sofria no dia de Waterloo, que é preciso atribuir a excessiva atividade intelectual de Newton à continência absoluta de seu temperamento, que Alexandre estava bêbado quando matou Clitos e que a fistula de Luís XIV pode ser a causa de algumas de suas resoluções. Todos esses fatos individuais só têm valor porque modificaram os acontecimentos ou porque poderiam ter desviado a série. São causas reais ou possíveis. É preciso deixá-las aos sábios.¹¹

Por fim, esse trabalho propôs-se a fazer esses questionamentos e analisar os espaços de sociabilidade que Domingos de Freitas Silva percorreu, observando o indivíduo com valor especial para a escrita da história, pois carregam consigo a marca de um determinado período, cabendo ao historiador o exercício de compreensão da sociedade em que esteve inserido.

¹⁰ BRANDIM, Ana Cristina de Sousa; Paul Ricoeur e Michel De Certeau: A Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou A Hermenêutica dos Rastros do Outro. Disponível em: https://revistadeteoria.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_8_BRANDIM.pdf?1325258814. Acesso em: 18/06/15.

¹¹ SCHWOB, Marcel. **Vidas Imaginárias**. Tradução Duda Machado. São Paulo: Editora 34, 1997, p.23

2 DOS PRIMEIROS PASSOS ÀS LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA: O HOMEM POLÍTICO

A historiografia vivenciou durante as últimas décadas uma série de retornos e vai-e-vens. Os historiadores vivem um retorno à preocupação com a narrativa, viram o reaparecimento do acontecimento e testaram a renovação da História Política, em outros tempos, entendida com uma certa noção de história historicizante. Embora essas questões de uma forma ou de outra nunca tivessem desvanecido dos debates sobre História, elas permaneceram, durante a efusão dos *Annales*, a segundo plano, em função do surgimento da “história das estruturas que passava a explicar as ações humanas, segundo determinações que escapavam a esses homens no mundo”¹². A nova História apontava para a História política e encontrava nela uma série de defeitos, acusando-a, inclusive, de ser uma História factual. Essa nova História viria com dimensões e estruturas de longa duração, encaradas como capazes de resgatar, reaver os movimentos das sociedades em suas simetrias e constância, fugindo do que se configurasse superficialidade dos fatos.

Desse modo, o domínio econômico-social era um tipo de estrutura-método de observação em ascensão aos historiadores. A História Política, abundante em acontecimentos e apresentada por meio de uma narrativa linear, deveria cair em desuso de uma vez por todas. No final dos anos 1960, várias críticas a esta ambição totalizadora pretendiam retomar a feição humana dos processos históricos.

A utilização da História de vida dos indivíduos provocou preocupações com trabalhos de pesquisa mais precisos que demonstrassem as relações/tensões entre a ação humana e as estruturas sociais, entendendo o personagem e seu meio numa relação dialética e trazendo para a História o caráter de um processo com sujeito. Neste trabalho, Domingos de Freitas Silva é pensado em total interação com o seu meio, principalmente às instituições, ao Estado. Sobre a relação do indivíduo com o Estado, René Remond defende que esta é uma questão muito relevante como objeto de pesquisa dentro da história. Certo da proposta de recuperação da política, insiste na discussão da relação sobre a esfera da política e as demais instâncias da sociedade. Para o autor, “seria ingênuo acreditar que o político escapa das determinações externas, das pressões e das solicitações de todo o tipo.”¹³

¹² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.19-26.

¹³ REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996. p.444.

Ao minimizar a História política, diplomática, militar ou eclesiástica que evidenciava o indivíduo e o fato, a Nova História, nascida dos *Annales*, nos anos 60, optou por privilegiar o “fato social total” em todas as suas dimensões econômicas, sociais, culturais e espirituais.

Entretanto, com o advento de uma Nova História Política, a partir dos anos de 1980, vemos discussões sobre o poder sob um novo enfoque, tratando do poder estatal até o poder de micropoderes. Com a retomada da História política, houve também o resgate da História dos indivíduos, um de seus objetos. Eliane Misiak analisa que:

Com efeito, após um longo período de declínio diante da valorização de categorias impessoais, de uma história exibida sem sujeito, “desencarnada”, a história dos indivíduos reaparece como um instrumento de conhecimento, dentre outros, para as ciências humanas em geral e para a história em particular.¹⁴

Desse modo, o indivíduo retorna ao centro das preocupações de alguns historiadores. Assim, apropriar-se da história de vida de um indivíduo é um instrumento útil e suplementar utilizado pela História Cultural. É uma maneira de continuar a fazer história por outros meios. Com isso, tomaremos a história de vida de Domingos de Freitas Silva e seu exercício como político em uma tentativa de compreensão da sociedade piauiense do século XIX, necessariamente ao que diz respeito à religião, à educação e aos movimentos político-sociais que permeavam e estruturavam as práticas da época.

Antes de adentrar nas considerações sobre Domingos de Freitas Silva, é importante ressaltar a função do político e do religioso – lugares/funções essas que o indivíduo analisado mais atuou – como pessoas públicas. Em primeiro lugar, o político é, em poucas palavras, o representante do povo. Aquele que tem a função de buscar os direitos da coletividade e procurar sanar suas necessidades. Sobre isso, diz Max Weber: “Há duas maneiras de fazer política. Ou se vive para a política ou se vive da política. Nessa oposição não há nada de exclusivo. Muito ao contrário, em geral se fazem uma e outra coisa ao mesmo tempo, tanto idealmente quanto na prática.”¹⁵ Para ele, o político é um apaixonado pelo que faz como líder, indivíduo que possui conhecimento e capacidade técnicas para atuar de forma engajada em prol da sociedade.

Já o missionário, é alguém que foi incumbido de realizar determinada missão, que tem por função a pregação religiosa em locais onde sua religião ainda não tenha sido difundida, ou

¹⁴ MISIAK, Eliane. O retorno do indivíduo como objeto da história: reflexões à luz da teoria semiótica história da historiografia. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/403>. Acesso em: 23/04/15.

¹⁵ WEBER, Max. **Ciência e Política**: Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2004. 128 p.64.

seja, um catequizador, que realiza trabalho de promoção social ou em local que necessite de (re)avivamento de sua crença ou religião.¹⁶

2.1 A Influência liberal e a construção do Pensamento Político

Reconhecida a importância do indivíduo como uma espécie de ponte na tentativa de compreensão da sociedade, também para a escrita da história e entendendo as funções de político e religioso, voltaremos ao ano de 1798 na Vila de São João da Parnaíba. Nesse ano, nasceu Domingos de Freitas Silva, filho do português Domingos de Freitas Caldas e Rita Maria de Almeida. Foram gerados dessa união, Bernardo de Freitas Caldas, José, Catarina, Maria Rita e Domingos de Freitas Silva. Financiado por seu padrinho, o vigário Henrique José da Silva¹⁷, Domingos de Freitas Silva é educado e ainda sob os custos do padrinho, se ordena presbítero secular em São Luís do Maranhão. Como afirma em seu testamento, “Declaro que sou presbítero secular, canonicamente ordenado neste supradito Bispado”.¹⁸

Ao retornar a Vila de São João da Parnaíba, exerceu atividades eclesiásticas ministrando missas na Igreja Matriz e educacionais, lecionando aulas de latim. Sua família, a dos portugueses Freitas Caldas, tinha uma grande proximidade com a família Dias da Silva, fato que rendera por muitos anos, ao pai e ao irmão Bernardo, o ofício de escrivães daquela Vila. Essa proximidade também contribuiu para desenvolver em Domingos de Freitas Silva e em seu irmão Bernardo o envolvimento com as principais questões políticas e sociais da época. Simplício Dias da Silva, assim como Domingos Freitas Silva, era letrado e consciente dos problemas políticos do Império brasileiro. Teria ele estudado Leis em Coimbra, viajado para países da Europa onde conheceu e foi influenciado pelas ideias iluministas que rondavam o continente naquela altura. Sobre isso, aponta Benedicto dos Santos Lima:

Durante o final do século XVIII e início do XIX, os moços ricos do Brasil, ambiciosos de um diploma superior, estavam na Europa. Coimbra, em Portugal, e Montpellier, na França, eram os destinos escolhidos pela maioria dos estudantes brasileiros. Na França e Inglaterra, esses jovens ilustrados com a filosofia do Século das Luzes sonhavam com a liberdade do Brasil. Eram leitores de livros perigosos como os de Voltaire, Rousseau, Descartes, Condillac, Diderot e d’Alembert. Estes livros eram item do considerável

¹⁶ OLIVEIRA, Maria Wellitania. A FÉ, O IMPÉRIO E A RELAÇÃO DE SIMBIOSE. Disponível em <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/228>. Acesso em 14/03/15.

¹⁷ Henrique José da Silva foi vigário da Vila de São João da Parnaíba no período de 1790-1820.

¹⁸ SANTANA, Judith Alves. **O Padre Freitas de Piripiri**. Piripiri, Piauí: COMEPI, 1984. p. 32.

comércio ilegal entre brasileiros, ingleses, franceses e holandeses. Jornais incendiários, como o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa, e *O Português* de João Bernardo da Rocha Loureiro, espalhavam as ideias liberais nos chamados “jornais de Londres”. Hipólito José da Costa foi Grão-Mestre Provincial na Inglaterra. Entre os jovens estudantes brasileiros na Europa, estava Simplicio Dias da Silva.¹⁹

Já no século XVIII e no curso do XIX, a Europa vivia uma epidemia de ideias liberais provenientes do iluminismo, elaboradas por pensadores e filósofos burgueses que tinham como principal característica a refutação ao pensamento absolutista. Os ilustrados, como eram conhecidos os teóricos do iluminismo, lançaram um novo modo de pensar o mundo baseando-se em argumentos racionais, mecanicistas, e na maioria das vezes, impessoal, do mesmo modo, esse mundo deveria também ser pensado de forma humanitária.

O movimento iluminista esteve associado a ideias de autores que defendiam a liberdade individual que, inclusive, tornaram-se o centro da discussão sobre política, de modo que, a filosofia das ideias políticas do movimento iluminista promovia a centralidade dos direitos individuais. O iluminismo teve como um de seus principais expoentes, a figura e o pensamento do inglês John Locke, que refletiu e defendeu a liberdade e a tolerância religiosa. O pensador saiu em defesa dos direitos dos cidadãos e da responsabilidade do Estado para com estes. Desse modo, lançou a ideia de estabelecer o poder legislativo como princípio fundamental na garantia do direito dos civis, considerando que esse poder advinha diretamente da população. O pensamento lockeano influenciou muitos intelectuais europeus, foi uma espécie de convite a repensar a situação política no continente. Entre esses pensadores, temos a figura de Montesquieu e Jean Jacques Rousseau que também lançaram questionamentos sobre os direitos da sociedade e da liberdade de pensamento, baseados na ideia de que apenas, por meio da razão, o homem se libertaria do estado de alienação vivenciado pela Europa naquele período, de modo que, conheceria a verdade, tendo como referência a realidade do mundo e das coisas pertencentes a ele.

As discussões promovidas pelo movimento iluminista não se reduziram apenas ao campo político. Elas acabaram influenciando questionamentos no campo econômico, fazendo surgir pensadores que lançaram questionamentos e ideias sobre a economia da época. Defendendo a liberdade econômica temos Adam Smith que entendia que o papel do Estado na economia deveria ser limitado apenas à manutenção da lei e da ordem, a defesa nacional e a oferta de determinados bens públicos que o setor privado não estaria interessado (tais como a

¹⁹ Almanaque da Parnaíba . 60º Edição. Parnaíba: COMEPI, 1985

saúde pública, o saneamento básico, a educação, etc). Outro economista do iluminismo foi François Quesnay que defendeu a terra e a agricultura como principal fonte de progresso e riqueza das sociedades e a inexistência do controle de produção e circulação de mercadorias feitas pelo Estado. Por fim, ainda dentro da discussão da economia liberal, tem-se Vicent Gournay que desenvolveu ideias importantes para a indústria e comércio, a este último, atribuímos à ideia do *Laissez faire, laissez passer*, onde entendia que a economia não deveria ser dominada pelo Estado. A ele, caberia o papel de interferir apenas em apoio a garantia do seu livre caminhar e no progresso da economia. Esse lema constituiu o princípio sustentado pelos economistas liberais, saindo em defesa de que o Estado deveria interferir o menos possível na atividade econômica, deixando que os mecanismos de mercado funcionassem livremente.

Não apenas no campo político e econômico o Iluminismo teve notoriedade, pois, também, se apresentou como um estado de espírito que gerou reflexões filosóficas importantes, nas palavras de Scremin: "aos aspectos da atividade humana com supedâneos na certeza de que a razão, em seu progresso, pode esclarecer todas as questões, e que a sociedade, mediante princípios racionais, pode ser reorganizada".²⁰ Seria uma atitude geral de pensamento e de ação que poderia resultar no melhoramento do Estado e da sociedade.

É certo também que esse período caracterizou-se pelo pontapé a uma tendência à ruptura do homem com um estado de inércia e alienamento. "É o início de uma nova fase, onde a falta de decisão e coragem para o homem se servir do próprio intelecto deixando-se guiar, abre espaço para o *Sapere aude* (ousar saber)."²¹ Essa fase é acompanhada pelo desejo do homem de tomar o controle do conhecimento, da economia, da política e do espírito. Nesse período, foram inauguradas ideias, correntes e modos de ver e de se adaptar ao mundo, diferentes das ideias vigentes, onde esses segmentos permaneciam controlados há tempos pela ação da Igreja e pelos líderes absolutistas.

Exercendo vasta influência sobre a vida política, econômica e social da maior parte dos países ocidentais onde se expandia, o iluminismo provocou uma série de transformações importantes, como a influência em movimentos que mais tarde gerariam o processo de construção e consolidação de estados-nação, a formação e conscientização do homem sobre

²⁰ SCREMIN, Mayra. A exaltação da razão no iluminismo e a crítica à razão instrumental da escola de Frankfurt. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3570. Acesso em 11/12/2015

²¹ WEBER, Thadeu. Autonomia e dignidade da pessoa humana em Kant. In: **Direitos Fundamentais & Justiça**. Porto Alegre: HS Editora, 2007, p. 233

seus direitos civis e, como consequência, a diminuição de regimes absolutistas e hierárquicos no Ocidente. O movimento iluminista gerou ideias importantes que caracterizaram as correntes de pensamento da sociedade do século XIX, principalmente, o liberalismo e o socialismo. Immanuel Kant, pensador iluminista, refletiu sobre a ideia de esclarecimento e relacionou-a ao afastamento do indivíduo do estado de alienação. Sobre isso, Weber aponta que:

O Iluminismo representa a saída dos seres humanos de uma tutela que estes mesmos se impuseram a si. Tutelados são aqueles que se encontram incapazes de fazer uso da própria razão independentemente da direção de outrem. É-se culpado da própria tutela quando esta resulta não de uma deficiência do entendimento, mas da falta de resolução e coragem para se fazer uso do entendimento independentemente da direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem para fazer uso da tua própria razão! - esse é o lema do Iluminismo.²²

Sobre essa ideia de esclarecimento, “constitui-se em espírito de observação que procurava remeter tudo a seus princípios verdadeiros, tornar-se útil e transformar o homem de reflexão em cidadão atuante.”²³ Por esse período, as ideias iluministas havia marcado boa parte do pensamento da sociedade europeia e expandia-se também para Portugal por meio do pensamento de diversos grupos, inclusive, pela aristocracia, o que reforça o que tem sido defendido pela atual historiografia de que a Ilustração não foi um movimento apenas de ação burguesa, mas, principalmente, daqueles que contrastavam com o antigo regime.

Em mesmo período à ascensão de Pombal, o Iluminismo chegava a Portugal adquirindo lá sua roupagem política. Foi no Estado português que o pensamento iluminista também se fortificou. Pombal adaptara o país ao despotismo esclarecido, comprovando a aliança entre Iluminismo e política. A atuação de cunho liberal de Pombal constituiu-se um marco para Portugal e suas colônias, no sentido de que contrariou a sistêmica feudal da época e acabou com o domínio da Igreja sobre a educação ao expulsar os jesuítas das terras portuguesas.

O Iluminismo, de modo objetivo, pode ser entendido como uma tentativa de conscientização do homem sobre a importância da razão, colocando-a como responsável pelo progresso e pela liberdade das sociedades. Sobre isso assevera Todorov:

²² Ibid.

²³ BELAVEL, Yvon. **História de la filosofia**: racionalismo, empirismo e ilustracion. Madrid: Siglo XXI, Editores, 1985. v. 6 p. 196.

É justamente na Europa do século XVIII que se acelera e se reforça esse movimento, é ali que se formula a grande síntese do pensamento que se difunde, em seguida, para todos os outros continentes. Os promotores desse novo pensamento queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem de todos: o conhecimento é libertador, eis o postulado.²⁴

Embora tenha se expandido por toda a Europa e demais países do ocidente, o Iluminismo não alcançou todas as camadas sociais. A literatura gerada através das discussões realizadas no seio do movimento não atingiu as classes menos favorecidas de países distantes do centro dos debates iluministas, embora esse fato não reduza sua importância, acabando, portanto, por diminuir a concretização de sua teoria de iluminar pela razão, por meio do conhecimento. Sobre isso apontou Giovanni Reale:

Embora não constituindo o único movimento cultural da época, o iluminismo foi a filosofia hegemônica na Europa do século XVIII. Ele consistia em um articulado movimento filosófico, pedagógico e político, que conquistou progressivamente as camadas cultas e a ativa burguesia em ascensão nos vários países da Europa [...]. Inserindo-se em tradições diversas, o iluminismo configurou-se não tanto como um compacto sistema doutrinário, mas muito mais como um movimento em cuja base está a confiança na razão humana, cujo desenvolvimento representa o progresso da humanidade e a libertação em relação aos vínculos cegos e absurdos da tradição, da ignorância, da superstição, do mito e da opressão.²⁵

O Iluminismo e suas ideias liberais que pregavam a defesa da liberdade política e econômica se ramificavam, multiplicando-se em características que estavam presentes na economia, nas artes, na política e também no campo religioso. Jether Pereira Ramalho defende que o século XIX é o período da emergência da ideologia liberal, que, com a evolução dos séculos, passou de revolucionária para dominante. Havia entre os liberais moderados uma convicção de que o Estado deveria servir para a garantia dos direitos individuais.²⁶

Assim como na Europa, o contexto político e econômico do Brasil também permitiu a infiltração das ideias iluministas. A colônia vivenciava um período de necessidade de repensar seus vínculos com Portugal, com isso, surgiram inúmeras insatisfações locais contra o

²⁴ TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008, p. 134.

²⁵ REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**: do humanismo a Kant. São Paulo: Paulus, 1990, p. 670.

²⁶ RAMALHO, Jether Pereira. **Prática educativa e sociedade**: um estudo de sociologia da educação. Rio de Janeiro: Lahar, 1976. p. 39.

domínio português, como, por exemplo, a Inconfidência Mineira e as Conjurações Fluminense e Baiana. Embora possuíssem diferenças, esses movimentos tinham em comum a defesa de uma maior autonomia política e econômica local, com isso, questionavam os vínculos que o Brasil mantinha com Portugal. Souza aponta que nesse período de insatisfações entre a relação das Províncias brasileiras com o governo central, observava-se a penetração de uma literatura ilustrada em algumas bibliotecas do país,²⁷ “espraiando em todo o Brasil um aumento de número de leitores”.²⁸ Difundi-se uma literatura que fazia convite a uma reflexão sobre a relação do Brasil com Portugal e que defendia o direito da localidade ao gozo de certa independência ou de um governo que atendesse suas necessidades.

A abertura de portos, entre os anos de 1808 a 1850, inaugurou outros padrões de existência demandados pelas atuais relações comerciais e sociais. A entrada de mercadorias e novidades do mundo, “por mais que restrito a uma classe que tem domínio legal e econômico do país, afeta a existência dos diferentes sujeitos que povoam a então colônia”.²⁹ Por conta das ocorrências sociais memoráveis, nesse período, as elites brasileiras ficaram com “a pior parte”, pois o acesso não alterou consideravelmente o pensamento no interior das relações sociais, econômicas e políticas onde se deram objetivamente a “transplantação” da cultura europeia à Colônia, mas, sim, recrudescer a condição superficial qualificável a um “povo periférico e dependente”.³⁰

A amplitude territorial do país vivenciava um contínuo conflito com a Corte portuguesa e as decisões amplamente absolutistas da corte exigiam do rei decisões que traziam uma contradição à sua própria condição de imperador, “uma vez que suas decisões, à época, se destacam pelo teor liberal que exalavam, como um apelo desesperado para manter o controle do regime”.³¹ Por essa altura, a própria aristocracia se voltava contra os desígnios da monarquia, ainda que essas estivessem de acordo com carta constitucional. Alguma parte daria apoio às possíveis reformas estruturais, contanto que, não abalasse as bases de seu poder e privilégio. Somado a essa insatisfação da aristocracia, havia a classe militar que também se sentia desprestigiada durante todo o período regencial, formando um importante aliado na orientação político-administrativa dos primeiros anos da instauração do Estado Republicano do Brasil.

²⁷ Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pará.

²⁸ SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.20.

²⁹ SAES, Décio. **Classe Média e política na Primeira República** (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975.p. 39.

³⁰ FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972. p.55.

³¹ FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. v 2. São Paulo: Globo, 1977. p.79.

No Brasil, as ideias liberais apareceram no início do século XIX, tendo mais notoriedade na influência de ações dos líderes da Independência em 1822. A divulgação massiva dos novos conceitos políticos embasados por ideias liberalistas começou a se desenvolver por volta do ano de 1821, no período em que aqui chegavam de Portugal as notícias da Revolução do Porto, que exigia o retorno do rei à Lisboa e a convocação de uma assembleia constituinte. Inflamado, este seria supostamente o primeiro movimento liberal do território luso-brasileiro, popularizado como *vintismo*³². Para Emilia Viotti da Costa, o liberalismo brasileiro “só pode ser entendido com referência à realidade brasileira.”³³

Realidade essa que estava sendo compreendida apenas pelos principais adeptos do pensamento liberal, os homens envolvidos e interessados no rumo da economia de exportação e importação, proprietários de grandes extensões de terra e escravos e alguns intelectuais que tiveram em algum momento de suas trajetórias, o contato com as ideias liberais advindas da Europa. Às vésperas da independência do Brasil, as ordens emitidas pelas cortes portuguesas provocavam o antilusitanismo brasileiro³⁴ e impulsionavam as discussões sobre os destinos do país. Em meio ao crescente movimento de insatisfação com o autoritarismo que Portugal exercia sobre suas colônias, a sociedade letrada de influência iluminista manifestava-se contra o domínio português.

Os primeiros anos do século XIX no Brasil foram marcados por acontecimentos profundamente significativos para a história nacional e que anunciaram o início das transformações sociais advindas da derrocada da colonização portuguesa e de uma série de convulsões sociais que se seguiram à Independência. A história nacional, escrita naquele período, contou com a participação de figuras que escreveram o movimento constitutivo da nação brasileira à custa de muita luta e deram a ele o máximo de suas forças, empenhando-se em realizar local e regionalmente as determinações necessárias ao desenvolvimento do capitalismo mundial, ou daquilo que entendiam como medidas necessárias para tal.

³² Foi um movimento de tentativa liberal que defendia o retorno de D João VI e da família real para Portugal, assim como o compromisso do monarca de governar mediante a lei maior, isto é, governar de acordo com a constituição. No Brasil, o vintismo influenciou principalmente os intelectuais e escritores que desenvolviam em seus escritos, linhas do movimento vintista. Essa literatura contribuiu na formação de componentes ideológicos, até então rarefeitos, no tecido intelectual de províncias brasileiras como o Grão-Pará e o Maranhão. Ver: COELHO, Geraldo M. **Letras & baionetas**: novos documentos para a história da imprensa no Pará. Belém: Cultural Cejup, 1989. p.107.

³³ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p.47.

³⁴ Constituiu-se na resistência por parte da população ao domínio econômico e político de Portugal sobre o Brasil.

2.2 A Experiência do *Sapere aude* na Província do Piauí: vendo a pátria pedir liberdade, o primeiro que luta é o Piauí!

Em âmbito regional, na Província do Piauí, tradicional produtora de gado, a burguesia comercial e os proprietários de terras estavam ligados à Portugal. Economicamente, a situação da Província em 1821 não era ruim. Nunes revela que nossa agricultura, “além de cereais, concorria com o fumo, o algodão e a cana-de-açúcar, fontes econômicas de contribuição puramente subsidiária, de vez que as finanças do Piauí repousavam realmente nas rendas da pecuária.”³⁵ O Piauí tinha importância para os portugueses, sobre essa propositura Francisco Castro analisou que:

Ao contrário da situação dos dias atuais, o quadro financeiro do Piauí em 1821, era considerado bom. A atividade agropecuária crescia vertiginosamente. Quinze mil bois eram abatidos em Parnaíba para abastecer de carnes os mercados do Maranhão, Ceará e Bahia; o comércio de algodão era considerado o melhor do Brasil, além do fumo, cana-de-açúcar e outros produtos. Cerca de 50% da renda bruta das numerosas fazendas de gado do Piauí ia parar nos cofres das cortes portuguesas. O dinheiro que ficava no Piauí pagava os gastos com atividades militares e preservava a carrancuda máquina administrativa³⁶.

Todavia, apesar do lucro que o Piauí gerava para os cofres da Coroa, pouco ficava em seu território. Formada por uma sociedade de base rural, na Província do Piauí, “a terra era monopólio de poucas famílias que constituíam oligarquias locais.”³⁷ Os demais habitantes constituíam-se de pessoas que viviam em sua maioria na condição de “posseiros, lavradores/roceiros e vaqueiros, além da população escrava”.³⁸ Assim, as condições sociais da maioria desta população, no início do século XIX, era de acesso precário à alimentos e à terra, o que movia conflitos e tensões naquela sociedade. Tal população faminta seria “material humano para qualquer revolução o que gerava insegurança nas elites.”³⁹ Com isso, formava-se um emaranhado de tensões sociais que se desenvolvia em um ambiente propício para ideias emancipacionistas que, já naquela altura, dominavam algumas camadas do país. Com o conhecimento da população brasileira aos ideais da Revolução do Porto⁴⁰, agravaram-se os

³⁵ NUNES, op. cit., p.294

³⁶ CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo: a independência do Piauí**. São Paulo: FTD, 2002, p. 32.

³⁷ DIAS, C. M. M. O outro lado da história: **O processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí 1789- 1850**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1999.

³⁸ CHAVES, M. **Obra Completa**. Teresina: Ed. FMC, 2005, p.265.

³⁹ DIAS, op. cit., p. 175.

⁴⁰ Movimento militar iniciado em agosto de 1820 na cidade do Porto em Portugal, alastrando-se rapidamente para outras regiões do país até chegar à capital, Lisboa. Em seu curso, conquistou o apoio da burguesia, do clero,

ânimos da população. Abdias Neves, em relação a esse episódio, comentou que foi daí que se deu “a separação entre portugueses e brasileiros: de um lado, os que abraçavam a revolução em todos os ideais e planos; do outro, aqueles que queriam o governo constitucional e se opunham à ideia da recolonização.”⁴¹ A Província não esteve alheia aos acontecimentos de até então, havia entre os que conheciam a situação política e econômica do Brasil, um repúdio contra a exploração e domínio lusitano.

O Piauí que até então conseguira manter a feição pacífica que o fez distinguir-se do Maranhão e de outras Províncias do Norte, contudo, não deixou de sofrer o ciclo de agitação que marcou a época. Com a chegada de diversas mentes imbuídas do pensamento liberal e com acirramento das tensões políticas e econômicas vivenciadas entre Brasil e Portugal, essa “estabilidade social” ficara ameaçada. Na economia, a Província que já no final do século XVIII apresentava sinais de estagnação, tentando se articular a uma economia agroexportadora, sofreu sinais de revitalização quando novas condições de mercado influíram na revalorização de produtos agrícolas nas duas primeiras décadas do século.

Na Vila de São João da Parnaíba, a indústria do charque e o comércio da courama foram importantes para o seu desenvolvimento econômico, pois, possibilitaram a fixação de algumas riquezas, como a dos Dias da Silva, que ali se instalaram. A família de portugueses implantou seis charqueadas e realizava comércio direto com Lisboa, sem necessidade de passagem em outra capitania para pagamento de tributos alfandegários, “revelando um regime de privilégios de concessões a essa família.”⁴²

Com o passar dos tempos, os privilégios dos Dias da Silva viram-se menores. O contrabando que existia nas alfândegas em relação aos impostos era alto. Havia muita corrupção nos pagamentos das taxas alfandegárias. A Coroa Portuguesa sempre foi, na medida de sua estrutura burocrática, rígida na arrecadação de seus impostos. Nunes chega a afirmar que: “[...] quando D. José autoriza João Pereira Caldas a fundar outras vilas, vemos que o objetivo era sempre o mesmo: satisfazer imposições do fisco e policiamento.”⁴³ Aos que negociavam por esses lados e não queriam se aventurar no contrabando, eram obrigados a recolher impostos na alfândega de São Luís. Daí a necessidade da criação de uma alfândega ou órgão fiscalizador da Coroa na Vila da Parnaíba. Legalmente, a “autorização para o funcionamento de uma alfândega na Vila estava assegurada desde a expedição de um alvará

da nobreza e do Exército. Um dos pontos defendidos na Revolução do Porto era a volta imediata do rei para Portugal e o restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil.

⁴¹ NEVES, A. **A guerra do Fidié**. 3. ed. Teresina (projeto Petrônio Portela), 1985. p. 125.

⁴² MENDES, Francisco I. V. **Parnaíba**: Educação e Sociedade na Primeira República. (Dissertação de Mestrado). UFPI, 2007. p. 39.

⁴³ NUNES, op. cit., p. 66.

em 22 de novembro de 1773”⁴⁴, mesmo ano em que Domingos Dias da Silva começa a operar suas charqueadas.

No entanto, a grande lentidão no funcionamento desse alvará inquieta os comerciantes locais que continuavam necessitando dos trabalhos da alfândega de São Luís do Maranhão. No ano de 1803, Simplício dias da Silva faz uma solicitação às autoridades portuguesas, para que lhe fosse concedido os mesmos direitos de comércio direto com Lisboa, que antes seu falecido pai Domingos Dias da Silva desfrutara. O pedido lhe foi negado, o que acirraria os ânimos dos Dias da Silva. “Em 30 de março de 1804, Simplício Dias da Silva e Antônio da Silva Henrique, oficiam ao governador da Capitania, Pedro César de Meneses, e este ao Príncipe Regente D. João, solicitando o estabelecimento de uma alfândega na Vila da Parnaíba.”⁴⁵

Somente no ano de 1817, D. João VI atenderá ao pedido, quando, por Ato Régio, cria a alfândega de Parnaíba. Oficializada a sua criação no papel, através do Ato Régio, na prática a alfândega ainda não iniciara funcionamento, pedidos de comerciantes parnaibanos foram expedidos e enviados a D. Pedro que, somente após a Proclamação da Independência, baixa um decreto, em 31 de outubro de 1822, autorizando o funcionamento da alfândega. Esses episódios fragilizaram a relação dos Dias da Silva e dos comerciantes parnaibanos com a Coroa, fazendo com que os anos que seguiram a 1822, fossem agitados de modo político, militar e econômico. Por essa época, as lutas pela Independência⁴⁶, a Confederação do Equador⁴⁷ e a Revolta da Balaiada⁴⁸, demonstravam a divisão geopolítica e econômica da província, assim como também a mudança de ideais e do pensamento de alguns membros da população piauiense.

São justamente esses conflitos que farão do Piauí, em meados de 1822, palco de movimentos e grandes resistências. Podemos apontar esse período como um período de rupturas, ou de alicerçamento do novo. No contexto mundial, emergia em alguns países europeus um novo modelo de Estado: com independência, republicano, mais democrático.

⁴⁴ MENDES. op. cit., p.43.

⁴⁵ Ibid. p. 46

⁴⁶ Processo iniciado em 1821, resultado da reação das camadas sociais mais abastadas ao domínio português, às tentativas das Cortes de Lisboa em recolonizar o Brasil. O movimento teve como objetivo preservar a liberdade de comércio e a autonomia administrativa do país. Pretendiam seus principais líderes, libertar-se da tutela da metrópole.

⁴⁷ Movimento ocorrido na região Nordeste do Brasil em de 1824, tendo início com uma reação à Constituição outorgada por dom Pedro I, no mesmo ano, que colocava o Brasil sob um governo centralizador, mantendo-o submisso aos portugueses.

⁴⁸ Iniciada no ano de 1838, no Maranhão, a Balaiada se estendeu até o Piauí, representando a luta popular contra as desigualdades e injustiças que ocorriam na sociedade, como a concessão de privilégios e o monopólio político de alguns grupos de beneficiados.

Surgia um novo modelo de economia, o liberalismo ganhava espaço. Aparecia uma nova forma de organização dos espaços, das cidades. Além desses “novos” aqui pontuados, ressurgiam com novas roupagens o que também já existia. O colonialismo agora era neo, uma reorganização das classes sociais, o lugar da ciência e sua amplitude e a religião. Na linha do tempo do processo de consolidação do novo, houve diacronias e interferências variadas.

Na Vila de São João da Parnaíba, a família Dias da Silva, por mais de cinquenta anos, dominava a vida econômica e política daquele local. Possuíam riqueza material e pensamentos valiosos herdados dos contatos com a Europa. O contato com mentes liberais se estreitava principalmente com o exercício da navegação onde fizera diversas amizades. A sua residência, A Casa Grande de Parnaíba, hospedou mentes liberais como o inglês Henry Koster⁴⁹ um dos coordenadores da Revolução Pernambucana, assim como o francês Louis-François de Tollenare⁵⁰. De certo, os estudos na Europa, onde ocorria a efervescência dos movimentos, o contato com líderes liberais e os interesses econômicos e políticos fizeram dos Dias da Silva, os líderes do movimento da Independência iniciado na Vila de São João da Parnaíba.

Os ventos que traziam a literatura de cunho iluminista acabavam por encontrar o seu fermento nas mentes de jovens sedentos pelo progresso e nas da elite que via na permanência da ligação entre Portugal e Brasil os seus interesses ameaçados. Desse encontro, nada permanecera igual. A Província do Piauí, nesse contexto, serve como exemplo da insatisfação das Províncias e do desejo de ruptura com Portugal, bem como de não permanência da ordem política vigente. Nesse sentido, o Piauí tomou frente da situação e representou o Brasil, pois, como apontou Odilon Nunes, “os brasileiros queriam até então em sua grande maioria que o Brasil não regredisse à condição dos séculos anteriores, de simples colônia portuguesa.”⁵¹ Unia-se a esses fatores a vontade da elite política brasileira em conquistar autonomia política com o desgaste do sistema de controle econômico de restrições e altos impostos. O desejo de romper laços com Portugal já existia, coube aos piauienses tomar frente no processo de Independência.

O português José da Cunha Fidié, que fora nomeado em 9 de dezembro de 1821, Governador das Armas da Província do Piauí, ficou responsável por manter calmos os ânimos

⁴⁹ Pintor, comerciante e viajante inglês que contribuiu com a história do Brasil ao descrever suas viagens pelo Nordeste brasileiro no livro intitulado em português como “Viagens pelo Nordeste do Brasil”.

⁵⁰ Comerciante e Viajante francês que abordou a vida política, social, os costumes, as festas populares, os movimentos políticos e sociais da época em Pernambuco e na Bahia, posteriormente, publicados em nas obras Notas dominicais, nas Revistas do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1904 (v.61), e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, em 1907 (v.14).

⁵¹ NUNES, op. cit., p. 24

contrários à implantação da política das Cortes Portuguesas no Piauí. Sobre o episódio da escolha da Província piauiense na ocupação dos militares portugueses, José Honório Rodrigues faz uma análise na tentativa de compreensão desse fato. Aponta que a Corte levou em consideração que o Piauí possuía fronteiras geográficas com as Províncias da Bahia, Ceará, Maranhão e Tocantins, tendo também limite ao norte com o Oceano atlântico, que poderia ser usado como possível estratégia de ocupação da marinha portuguesa para um possível reforço.⁵² O mapa abaixo nos remete ao período do Piauí enquanto Província:

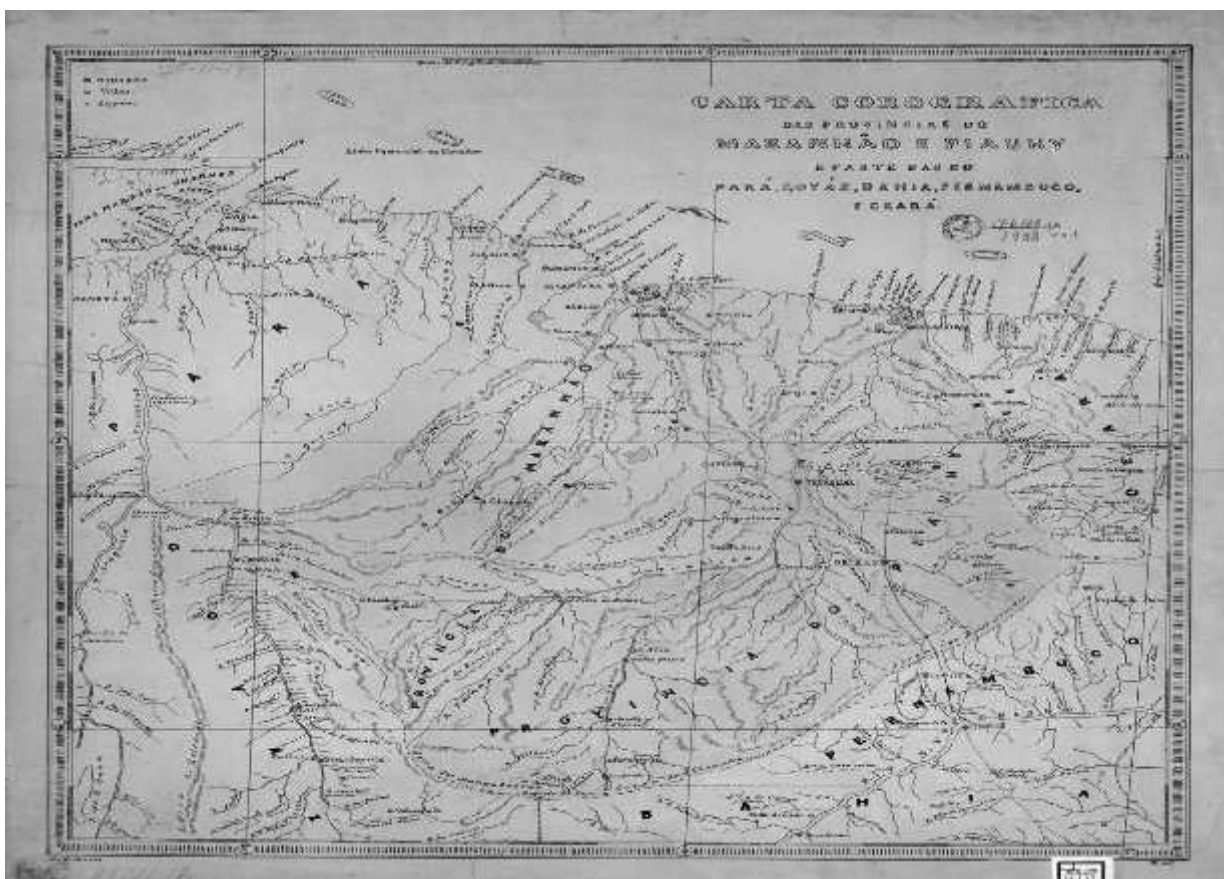


Figura 1: Mapa da Província do Piauí/ Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/ Acervos: Cartografia

Somando-se aos fatores geográficos, existia ainda a relação econômica que o Piauí mantinha com o Ceará, Bahia e Pernambuco, o que facilitaria a maior propagação das ideias separatistas entre estas Províncias e o grande território que o Piauí ocupava no território da Colônia, com aproximadamente uma área de 251.529 km². Baseado nesse contexto, faziam-se necessários o olhar e o domínio português nessa região. Seria Fidié no Piauí o representante

⁵² RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975, 5 v, p. 233-249.

da política inaugurada pelas Cortes portuguesas que tinha por objetivo reconduzir o Brasil à condição de colônia.

Também se faz relevante salientar que as cortes portuguesas ao intuírem que a independência da antiga colônia era um fato irreversível, decidiram manter sob seu controle pelo menos o Norte do país. Para esse projeto, a presença das tropas no Piauí ajudaria na consecução do ambicioso projeto de garantir o domínio da vizinha região do Maranhão. É necessário considerar que como apontou Araújo “o norte do Brasil era para Portugal na prática, outra colônia, e que havia um distanciamento muito grande destas em relação as demais capitanias do norte e por extensão ao Rio de Janeiro. E o Piauí era uma região intermediária propensa a estabelecer a união entre as duas colônias.”⁵³

Porém, por esse período, as discussões políticas realizadas na Vila de São João da Parnaíba sobre a situação do Brasil já recebiam destaque da Corte. Eram homens que se reuniam em defesa de seus interesses e da causa pela Independência do Brasil dos domínios de Portugal. Obtendo contato direto com as ideias liberais na Europa, ou em solo piauiense, por intermédio dos Dias da Silva, agrupavam-se na Casa Grande, onde discutiam questões referentes à situação econômica da Vila de São João da Parnaíba e do Brasil. Reuniam-se membros da sociedade, estavam sempre presentes “o juiz João Cândido de Deus e Silva, José Francisco de Miranda Osório, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, Manoel Antônio da Silva Henriques, João José de Sales e os irmãos Freitas Bernardo de Freitas Caldas e Domingos de Freitas Silva.”⁵⁴

As reuniões promovidas na Casa Grande dos Dias da Silva deram origem à primeira loja maçônica do Piauí, denominada *A Independência*. Essa instituição encoberta, “esses juramentos em segredo, deixou fora de dúvida como a independência já estava decidida alguns meses antes de setembro de 1822.”⁵⁵ O historiador Diderot Mavignier no texto “180 anos de memória viva: Simplicio Dias da Silva” comentou sobre as reuniões promovidas na Casa Grande e o nascimento da maçonaria na Vila de São João da Parnaíba:

Com o doutor João Cândido de Deus e Silva, José Francisco de Miranda Osório, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, coronel João José de Sales, Manoel Antônio da Silva Henriques, major Bernardo Antônio Saraiva, padre Domingos de Freitas e Silva, e outros, Simplicio Dias instalou a primeira loja maçônica do Piauí, a Independência, em prol da liberdade do Brasil,

⁵³ ARAÚJO, Johny Santana de. **DOSSIÊ: NAÇÃO, CIDADANIA, INSURGÊNCIAS E PRÁTICAS POLÍTICAS**, 1817-1848.

⁵⁴ Almanaque Da Parnaíba, 64º Edição. Teresina: EDUFPI, 1997 p. 120.

⁵⁵ OCTÁVIO, Tarquínio de Sousa. **Fatos e personagens em torno de um regime**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p.256.

ligada a Linha Vermelha de Gonçalves Ledo, que também lutava pelo regime republicano e o fim da escravidão. Como bom maçom, usou a sua imensa fortuna em prol das ações nobres. A preocupação de Simplício Dias não era apenas em gerir seus imensos currais, sítios, fazendas, comércio, indústrias de barcos, couro e charque. Fez das virtudes, sua causa principal.⁵⁶

Um pouco antes desse período, a maçonaria já era conhecida entre alguns revolucionários da Inconfidência mineira e da Conjuração baiana no século XVIII. Ela representou um centro de atividade política na difusão de ideias liberais e do pensamento liberal anticolonialista. Uniam-se simpatizantes da casa liberal, onde discutiam questões político-ideológica. Por não assumir uma definição político-partidária, ou mesmo religiosa, a maçonaria tinha seu corpo constituído por diversos membros da sociedade, entre eles, padres, judeus, engenheiros, políticos, mulçumanos, escrivães, budistas, comerciantes, entre outros. Nas lojas maçônicas do Brasil:

Foram discutidas e aprovadas várias decisões importantes, como o manifesto que resultou no Dia do Fico, a convocação da constituinte, os detalhes da aclamação de D. Pedro como defensor perpétuo do Brasil e, finalmente, como imperador no dia 12 de outubro. Imensa foi a contribuição da maçonaria para o movimento da Independência.⁵⁷

No Brasil da época, onde não existia liberdade política, as ideias discutidas no interior das maçonarias agiram como o fermento dos ânimos em prol da Independência nas regiões distantes do campo de atuação política do governo central.

Os Dias da Silva, na figura de Simplício Dias da Silva, no desejo da ruptura do Brasil com Portugal, aponta em suas ações o que podemos analisar como uma influência liberal a qual certamente conheceu nos livros e em suas viagens pela Europa. Teoria essa, que dominou a Inglaterra no século XVIII. No Brasil, os comerciantes e parte de sua elite que tinham contato com as ideias liberais, acabavam por pregá-las em defesa de seus interesses.

2.3 Domingos de Freitas Silva e o saber revolucionário

Também de família portuguesa, o contato com os pensamentos e com a literatura que os Dias da Silva possuíam, influenciaram, de certo modo, os Freitas Caldas nas questões

⁵⁶ www.proparnaiba.com.br/cultura/180-anos-de-memoria-viva-simplicio-dias-da-silva.html-1 Acesso em: 22/12/2015

⁵⁷ OCTÁVIO, Tarquínio de Sousa. **A vida de D. Pedro I**. v.3, Rio de Janeiro: José Olympio, 1952 p.16-17

políticas que permeavam a Vila de São João da Parnaíba, ocasionando o envolvimento de Domingos de Freitas Silva e o seu irmão Bernardo de Freitas Caldas no movimento pela Independência.

É possível que Domingos de Freitas Silva ainda no seminário em São Luís do Maranhão, tivesse tido contato com ideias liberais por meio do clero que também por aquela altura, já estava sendo influenciado. Levando em consideração que alguns membros desses seminários complementavam seus estudos teológicos em Portugal, o que permitia o contato com as ideias que chegavam de lá.

Em relação à participação de Domingos de Freitas Silva nas manifestações na Vila de São João da Parnaíba no ano de 1822, há algum tempo era questionada, sendo vista como contos transmitidos pela tradição oral, reproduzidos pela população com o intuito de fazer da imagem de Domingos de Freitas Silva a de um herói, já que esse é produto de uma memória social, que tanto se constrói a partir de acontecimentos reais como de lendas, o herói deve responder às expectativas que sobre ele se colocam e que ganham visibilidade, seja por meio de formas populares de celebração, seja através do esforço do Estado na promoção de determinado herói.

Contudo, Domingos de Freitas Silva esteve envolvido nas lutas pela Independência na Vila de São João da Parnaíba, sobre isso, verificamos o que foi citado em documentos da Câmara Municipal do ano de 1822, como um dos principais líderes do movimento, assim também como seu irmão Bernardo de Freitas Caldas. A afirmação confirma-se também através de trabalhos desenvolvidos por pesquisadores piauienses sobre a Independência, como se vê na obra de Diderot Mavignier:

O Padre parnaibano Domingos de Freitas e Silva junto com os Dias da Silva, fazia parte do grupo dos independentes, em Parnaíba. Começam os consiliábulo em prol, tanto em relação à Independência, como do Regime Republicano e do fim da escravidão no Brasil. No dia 19 de Outubro de 1822, o Cel. Simplício Dias da Silva toma o comando militar da vila e a frente das tropas 1º e 2º linhas exige que o Senado Câmara respeitasse os Decretos de Dom Pedro. Acompanhado dos patriotas, no Paço da Câmara, diante das tropas perfiladas, foi proclamada “a Regência de Sua Alteza Real, a Independência, e sua união com Portugal, e as futuras cortes constituintes do Brasil”. Com uma salva de tiros da artilharia e do repicar dos sinos, o povo se manifesta em calorosas aclamações. Presentes o Dr. João Cândido de Deus e Silva, José Ferreira Meireles, o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, o escrivão Ângelo da Costa Rosal, o tenente Freitas Caldas, o Tenente-Coronel José Francisco de Miranda Osório, o Capitão Domingos Dias da Silva Henriques, Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco, o Padre Domingos de Freitas e Silva e outros. Estava aceso, o estopim da explosão

que acordaria o Piauí e as Províncias do Norte as lutas em prol da liberdade do Brasil.⁵⁸

Como também se observa na obra de Wilson de Andrade Brandão quando aborda em seu trabalho a sessão da Câmara da Vila de São João da Parnaíba no ano de 1822:

Em 19 de outubro A Câmara de São João da Parnaíba reúne-se em sessão extraordinária. O paço literalmente ocupado de pessoas de todas as classes sociais. Presentes os vereadores [...], os eleitores da paróquia, especialmente convocados, também se encontram nesse recinto. Líderes atuantes, como o Capitão Bernardo Antônio Saraiva, Capitão Domingos Dias da Silva, Tenente Joaquim Timóteo de Brito, Escrivão Ângelo da Costa Rosal, Padre Domingos de Freitas, Leonardo de Carvalho Castelo Branco, José Ferreira Meireles e Bernardo de Freitas Caldas, tomam os lugares respectivos. O Juiz-de-Fora João Cândido de Deus e Silva, Presidente da Câmara, e o Coronel Simplício Dias da Silva, Comandante da vila e do Regimento de Cavalaria n.º2, principal articulador e chefe do movimento dirigem os trabalhos da sessão. Então, sob aplausos dos circunstantes, são “proclamadas nessa vila a Regência de S.A.R., a Independência do Brasil e sua união a Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil”, reconhecido o” Sereníssimo Dom Pedro de Alcântara, Regente e Defensor Perpétuo do Brasil.⁵⁹

A respeito da possível influência liberal herdada por Domingos de Freitas Silva, enquanto seminarista e membro da Igreja Católica, nos fornece parâmetros Azeredo Coutinho⁶⁰, que aponta o seminário como instituição voltada para a renovação do ensino na colônia, mantendo-se em sintonia com a vanguarda iluminista que agitava a Europa, mas que tinha reflexos ainda limitados no Brasil.”⁶¹

A participação de Domingos de Freitas Silva nas questões políticas e sociais de sua época ocorre durante toda a sua vida, sendo perceptível a íntima relação do mesmo, enquanto representante da Igreja, com o Estado, levando em consideração que por esse período, não existia a separação entre o religioso e o político. Paiva percebe a Igreja como “parte natural do Estado, melhor ainda: parte natural da sociedade. A sociedade e o Estado só eram

⁵⁸ MAVIGNIER, op.cit., p. 84.

⁵⁹ BRANDÃO, op.cit., p. 103.

⁶⁰ Azeredo Coutinho foi o fundador do Seminário de Olinda no ano de 1800.

⁶¹ SORATO, Madalena Maria. O Liberalismo Radical De Frei Caneca: O Typhis Penabucano Como Agente Formador Da Consciência Revolucionária. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/M/Maria%20Madalena%20Sorato.pdf. Acesso em: 23/04/15.

compreendidos a partir das premissas teológicas”⁶². Este estado de dependência pode ser compreendido como uma relação de “simbiose político-religiosa”⁶³.

A íntima relação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro tinha raízes bem anteriores, e nos remete ao nosso passado colonial, ultrapassando os limites que correspondiam ao território brasileiro. O Brasil herdara de Portugal o sistema de padroado, onde a Igreja se submetia ao Estado em troca da sua manutenção. A Igreja, ao mesmo tempo em que se submetia economicamente às vontades do governo imperial, se envolvia com suas questões políticas. “Esta participação política do clero não foi um fenômeno brasileiro, mas esteve também presente em toda a América Latina,”⁶⁴ justificando, assim, a predominância de membros da Igreja Católica na vida política do nascente Estado brasileiro a qual trataremos mais adiante no segundo capítulo intitulado “PARA ALÉM DAS RUPTURAS E PARA TODA A ETERNIDADE: O HOMEM VESTIDO DE BATINA E O OFÍCIO DE ADMINISTRADOR”. Na relação entre clero e política pode-se também justificar o envolvimento de Domingos de Freitas Silva nas questões que estariam ligadas à Independência do Brasil na Vila de São João da Parnaíba.

Os anos transcorridos entre a emancipação política do Brasil e o término da experiência regencial caracterizaram-se, sobretudo, pelo processo de construção do Estado Nacional brasileiro. Naturalmente, esse processo trouxe consigo uma série de embates entre correntes de pensamentos e segmentos sociais que, pela primeira vez, assumiam a dianteira da política brasileira. Mesmo não havendo registros do pensamento liberal de Domingos de Freitas Silva, suas ações nos levam a percebê-lo como um homem que foi influenciado por essa corrente. Os membros da sociedade que tinham conhecimento sobre as ideias liberais o viam como um líder liberal, assim como a imprensa da época. A ocasião de sua morte foi notificada também no Jornal *A Imprensa*, onde ao descrever sobre o finado, apontava-o como “apóstolo das ideias liberais”:

Às 2 horas da tarde do dia 27 do pretérito na povoação do Piripiry – 2.º districto deste termo, o Reverendo Domingos de Freitas e Silva, victima de uma terrível hydropesia que o havia ultimamente atacado. Era, o illustre finado, um sacerdote conceituado e distincto por seus robustos talentos litterarios, e maduros conhecimentos de theologia e moral. Como político,

⁶² PAIVA, José Maria de. **Padre Vieira**. São Paulo: Ícone, 2002, p.24.

⁶³ Termo utilizado por Maria Wellitânia de Oliveira em *A Fé, O Império E A Relação De Simbiose*. Os simbiosistas, como são chamados os seres que mantêm uma relação simbiótica, tem uma relação tão intrínseca que é difícil defini-los separadamente. Em sua maioria, os simbiosistas não sabem do benefício que causa a outra criatura, buscam apenas se beneficiar, instintivamente, do outro.

⁶⁴ PAIVA, op. cit., p.32.

foi sempre um fervoroso apóstolo das ideias liberais, e como cidadão foi um dos heroicos veteranos da independência do Brasil [...] ⁶⁵.

Nos alistamentos eleitorais das Paróquias, onde os eleitores dividiam-se em dois grupos, os conservadores e os liberais, o nome de Domingos de Freitas Silva sempre era colocado entre esses do último grupo. Assim, podemos ver na relação de eleitores apresentada pelo jornal *A Imprensa* do ano de 1868:

Relação dos Eleitores da Freguezia do Periphery:

Liberais:

Domingos de Freitas Silva (Grifo nosso)
 Thomaz Rebelo de Oliveira Castro
 João Paulo da Silva Rebelo
 José Felipe do Rego Castello Branco
 Antonio Albino d'Araujo e Silva
 Diogo Alves d'Oliveira e Silva
 Porfírio de Freitas Silva ⁶⁶

Nota-se que após o seu envolvimento com as questões políticas na Vila de São João da Parnaíba, continuou Domingos de Freitas Silva exercendo uma postura liberal, onde desenvolveu trabalho como administrador do local onde se estabeleceu. Suas ações são aqui analisadas como desenvolvidas por um agente do Estado brasileiro em formação.

Como anteriormente mencionado, a maioria dos liberais do Brasil no período das agitações pela causa da Independência eram homens da elite que almejavam autonomia econômica em relação à Coroa. O interesse, em sua grande maioria, se fazia sentir nos campos econômico e político. Alguns intelectuais esclarecidos e sabedores do que ocorria na Europa – Renascimento, enfraquecimento do Absolutismo, o nascimento do Iluminismo –, aderiram às ideias liberais envolvidos pelos desejos de mudança, pelo desejo de juntar-se ao "novo". Faziam parte da herança luso-brasileira herdada do iluminismo, alguns sacerdotes que se alinhavam religiosamente por princípios liberais, como foi o caso de Diogo Feijó e alguns padres políticos muito próximos a ele, como Custódio Dias, José Bento, Amaral Gurgel e Maria de Moura, entre outros.

⁶⁵ APEPI – Jornal A Imprensa, n° 182. Coluna Publicações Geraes 18/01/1869.

⁶⁶ APEPI – Jornal A Imprensa, n° 555. Coluna Noticiário 24/08/1868/ Relação dos Eleitores das Paróquias da Província do Piauí.

Assim também é percebida a figura de Domingos de Freitas Silva que durante o curso de sua vida, não promoveu ações liberais apenas no campo político, mas também no campo econômico e religioso, como será analisado nas discussões posteriores desse trabalho. Ana Rosa Cloquet da Silva aponta que os padres influenciados pelo liberalismo:

[...] tinham uma ideia bastante liberal no tocante à liberdade da Igreja brasileira em face da Igreja universal. Partindo do pressuposto da distinção entre o dogma e a disciplina, procuravam acomodar a disciplina religiosa às circunstâncias do Brasil, no intento de conferir à Igreja do Império características próprias, mais nacionais e mais próximas ao modelo religioso que propugnavam.⁶⁷

Um desses setores da sociedade que se fez fortemente presente nos debates políticos de então, assumindo relevante papel no processo de construção das bases do Estado imperial foi o clero. A estes religiosos que ganharam destaque na nossa história política, chamaremos aqui de padres-políticos. No início do período monárquico, a presença de padres-políticos fez-se marcante na nossa história, compondo parte da elite política imperial. Segundo Françoise Jean de Oliveira Sousa:

A considerável presença de elementos da igreja na política brasileira encontra várias explicações. A primeira vem da própria herança deixada ao Brasil pelos anos de dominação colonial. Nestes, em função da atrofia da estrutura burocrático-administrativa do Estado português na sua colônia americana, a autoridade religiosa fez-se mais presente junto à população local, principalmente do interior, comparativamente à presença da autoridade civil laica. Aliás, a origem de grande parte dos povoados brasileiros dava-se em torno de um templo religioso, o que fazia da Igreja a primeira representante do poder público a fazer-se presente nas localidades mais distantes. Consequentemente, o padre, como uma autoridade capaz de mobilizar a população, acabava por assumir funções que extrapolavam as tarefas de natureza religiosa, ocupando o vazio de autoridade deixado pelo Estado.⁶⁸

Assim, tendo em vista que os limites entre o religioso e o civil eram estreitos no Brasil desde os tempos coloniais, o catolicismo não escapou das aspirações transformadoras que estavam em curso no processo de elaboração dos novos quadros da sociedade durante o processo de Independência.

⁶⁷ SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831); Dossiê Igreja E Estado. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882012000100006. Acesso em 13/06/15.

⁶⁸ SOUSA, FRANÇOISE Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. Disponível em: www.revistas.usp.br/alb/article/download/11700/13471. Acesso em: 22/05/2015.

Na sociedade católica do século XIX, surgiu o que a historiografia nomeou de catolicismo liberal⁶⁹. Esta corrente político-religiosa foi marcada por uma tendência progressista de adaptação da Igreja ao novo universo intelectual e às novas condições sociais que se impunham. Dentro desta perspectiva, os católicos liberais brasileiros pensaram e discutiram as questões eclesiais no âmbito do Estado Nacional que se formava.

Estes religiosos tinham uma ideia bastante moderna das liberdades da Igreja brasileira em face da Igreja universal, sustentando a competência e a legitimidade da interferência do poder civil para examinar os assuntos constantes nas bulas papais. Deste modo, os católicos liberais estavam convencidos de que as reformas da Igreja deveriam ser levadas a feito pelo governo, uma vez que os interesses da religião se fundiam com os do Estado. Nesta linha de raciocínio, o posicionamento político-religioso do clero liberal, encontraria explicação, não em seus princípios teológicos e filosóficos, mas, principalmente, em seus interesses políticos e econômicos pessoais.

É preciso, porém, romper com estas impressões que tendem a desconsiderar a convicção religiosa desses homens, levando em conta, exclusivamente, o seu lado político. Naquele contexto histórico, não havia uma clara cisão entre o mundo da política e da religião, ao contrário, os homens tinham uma forma muito própria de juntar os dois universos, uma vez que o terreno da moral e da religião era tido como de interesse público⁷⁰. Do mesmo modo, o serviço público era entendido claramente como uma forma de servir a Deus e à Igreja.

Esta estranha simbiose fica clara quando, por exemplo, Feijó apresenta o projeto de Constituição Eclesiástica por ele elaborado, como uma natural continuidade das reformas inauguradas com a Constituição civil do Império. Portanto, a dedicação desses sacerdotes à política não pode ser entendida como uma conseqüente morte do homem religioso.

Ao contrário, o entendimento das motivações que moviam os padres-políticos em suas batalhas públicas exige que estas sejam analisadas a partir de características que lhes são muito próprias, isto é, como fruto de uma elite política e religiosa que, embora muito próxima do Estado, não se prendia unicamente aos interesses deste, mas que, ao contrário, tinha sua compreensão do mundo e da política pautadas, dentre outras coisas, por suas convicções religiosas.

Atuante no sacerdócio em um momento em que este se encontrava em contato com as novas ideias sobre liberdade que pairavam pelo mundo, provavelmente, Domingos de Freitas

⁶⁹ MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do Catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 84.

⁷⁰ SOUSA, op. cit., p.6.

Silva teria se aliado a elas. Em seu retorno à Vila de São João da Parnaíba, encontrou clima favorável e viável para sua atuação como político. Embebido agora com o pensamento político advindo também de seu contato com os Dias da Silva, Domingos de Freitas Silva se envolve nas lutas pela Independência assim como os demais intelectuais com que se relacionara no campo ideológico. As participações nas sessões da Câmara de Parnaíba apontam-no para um político em exercício que utiliza de seu pensamento em defesa da liberdade, liberdade esta que estaria presente no curso de todas as suas atividades e em diferentes momentos de suas ações.

Nunes ao descrever Domingos de Freitas Silva o define como: “O Padre Francisco Domingos de Freitas Silva⁷¹, um dos baluartes da independência política no Piauí e um dos intimoratos patriotas da proclamação de 19 de outubro em Parnaíba”.⁷² De certo sua oposição ao governo lhe renderia preocupações no futuro.

No contexto de agitações e movimentos de cunho contrário aos interesses de Portugal, o governo português envia ao Piauí o Governador das Armas, o Major João José da Cunha Fidié, comandante português, encarregado da tropa que deveria manter o norte da ex-colônia fiel à coroa portuguesa. Enquanto Fidié se aproximava, os independentes não encontrando nenhum apoio no Piauí e no Maranhão, refugiam-se no Ceará, que já havia aderido ao movimento.⁷³ Desse modo, no dia 6 de dezembro, daquele mesmo ano, Fidié recebera um ofício do Comandante de Piracuruca com notícias vindas de correspondências de Parnaíba que o informavam que já havia fugido o Juiz de Fora, Dr. João Cândido de Deus e Silva, e muitos outros chefes, entre os quais, Manoel Antônio, o Tenente Timóteo, o Padre Domingos de Freitas e José Ferreira Meireles.⁷⁴ Provavelmente ao saber do planejamento de sua ida à Parnaíba, alguns líderes do movimento deixaram a Vila, entre eles, Domingos de Freitas Silva. Quando se soube em Parnaíba que sobre ela marchariam tropas de Oeiras sob o comando do próprio Governador das Armas, houve um princípio de pânico na Vila.⁷⁵ A preocupação fez-se tamanha que obrigou os líderes do movimento e autoridades a escreverem ofício direto à Fidié que em nome do “sossego e tranquilidade deste povo possa remover os

⁷¹ Alguns escritores ao referirem-se a Domingos de Freitas Silva o fizeram como Francisco Domingos de Freitas Silva. É necessário que se aponte as documentações existentes (testamento, registros eclesiásticos, correspondências) que revelam se tratar da mesma pessoa.

⁷² NUNES, op. cit., p.49.

⁷³ NUNES, op. cit., p.50

⁷⁴ CHAVES, op. cit., p. 43.

⁷⁵ Ibid., p. 46.

vexames e os males que sobre todo ele vão recair.”⁷⁶ Domingos de Freitas Silva por essa altura havia desaparecido da Vila de São da Parnaíba.

Os episódios sobre a participação de Domingos de Freitas Silva no processo pela independência também foram perpetuados pela tradição oral, que encontrou suporte ideal para manifestação de memórias, tanto coletivas como individuais, visto que a organização material do espaço surge como uma espécie que garante manutenção e transmissão da memória de um grupo e é nesse momento que se inicia a construção da identidade coletiva daquela população.

O apego aos símbolos e aos grandes personagens hoje é visto em um estudo mais aprofundado dentro da história como uma busca ou necessidade de um grupo de um vínculo em comum, algo que os aproxime, os identifique. No passado, houve por parte dessa mesma população frágil e desprovida de fatores essenciais, uma necessidade de criação de identidade, a prova disso está a participação coletiva na construção de um discurso, o discurso identitário que é perpetuado até hoje, seja através de fatos verídicos, ou não, transmitidos através da tradição oral e da pouca historiografia existente. A primeira, relatada nesta última por Santana apontou sobre Domingos de Freitas Silva:

As versões que atravessaram os anos sobre a sua chegada a Piripiri, antes sítio Gameleira uma terra encravada na data Botica, são muitas. Alguns acreditam que fugia da Confederação do Equador, já que sua atuação em movimentos revolucionários já era notável. Outras histórias vigoram que fugia das espingardas dos pistoleiros de Fidié, que já havia dado ordem para a eliminação dos principais líderes do movimento da Independência em Parnaíba o qual Domingos Freitas teve participação ativa. Por essa altura as perseguições e ameaças ao vigário eram cada vez mais frequentes, o que o poderia tê-lo feito ir em busca ou fixar-se em um local bem seguro já que se envolveu de tal forma no movimento revolucionário, devendo este, está sendo procurado.⁷⁷

A somar com a historiografia existente, Santana relata episódio eternizado pela tradição oral da população de Piripiri onde teriam dado ordens de eliminação a todos os participantes do movimento na Villa de São João da Parnaíba:

Na noite de 23 de junho de um ano daquele começo do século XIX, estavam alguns rapazes e moças festejando o São João na porta da Igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca. Como de costume, faziam experiências para desvendar o futuro. Uma bacia com água estava à disposição das pessoas que quisessem participar da brincadeira. Quem não visse a sua imagem refletida na água benta em volta da fogueira não veria o São João do Ano Seguinte. Um rapaz que ali se encontrava com a noiva disse que não ia olhar, pois sendo jovem, sabia que viveria muitos anos. A

⁷⁶ Ibid., p. 47.

⁷⁷ SANTANA, Judith Alves. op. cit., p. 16.

dois passos estava Franco Cascavel. De repente caiu o jovem. Caiu morto. E Franco Cascavel disse, retirando-se: Foi cascavel, mas não fui eu! E desapareceu. [...] As autoridades responsáveis pela segurança da Vila, informadas de que o assassino era o pistoleiro que andava à procura de Domingos de Freitas e Silva, a mando de um dos chefes da Vila da Parnaíba para tirar-lhe a vida, despacharam soldados em diligências, perseguindo-o. Conseguiram encontrá-lo em Barras, ponto de parada para descanso no Trecho Piracuruca a Livramento. E começou um terrível tiroteio. De um lado a violência dos soldados. Do outro, Franco Cascavel atirando, defendendo-se, resistindo sozinho. Por fim, caiu morto atingido por um tiro[...].⁷⁸

Tendo sido ou não comprovado que o episódio teria ocorrido o que é de importância elencar é que ele nos traz à luz a visão que a sociedade imprimia sobre o envolvimento do personagem nas lutas pela Independência. Aquela povoação, em sua maioria, pouco instruída, era sabedora de que Domingos de Freitas Silva esteve envolto às questões políticas que ocorriam à época.⁷⁹ Fato este que deve esclarecer a imagem que foi construída pela sociedade ao seu respeito, de que teria sido ele “alguém merecedor dos títulos de herói, fundador, de guerreiro.”⁸⁰ Essa construção é aqui entendida como tentativa de construção de sua identidade, da preservação de sua memória.

No curso dessas (re)significações que chegaram até os dias de hoje por meio da tradição oral no trabalho de gerações, encontra-se um objeto de estudo que instiga a compreensão do processo de atribuição de sentidos e significados que a sociedade imprimiu sobre Domingos de Freitas Silva. Podemos pensar os significados criados pela população a respeito do personagem como uma memória subterrânea⁸¹ a qual indica para possibilidades de se considerar e apreender por meio desses significados uma compreensão sobre o passado, como também, marcadores identitários⁸² e elementos de patrimonialização oficial de uma memória que se recompõe nas repetições entre a tradição e as diversas formas do que é escrito.

Por fim, ainda que não tenha sido Domingos de Freitas Silva um dos alferes do movimento pela Independência, no sentido de não ter lutado no campo de batalha, foi ele um dos homens que muito fizeram pela causa da Independência. Ainda que no campo ideológico e político as discussões promovidas por esses liberais acabassem por gerar o início de um

⁷⁸ Ibid., p.18.

⁷⁹ O movimento pela Independência em Parnaíba e seu envolvimento com a política administrativa das terras onde se estabeleceu levam a historiografia a percebê-lo como um político atuante.

⁸⁰ SANTANA, Judith Alves. op. cit., p.39.

⁸¹ Michael Pollack chamou de memória subterrânea a memória que subverte o silêncio que entra em disputa com a memória oficial. Para ele, O conflito da memória subterrânea e “oficial” pode ter como consequência a reescrita da história, como por exemplo. Ver essa análise: POLLACK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, nº 3, vol. 2, p. 3-15, 1989.

⁸² Elementos que definem e singularizam determinado grupo, sociedade, definindo elementos particulares.

processo que acarretaria no episódio mais importante da história política do Brasil. Domingos de Freitas Silva em seu envolvimento com as questões que deram luz à Independência, acabou por fazer nascer também o Homem político que, em momento posterior, se faria presente na construção e formatação do Estado Nacional brasileiro.

3 PARA ALÉM DAS RUPTURAS E PARA TODA A ETERNIDADE: O HOMEM VESTIDO DE BATINA E O OFÍCIO DE ADMINISTRADOR

Tendo percebido o homem político em Domingos de Freitas Silva e seguindo percorrendo o seu trajeto de vida, nos deparamos com a figura do religioso. Característica essa, que primeiro se estabeleceu entre os ofícios que desempenhou. Contudo, antes de analisá-lo enquanto religioso, é necessário que se compreenda qual contexto o personagem vivenciou e qual a relação entre religião e política existente à época já que o personagem transitou por esses campos. O pensamento liberal desenvolvido enquanto homem político não se reduziu apenas às discussões promovidas nas reuniões da maçonaria ou na Câmara da Vila de São João da Parnaíba, permaneceu com Domingos de Freitas Silva, consolidando-se como característica de sua postura. Nas ações promovidas no percurso de sua vida, tanto políticas, como religiosas e sociais, é possível verificar uma influência liberal.

3.1 *Penser et laisser penser* : A influência das luzes e o clero liberal

A Europa, já entre os séculos XVI e XVII, vivenciava uma reforma em sua estrutura em razão da mudança de pensamento cristão, ocorrida por ocasião do desmembramento do cristianismo ocidental, do surgimento dos movimentos protestantes e, principalmente, da Contra Reforma. Posteriormente, com o advento do Iluminismo e com as modificações provocadas por essa corrente na mentalidade social da época, a Igreja também sofreu alterações provenientes da influência do pensamento liberal. Sobre isso aponta Manuel Braga da Cruz:

O liberalismo viera retirar ao catolicismo o primado ideológico e político que este detivera no antigo regime, obrigando-o a disputar, no domínio da concorrência, a defesa dos seus interesses institucionais e das suas posições doutrinárias. Com efeito, com a expropriação das ordens religiosas, a Igreja católica perdera boa parte da base econômica do seu poder, afetada também na sua política pela crescente intromissão reguladora do poder político na esfera religiosa e pela supressão efetiva de prerrogativas de privilégio. A secularização laicizante das sociedades liberais, operada pela expansão do moderno racionalismo burguês, fez perder a Igreja o domínio das instituições produtoras da ideologia e o controle sobre as massas católicas.⁸³

⁸³ CRUZ, Manuel Braga da. **Os católicos e a política nos finais do século XIX**. Análise social, vol. XVI (61-62), 1980. p.1

A respeito dessa propositura estava o fato de que o movimento iluminista defendia que a Igreja Católica era uma espécie de entrave ao desenvolvimento da razão e da modernização. Contudo, a relação entre Iluminismo e Igreja não se ateve apenas ao campo das críticas, se deu também a partir da influência que os membros desta última receberam do pensamento liberal que ascendia à época em razão do advento da expansão das ideias iluministas. O mundo se aproximava do liberalismo e o liberalismo ganhava o mundo, inclusive a religião. A Igreja que tentava renovação, não se abriu facilmente para o liberalismo, porém, alguns religiosos foram influenciados ao longo de suas formações eclesiais por essa corrente. A respeito do interesse dos membros da Igreja pelo pensamento iluminista Pio IX comenta que:

Entretanto, por mais que os filhos dos séculos sejam mais hábeis que os filhos da luz, as astúcias dos inimigos da igreja teriam menor êxito se um grande número dos que levam o nome de católicos não lhes estendesse a mão amiga. Mas por desgraça há os que parecem querer andar de acordo com nossos inimigos, e se esforçam por estabelecer uma aliança entre a luz e as trevas, um acordo entre a justiça e a iniquidade, por meio destas doutrinas chamadas de “católico-liberais”; estas, apoiando-se em princípios os mais perniciosos, afagam o poder laico quando invade as coisas espirituais e fazem os espíritos respeitar ou pelo menos tolerar as leis mais iníquas, como se não estivesse escrito que ninguém pode servir a dois senhores. Esses são certamente mais perigosos e mais funestos do que os inimigos declarados, porque agem sem serem notados, ou pelo menos pensam agir assim.⁸⁴

O perfil desses novos católicos consolidou-se com a influência do iluminismo, firmando-se nos ideais liberais, juntamente com o fato de não poder defender tais ideias (sob pena de expulsão e condenação), tentaram harmonizar as teorias religiosas com a razão defendida pelas ideias liberais.

Ainda na Europa, verifica-se que, a partir da segunda metade do século XVIII, Portugal sofre influência do racionalismo iluminista, abrindo suas portas para o estudo das ciências naturais e físicas, contestando e deixando de lado o tradicional ensino da filosofia escolástica. A Igreja Católica em Portugal deve ser entendida dentro do contexto das reformas como parte integrante do projeto mercantil, que, nesse momento, era desenvolvido na administração do Marquês de Pombal. Entre Igreja e Estado havia uma forte relação de certa subordinação, imposta pelas medidas centralizadoras de restrição dos privilégios do clero. As estruturas de organização do poder e atuação da Igreja ficaram sobre responsabilidade do Estado exercida pela política de Pombal, tanto em Portugal, quanto no Brasil, adquirindo

⁸⁴ LEFEBVRE, Mons. Marcel. **DO LIBERALISMO À APOSTASIA: A Tragédia Conciliar**. Tradução de Idelfonso Albano Filho. Rio de Janeiro: Editora Permanência, 1991. p.32.

também características do despotismo esclarecido herdado pela influência do pensamento iluminista.

A política de Pombal caracterizou-se por seus aspectos “anti-monopolista, anti-absolutista da aristocracia nobiliária e da aristocracia eclesiástica.”⁸⁵ Convém apontar que as ações de Pombal foram conduzidas pela influência que o iluminismo exerceu na política. Dentro do contexto da administração de Pombal, a Igreja no Brasil assumiu a serviço do Estado português: “O Estado a considerava um departamento com finalidades voltadas para a conquista e garantia das terras e povos coloniais.”⁸⁶ Em razão desse ofício dado a Igreja, esta acabou por não dissociar-se das questões políticas, mesmo não tomando o papel de controladora e líder da ordem vigente, a Igreja permaneceu vinculada às decisões políticas. Também por isso era comum que alguns membros dessa instituição se envolvessem com as principais questões e tivessem seus nomes ligados ao contexto político da época.

Por mais que já existisse certa abertura intelectual, ainda existia forte restrição às novas ideias liberais e democráticas. Contudo, se essa abertura se deu de modo tímido e não homogêneo entre a sociedade, não faltou oportunidades aos intelectuais brasileiros manterem contato com o pensamento iluminista. Progressivamente ao avanço das ideias liberais, o clero brasileiro, sobretudo o clero urbano e letrado⁸⁷, passou a exercer as suas atividades no Brasil também sob influência liberal. A respeito da influência lançada pelo pensamento liberal no clero brasileiro, Riolando Azzi defendeu que se deu em duas vertentes político-religiosas onde:

A influência liberal levou uma parte do clero a duas posturas básicas: a se rebelarem contra o tradicional pensamento católico que servia de sustentáculo à cristandade colonial, e ao mesmo tempo a assumirem uma posição política em favor da independência e da liberdade do Brasil; em consequência disso, não poucos clérigos tornaram-se insurgentes e revolucionários⁸⁸.

Sobre a politização do clero brasileiro e o seu crescente interesse por questões ligadas ao pensamento liberal, Tollenare, em sua estadia por Recife, registrou que no Mosteiro de São Bento “as obras francesas são as mais procuradas, e, entre todos os escritos, os que encerram o código da filosofia do século XVIII.”⁸⁹ Também ao relatar sua visita ao convento de Santa Teresa em Olinda, o viajante francês informou sobre o interesse dos frades pelo evento da

⁸⁵ QUEIROZ, Germana Costa. **A Igreja Católica e o Estado no Maranhão Colonial (1750-1777)**. (Dissertação de conclusão de curso) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís: 2007.

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ AZZI, Riolando. **A igreja Católica na formação da Sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Santuário, 2008, p.55

⁸⁸ Ibid.

⁸⁹ TOLLENARE, Louis François. **Notas dominicais**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p.11.

Revolução Francesa: “na minha qualidade de estrangeiro, me foi preciso fazer frente ao guardião e a um outro frade, aos quais nenhuma das circunstâncias da nossa Revolução Francesa era estranha[...]. A política europeia era sua mania.”⁹⁰ Os registros feitos por Tollenare fornecem informações de como, no Brasil, o campo religioso, através de alguns membros, vinha sentindo interferências do pensamento europeu liberal.

Para Azzi, no Brasil havia um grupo significativo de clérigos que, em sua maioria, eram intelectuais que não somente aderiram ao pensamento liberal, mas que também buscaram traduzi-los em seu cotidiano ao participarem ativamente das discussões e dos movimentos revolucionários que permearam o advento da causa nacional. Domingos de Freitas Silva não foi um religioso com ações isoladas, contudo, é necessário que se considere que, de modo majoritário, no contexto da época, os membros do clero ainda exerciam uma postura tradicional formada pelo pensamento cristão da época, fato esse que nos leva a percebê-lo como parte integrante de uma minoria que ascendia no seio da instituição Igreja e atravessava o campo político.

Assim como na Europa, no Brasil, o século XIX é marcado por muitas questões teológicas, eclesiásticas e políticas que se desdobravam no mundo: o conflito entre Igreja e Estado, católicos contra maçons, clero e política. Entretanto, não se deve falar, porém, que existia apenas uma intenção dos brasileiros em imitar o desejo de independência e liberdade iniciado com o progresso do pensamento iluminista. O desejo nativista fora inaugurado já em meados do século XVIII e, nos séculos seguintes, intensificou-se nas mais diversas regiões do Brasil estando mais presente nas camadas urbanas do país, ganhando mais força entre os intelectuais e alguns membros da Igreja, sobre esses últimos, Azzi analisa que inspirando-se nas revoluções norte-americana e francesa, os clérigos liberais estavam imbuídos de forte mentalidade nativista ao levar avante seus ideais revolucionários.⁹¹

Entre os católicos-liberais existia certa unanimidade no desejo de defesa da pátria, em harmonia com seus anseios de uma maior autonomia com relação ao governo português. Era possível que houvesse nesses religiosos uma consciência clara das ideologias exercidas em outro momento pela Igreja Católica a favor da Coroa portuguesa. Para eles, era necessário um rompimento com os interesses colonialistas e tomar frente dos interesses da pátria por sua liberdade. Contudo, a primeira mudança que causaria a tão almejada ruptura com o governo português deveria ser proveniente do pensamento. O clero letrado contribuiu com esse papel.

⁹⁰ Idem., p. 12

⁹¹ AZZI, Riolando. **A igreja Católica na formação da Sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Santuário, 2008. p. 67.

Manoel Braga da Cruz afirma que a específica intervenção de católicos na vida política só veio a pôr-se em Portugal, tal como, aliás, no estrangeiro, com a instauração do regime democrático liberal e do sistema político de partidos⁹². Alguns religiosos que recebiam influências desse novo olhar sacerdotal para o mundo, “a esses católicos, bem cedo acusados de *liberais*, vão ensaiar novas formas de organização e intervenção, destinadas a pôr termo à letargia do movimento católico em prol das suas reivindicações.”⁹³ Muitos desses irão de fato se envolver com movimentos que buscavam promover a independência do Brasil ou, ao menos, desenvolverem ao longo de suas vidas, ações que hoje podemos indicá-las como tentativas de melhoramento da situação social onde estavam inseridos. A ligação entre clero e as ideias liberais possui muitas características, entre elas, a de que não havia oposição entre Deus e a liberdade. Esse pensamento parecia multiplicar-se entre diversos membros do clero brasileiro.

A exemplo desses homens, temos Domingos de Freitas Silva, logo após ser ordenado presbítero secular no Maranhão, exercia atividades eclesiásticas na Vila de São João da Parnaíba já antes de se envolver com o movimento pela independência. Após esse episódio, se refugia em Granja-Ceará, como será exposto mais a frente. Com o fim do movimento, já no ano de 1823, Domingos de Freitas Silva se encontrava no Piauí como presbítero na Vila de Piracuruca. A respeito dessa linha cronológica aqui apontada, estão os documentos da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo da referida Vila. Em registros de batismos, óbitos e casamentos, temos esses documentos por ele assinados em seu exercício eclesiástico. Verifica-se em um documento de óbito do ano de 1823:

Aos vinte quatro do mês de setembro de mil oitocentos e vinte e três nesta Igreja Matriz de Piracuruca sepultouse Roza Maria Brito, natural dessa freguezia, Viúva: morreu de febres: foi em volta em habito de S.Francisco emcomendado por mim e para constar fiz este assento que assigno= Vigário Padre Domingos de Freitas Silva.⁹⁴

Contudo, antes da análise da postura de Domingos de Freitas Silva enquanto sacerdote é importante a análise do contexto religioso à época. Pelo fim do século XVIII, existia no Brasil apenas uma única província eclesiástica com um arcebispado na Bahia. As dioceses eram a do Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão, Olinda, Pará, Mariana e São Paulo. Durante o século XIX, a estrutura eclesiástica brasileira permaneceu limitada às regras impostas pelo

⁹² VALA, Jorge Manoel. Os católicos e a política nos finais do século XIX. Disponível em: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221840494M6zFQ7xv9Rd55BV5.pdf Acesso em: 11/05/2015. p.1.

⁹³ Ibid., p.61.

⁹⁴ AEPPCA - Livro de óbito n 03/ 1821-1838 s/n.

padroado que delegava à Coroa a responsabilidade da ereção das paróquias e a nomeação e custeio de seus responsáveis pastorais, através da Mesa da Consciência⁹⁵. Com isso, continuaram as paróquias durante esse século em número reduzido. Marcelo de Sousa Neto analisa que “até fins do século XIX, o Brasil contou com uma estrutura eclesial insuficiente para atender as necessidades espirituais, seja por suas dimensões territoriais, seja por sua crescente população.”⁹⁶ Desse modo, a sociedade produzia seu modelo de reza, exercitava sua fé e propagava suas crenças. Com a junção do Piauí ao bispado de São Luís do Maranhão, houve, conseqüentemente, um aumento no número de freguesias a que o bispado seria responsável.

O Piauí por esse período, contava com as de Nossa Senhora do Monte Carmo de Piracuruca, Nossa Senhora da Vitória da Vila da Mocha, a de Nossa Senhora do Livramento em Parnaguá, a de Santo Antônio do Surubim em Rancho dos Patos⁹⁷. Com enorme responsabilidade do Bispado com tantas freguesias e com distanciamento geográfico que tinham em relação ao Maranhão, essas freguesias foram sustentadas pelas práticas de seus responsáveis, os vigários das paróquias. Vigários estes que, na grande maioria das vezes, estiveram “livres” para seus exercícios, com pouca vigília, a consciência era a lei.

3.2 Breves questões sobre celibato no século XIX

Pareceu-me, portanto que, se alguma lei no mundo deve ser abolida, pelo mal que dela resulta, pelo nenhum bem que produz, pois que ninguém ficará obrigado a ser casado, é a lei do clero. Se, porém, isso não se faz, é indispensável pelo menos a dispensa.

A lei do celibato é demais a mais inutilíssima porque por ela não se consegue o fim para que foi imposta, que é obstar a incontidência, conservando a pureza dos ministros do altar, em nada promovendo o bem espiritual dos padres.⁹⁸

⁹⁵ Criada pelo rei Dom João III em 1532, a Mesa da Consciência julgava, por mandato papal e real, os litígios e causas de clérigos e de assuntos ligados às “causas de consciência” (práticas religiosas especialmente, as que contrariavam as práticas da Igreja).

⁹⁶ DE SOUSA NETO, Marcelo. Fé, bens e política: Piauí e Maranhão em disputa (1822- 1903). Disponível em: periodicos.ufrn.br/mneme/article/viewFile/964/957. Acesso em: 17/04/2015.

⁹⁷ No período em que o Piauí foi anexado ao Bispado do Maranhão, no século XVIII, a freguesia Rancho dos patos mudou de nomes, primeiramente para Longa e depois para Campo Maior.

⁹⁸ Os fragmentos acima foram escritos por defensores da supressão do celibato clerical. O primeiro trata-se do pensamento do ministro imperial Diogo Antônio Feijó e, o último, de Marcelino Ferreira Bueno. “Tais escritos manifestam um movimento que teve seu início no ano de 1826 por um grupo de padres em São Paulo e perdurou alguns anos da década de 1830, propondo reforma na Igreja no Brasil Império. Para ver mais ler: LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (Org.). Reformismo da Igreja no Brasil Império: do celibato à caixa eclesial. Coleção cadernos de História da Igreja do Brasil, São Paulo: Loyola, 1985, p.13-35

Desde sempre, a Igreja teve em seu corpo formativo homens que se desviaram do dogma celibatário, tanto que no Cânon X no capítulo sobre Sacramento do Matrimônio do Concílio de Trento⁹⁹, respondendo a Reforma Protestante, que questionava a imposição desse ato, a Igreja resolve reafirmá-lo. Contudo, desde seu princípio, não conseguiu uniformizar o clero em torno da questão do celibato, tão discutida nos Concílios de Latrão.¹⁰⁰ Essa não homogeneização da aceitação do celibato acabava por gerar homens a serviço de Deus e dos homens. Se não foi fácil disciplinar o clero no século XVI durante os sucessivos Concílios, tampouco isso ocorreria nos séculos seguintes, onde, ocorreu a explosão de ideias sobre a razão e a liberdade.

Em Portugal, a Igreja teve muita dificuldade em reforçar o celibato, como era ordenado nos Concílios. Não eram incomuns os casos de padres casados e com prole iniciada. Pois, como afirma Fortunato Almeida, Portugal era “um país que as paixões sensuais e a mancebia do clero não eram raras e nem causavam grande impressão.”¹⁰¹

Se havia dificuldades em manter a prática do celibato acesa já em Portugal, onde os seus membros conheciam e tinham maior proximidade com as decisões tomadas nos Concílios reformadores da Igreja, como seria essa questão no Brasil? Ainda enquanto colônia, existiram casos de padres que se uniam com mulheres e constituíam família. “Os jesuítas acusavam o clero brasileiro de viver em mancebia com as índias”.¹⁰² Com isso, “construíram uma reputação de imoralidade, desordem e devassidão do clero brasileiro que perdurou até o século XIX.”¹⁰³

Significativa parte do clero brasileiro do século XVIII encontra-se denunciada em documentos redigidos pela própria população que relatava que “muitos padres mantinham tratos ilícitos ou comunicavam-se ilicitamente com mulheres.”¹⁰⁴ Essa tradição acabou sendo

⁹⁹ Tratava-se das decisões tomadas durante o Concílio de Trento sobre a questão celibatária. O Cânone do Santo Sacramento da Penitencia número X, versava que “se alguém disser que os sacerdotes que estejam em pecado mortal não tenham poder de perdoar ou não perdoar, ou que não só os sacerdotes são ministros da absolvição, mas que Cristo falou "tudo que atares na terra será também atado no céu, e o que não atares na terra não será atado no céu" a todos os fiéis, assim como "os pecados que perdoarem serão perdoados, e os que não perdoarem não serão perdoados" , e assim, qualquer pessoa poderia absolver os pecados, os públicos apenas por correção, se o penitente consentir, e os secretos por confissão voluntária, seja excomungado.”

¹⁰⁰ Os cânones dos concílios de Latrão II (1139), Latrão III (1179) e, finalmente, Latrão IV (1215) reiteraram a proibição ao concubinato dos padres e à ordenação de homens casados.

¹⁰¹ ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Vol. I, Porto: Portucalense Editora, 1967, p. 491.

¹⁰² LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Livraria Portugal - Civilização Brasileira, 1938, p. 270

¹⁰³ BOSHE, Eduardo Theodoro. **Quadros alternados** (impressões do Brasil de D. Pedro I). Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Garraux, 192. p. 110

¹⁰⁴ LIMA, Lane Lage Gama. **A confissão pelo avesso**. (Tese de doutorado) - Departamento de História, USP, 1991.

transmitida aos séculos que se seguiram. No Brasil dos oitocentos, logo após a Independência, surgiram as primeiras propostas de uma reforma católica, que se apresentaram em duas vertentes bem distintas. Uma liderada pelo padre Diogo Antônio Feijó que defendeu a criação de uma Igreja desvinculada de Roma, organizada por um Concílio Nacional e, a outra, dirigida por Dom Romualdo Antônio de Seixas, que propôs a formação de um clero observante, vigilante do celibato, contudo, subordinado à cidade de Roma e teria sua independência do governo em assuntos religiosos.

As discussões a respeito da reforma religiosa no Brasil atravessaram as paredes da instituição Igreja, estando presente até nas discussões políticas promovidas em gabinetes, na imprensa e nas camadas cultas da sociedade. Entre os problemas a serem repensados e resolvidos, estava a questão do celibato, pois, a visão de “ter filhos naturais era então a coisa mais natural deste mundo. Sem exceção para padres, que costumavam ser muito bons padreadores.”¹⁰⁵

Em 1827, o deputado da Bahia Antônio Ferreira França sugeria que “o nosso clero seja casado e que os frades e as freiras acabem em nós.”¹⁰⁶ A proposta do deputado trás a lume a propositura de que a questão do celibato mereceu destaque por parte de alguns membros da sociedade, não apenas do clero. Feijó em apoio à sugestão do político ainda acrescentou que:

Primeiro, que autorize ao Governo para obter de Sua Santidade a revogação das penas espirituais ao clérigo que se casa; fazendo saber ao mesmo Santíssimo Padre a necessidade de praticar, visto que a assembleia não pode deixar de revogar a lei do celibato; segundo, que o mesmo governo marque ao nosso plenipotenciário prazo certo, e só o suficiente, em que deve definitivamente receber da Santa Sé o deferimento dessa súplica; terceiro, que no caso da Santa Sé recusar-se ao requerido, o mesmo plenipotenciário declare a Sua Santidade mui clara, e positivamente, que a assembleia geral não derrogará a lei do celibato, mas suspenderá o beneplácito de todas as leis eclesiásticas disciplinares que estiverem em oposição aos seus decretos; e que o governo fará manter a tranquilidade e o sossego público por todos os meios que estiverem ao seu alcance.¹⁰⁷

Feijó argumentava que o celibato clerical era uma espécie de norma disciplinar imposta pela Igreja, e não um mandamento divino, tendo em vista que “a Escritura não

¹⁰⁵ FRIEIRO *apud* CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. O padre Feijó e a questão do celibato clerical. **Revista Ciências Humanas**. Taubaté. V. 7 n° 2, 2001, p.15

¹⁰⁶ ALMEIDA, Luís Castanho de. **O sacerdote Diogo Antônio Feijó**. Petrópolis: Vozes, 1951, p. 61.

¹⁰⁷ DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Nacional, 1938, p. 56.

oferece uma só passagem pela qual se entenda prescrito o celibato dos clérigos”.¹⁰⁸ Seus discursos basearam-se na prerrogativa de que o ato celibatário não era condição apostólica dogmática, apenas disciplinar. Feijó acreditava que só a supressão do voto celibatário seria a solução dos desvios e das posturas imorais que ocorriam dentro do corpo eclesiástico. O pensamento liberal de Feijó influenciou para que o religioso defendesse a ideia de que a questão do celibato não eram os padres, mas a própria lei e a intolerância da Igreja, resistente em torná-lo opcional ou reconhecê-lo como desnecessário ao bom exercício eclesiástico. Cabe ressaltar, ainda, que Feijó tomou a frente da questão celibatária, porém, como informou Dornas Filho “teve uma vida puríssima acima de qualquer coisa”.¹⁰⁹ Esse fato nos permite esclarecer que as intenções de Feijó não eram particulares e que foram desenvolvidas pela influência da racionalidade religiosa herdada pelo Iluminismo que pairava pela Europa e que por essa época adentrava pelo Brasil.

As discussões em torno do celibato perduraram por muito tempo, diminuindo apenas com a renúncia de Feijó em 1837, depois de sucessivos embates entre as duas frentes da reforma da Igreja. Embora não tenha havido vitória das propostas de cunho liberal de Feijó, elas ajudam a perceber o cenário da época e de como as ideias liberais acabaram por contagiar alguns membros da Igreja. As imposições delegadas ao corpo eclesiástico acabavam por abrir brechas para que seus membros fossem tomados pelo pensamento liberal em defesa da liberdade.

Assim como Feijó, no que concerne a postura religiosa de Domingos de Freitas Silva, aqui será analisada pelo viés da influência liberal que este recebeu por meio do contato com os pensamentos iluministas ainda na Vila de São João da Parnaíba. O “chamado de Deus” evidenciou-se e se concretizou na escolha do sacerdócio e no exercício das obras religiosas pertencentes ao ofício de padre, contudo, como apontou frei Antônio Rozario, os “homens de Deus que deveriam cheirar a Cristo de que são imagens”¹¹⁰, também eram humanos e apenas homens sem aspectos divinos. O homem liberal confrontava com as filosofias e as leis sacerdotais de submissão, pois para ele, Deus estava na natureza e no próprio homem, podendo ser descoberto pelo uso da razão. Desenvolvendo com isso, o pensamento de que a Igreja e seus dogmas não exerciam papel primordial para a salvação da alma, limitando a submissão exercida sobre os homens.

¹⁰⁸ Idem, p. 60.

¹⁰⁹ Idem, p. 20.

¹¹⁰ LONDONO, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia**. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 90.

Também por isso, uma parcela de membros eclesiásticos acabava por desviar-se das condutas impostas e defendidas pela Igreja católica em suas ações enquanto religiosos ou em sua vida privada. Fato este inteligível no sentido de que o iluminismo questionava a falta de flexibilidade da Igreja, defendendo a liberdade religiosa. A propósito da visão iluminista sobre religião Ernest Cassirer nos indica:

A religião não deve ser mais algo a que se está submetido; ela deve brotar da própria ação e receber da ação suas determinações essenciais. O homem não deve ser mais dominado pela religião como uma força estranha, deve assumi-la e criá-la ele próprio na sua liberdade interior.¹¹¹

Com pensamento envolto ao que ocorria a sua época, Domingos de Freitas Silva desenvolveu em sua postura e promoveu em suas ações, enquanto religioso, características de um pensamento liberal. Não se ateve às discussões teóricas sobre reforma religiosa e celibato, contudo, foi no exercício cotidiano que sua influência liberal pode ser vista. O desenvolvimento de uma postura libertária e transgressora da ordem vigente parecia não ter sido proveniente apenas das discussões ocorridas nas reuniões da maçonaria e da Câmara de São João da Parnaíba acerca do iluminismo, mas também, da influência de seu padrinho, o Reverendo Henrique José da Silva, a quem dedica agradecimento em suas declarações testamentárias. Henrique José da Silva preocupou-se com o caminho que seu afilhado percorreria e, por essa razão, financiou seus estudos e indicou a religião como seu norte: “Declaro que estudei e ordenei-me à custa de meu padrinho de batismo, o Reverendo, Henrique José da Silva, já falecido, o qual fez todas as despesas por equidade e benevolência a meu benefício, por isso, nenhuma despesa fiz a meus pais”.¹¹²

Como de costume à época, os afilhados estavam por toda a vida sobre proteção de seus padrinhos. Muitas vezes eram eles que decidiam os rumos dos estudos e do que se tornariam os afilhados. Os padrinhos eram exemplos de vivências e experiências a serem seguidos pelos afilhados. Partindo desse pressuposto, a vida do Reverendo Henrique José da Silva, assim como Domingos de Freitas Silva, seguiu um curso semelhante. O reverendo foi ordenado padre em São Luís do Maranhão e, ao chegar ao Piauí, exercera suas atividades eclesiásticas nas Vilas de São João da Parnaíba e Piracuruca.

Durante os séculos XVIII e XIX, os padres como funcionários do governo, eram pagos pelos cofres públicos, por isso, deveriam exercer uma postura correta e íntegra. Além de

¹¹¹ CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 225.

¹¹² SANTANA, Judith Alves. op. cit., p.42.

seguirem as leis da Igreja, como, por exemplo, a do celibato, deveriam também obedecer ao Império, mantendo disciplina e servindo a favor dele. Alguns religiosos não seguiam “à risca” suas obrigações, o que muitas vezes lhes rendiam o afastamento de seu exercício, como também suspensões de liberdades.

O reverendo Henrique José da Silva, no ano de 1789, foi condenado pelo Tribunal eclesiástico em São Luís do Maranhão por injúria e desobediência ao vigário geral, João Duarte da Costa, que o acusou de desertor das ideias da Igreja e contrariou o Império por estar influenciando a população de ideias libertárias e transgressoras. O reverendo foi preso e colocado nos “Armários da Cathedral”. O caso esteve na Relação Eclesiástica, no Régio Tribunal da Coroa de São Luís do Maranhão, no Tribunal de Legacia da Corte e Cidade de Lisboa, até chegar às mãos de D.Maria I, onde o vigário geral informava em carta:

Tendo eu feito notificar ao Pe. Henrique José da Silva para ir parochear na Freguesia de S.Francisco Xavier de Turi, se oppos este com tão nervosa rezistencia, que sendo passado mais de dous annos, ainda se conserva na sua contumácia, tendo havido neste tempo factos, e o acontecimento pella Relação, e mais papeis apresentados juntamente com esta serão constantes a V.Magestade. Ultimamente do dia vinte e dous de Novembro proximadamente passado fui notificado em virtude de huma carta compulsória e citatoria expedida pelo Rdo.Auditor do Tribunal da Legacia para fazer remeter ao dito Tribunal os autos, e todos os papeis respectivos a huma appellação que de mim interpôs o dito padre para o Rdo.Nuncio por quanto o anunciado sacerdote causa preocupação em suas atividades de inspirar os fieis da Santíssima Igreja a minudenciar pensamentos libertários e violadores da ordem.¹¹³

Henrique José da Silva parece ter influenciado Domingos de Freitas Silva não apenas no que concerne à escolha pela vida eclesiástica, mas também, por ter sido um membro eclesiástico que promoveu rupturas por meio de sua postura no exercício de sacerdote. Ao analisarmos a vida sacerdotal de Domingos de Freitas Silva nos deparamos com um sujeito cômico do contexto que esteve inserido, pois, no que concerne aos principais embates políticos e religiosos do período, esteve envolto. No exercício de religioso, por exemplo, não esteve nos centros dos debates acerca do celibato, contudo, evidenciava em suas ações o seu pensamento liberal no que diz respeito a essa questão.

¹¹³ AEBM Doc. 5536, fl s/n.

3.3 Devoto, padre e marido

Domingos de Freitas Silva, ao chegar em Piracuruca, não se ateve apenas ao ofício de sacerdote, mas também, ao de patriarca, pois, contraiu união com Lucinda Rita da Silva. Essa união teria gerado os primeiros filhos do padre: Domingos de Freitas Silva Júnior, Antônio Francisco de Freitas Silva, Porfírio de Freitas e Silva, Amélia Clemência da Silva e Raimundo de Freitas e Silva. Apesar de não restar documentação que nos forneça mais dados sobre essa relação, confrontamos as informações percebidas no testamento de Domingos de Freitas Silva e as fontes eclesiásticas e obteve-se a informação que esta união teria durado aproximadamente, quatorze anos. Por essa época, meados de 1823, Domingos de Freitas Silva era o religioso responsável pela Vila de Piracuruca, possivelmente, por isso, o casal preferia viver distante do seu centro populacional. A família Freitas residia em um Sítio de nome Capote, evitando as imediações urbanas e os possíveis comentários referentes à união do padre.

Desta primeira relação, restara-lhe a prole e a viuvez. Contudo, após o falecimento de sua companheira, Domingos de Freitas Silva uniu-se com Jesuína Francisca Silva. Essa segunda relação durou vinte e dois anos e deu fruto a mais sete dos doze filhos legítimos de Domingos de Freitas Silva. Mesmo que de forma implícita e discreta, o padre deixou reconhecido o registro de suas uniões em seu testamento ao reconhecer nas companheiras o posto de mães de seus filhos:

[...] Nomeio e constituo por meus legítimos e universais herdeiros de todos os meus bens, depois de tirada a terça aos meus filhos que por tais reconheço, sendo Raimundo de Freitas e Silva, casado com a senhora, Arcângela de Sousa da Anunciação; Domingos de Freitas e Silva, solteiro; Porfírio de Freitas e Silva, casado com a senhora Francisca Eufrásio, sendo estes meus Testamenteiros; Antônio Francisco de Freitas e Silva, solteiro; Amélia Clemência da Silva, casada com Antônio Francisco de Sales, sendo estes cinco herdeiros contemplados, filhos de Lucinda Rosa de Sousa, já falecida. [...] Henrique José de Freitas e Silva, solteiro, de menoridade; Antônio Francisco de Freitas e Silva Sampaio, também de menoridade; Raimunda Francisca da Silva, casada com Manoel Tomaz Ferreira; Rita Maria de Almeida e Silva, solteira; Maria Justiniana da Silva, de menoridade; Umbelina Inácia da Silva e Aurélio de Freitas e Silva, menor; estes sete herdeiros indicados, filhos de herdeira da terça de meus bens, a senhora Jesuína Francisca da Silva, que com os cinco mencionados filhos da finada, Lucinda Rosa de Sousa, preenche o número de doze herdeiros legítimos e universais de todos os meus bens.¹¹⁴

¹¹⁴ SANTANA, Judith Alves. op. cit., p.32.

As relações amorosas ou sexuais de sacerdotes com mulheres não eram muito raras. Existem diversos estudos que apontam os desvios celibatários eram comuns no século XIX. Embora o celibato tenha sido confirmado pelo Concílio de Trento, no Brasil, pouco foi exercido. Aos padres brasileiros nunca foi concedido o direito de casar-se, todavia, o grande número de padres que constituíam família, leva-nos a considerar que o episcopado mostrava-se “tolerante à aqueles que viviam em concubinato.”¹¹⁵

Em busca das razões que explicassem o grande envolvimento de padres com mulheres, Gustavo Oliveira analisou que os sacerdotes brasileiros, no século XIX estavam propensos à violação do celibato, dentre outros motivos, porque “ao assumir outras funções sociais, que ultrapassavam as diretrizes romanas, esses clérigos acabavam atuando na sociedade de todo modo, vivendo como pessoas comuns.”¹¹⁶ Ao iniciarem o exercício sacerdotal nas Vilas, Paróquias e Povoados, esses padres encarregavam-se de atividades político e administrativas, em razão da ausência de centralidade do Estado, desse modo, acabavam por desenvolverem maior proximidade com a população.

Muitos clérigos que possuíam mulheres e filhos mostraram-se preocupados com o futuro de seus descendentes e acabaram por explicitar suas obrigações paternas legitimando-as em seus testamentos, que acabaram por constituir-se em fontes bastante precisas para a reconstituição da vida familiar dos padres nos séculos passados. Por meio desse tipo de documentação, é possível conhecer o relacionamento dos religiosos com seus próprios filhos, porém, em menor escala com as mulheres que os geraram. A maioria dos testamentos, embora procedendo ao reconhecimento dos filhos, silenciava no que concernia às mães, como ficou exposto no testamento de Domingos de Freitas Silva, no fragmento exibido em página anterior, onde, de modo subentendido e contido, declarou suas uniões.

Por terem sido gerados de duas uniões estáveis, os filhos de Domingos de Freitas Silva foram reconhecidos em seu testamento e pela população. É comum encontrar documentos assinados por seus filhos mais velhos em jornais da época, onde se identificavam como filhos de Domingos de Freitas Silva. Contudo, o reconhecimento de sua prole se deu apenas por esses meios, a legitimação não pôde ser feita por modos comuns à época: em registro batismal. Sobre isso, é possível encontrar no AEPPCA¹¹⁷, local em que Domingos Freitas

¹¹⁵ VAINFAS, RONALDO. **Trópico dos pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1984, 345.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Entre o rígido e o flexível**: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma no clero mineiro (1844-1875). (Dissertação de mestrado). UNICAMP, CAMPINAS, São Paulo, 2010.

¹¹⁷ Arquivo Eclesiástico Paroquial de Piracuruca

exercia atividades eclesiásticas junto ao reverendo Sá Palácio¹¹⁸, os documentos de batismo de seus filhos. Entretanto, o gesto em se tratando de assento eclesiástico, não poderia seguir o mesmo zelo com a verdade exposta em seu testamento sob pena de explodir em escândalo e suspensão de suas ordens religiosas, pois o registro de batismo era considerado certidão de nascimento até a aprovação da lei de Registro Civil dos Nascimentos, Casamentos e Óbitos, em 9 de setembro de 1870. O batizado de um de seus filhos foi ocorrido com toda solenidade em 28 de outubro de 1831, ficando estampada a condição:

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do anno de mil oitocentos e trinta e hum, no Oratório Publico do Sítio da Gameleira, Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, baptizei a Domingos filho natural de Dona Lucinda Rosa de Sousa e lhe pus os sanctos óleos: Forão padrinhos Francisco José do Rego Castelo Branco e sua mulher Theresa Eugenia Maria de Jesus moradores do Sitio Baixão na mesma de Piracuruca. E para constar fiz este assento em que me assigno.
José Monteiro de Sá Palácio = Vigário.¹¹⁹

A aceitação/legitimação da paternidade de filhos de membros da igreja é o significado da compartimentalização da vida privada, ou seja, a condição social submete o indivíduo a tomar posições como assim fez o eclesiástico em seu testamento. É possível perceber que havia uma preocupação do padre com o futuro dos seus filhos:

[...] Todos herdarão em parte igual e o que falecer de menoridade, a sua legítima passará com igualdade para todos seus irmãos. [...] meus herdeiros contemplados neste meu Testamento dotei com dotes suficientes, bem como escravos, gado, ouro e prata em barras e mais bens.¹²⁰

Desse modo, podemos perceber que o ato de testar se relacionava à posse de bens e ainda ao fato de ter para quem deixar. Assim, os filhos eram os herdeiros universais que predominavam nas declarações do clero, que, como pais, demonstravam preocupação em assegurar a vida material dos mesmos.¹²¹

Para Domingos de Freitas Silva, a opção pela vida sacerdotal justifica ações de silêncio aos acontecimentos da vida privada, de seus amores, cujos frutos foram o nascimento dos filhos. O reconhecimento de seus filhos em seu testamento, de certo, foi o caminho

¹¹⁸ José Monteiro de Sá Palácio foi vigário na Vila de Piracuruca entre os anos de 1812-1839, depois do ano de 1823 dividiam nessa vila o exercício eclesiástico Sá Palácio e Domingos de Freitas Silva.

¹¹⁹ AEPPCA - Livro de Batismo. n. 06-1830 a 1836 – fl. 1 a 3.

¹²⁰ SANTANA, Judith Alves. op. cit., p 33.

¹²¹ SILVA, De Plácido. Vocabulário Jurídico. 12. ed. v. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 362.

encontrado para manifestar oficialmente a paternidade silenciada nos documentos religiosos e, ao mesmo tempo, o único meio de exteriorizar o que foi imposto pela religião. Wellington Moreira assevera que essa imposição feita pela Igreja era o que teria gerado o concubinato entre os padres:

O concubinato clerical pode ser definido como a família negada pelas autoridades e normativos eclesiásticos, por outro lado, confessada e assumida pelos sacerdotes que constituem à margem de sua própria instituição um matrimônio marginal. A aprovação desta conjugalidade é circunscrita por aqueles que vivem um catolicismo tolerante e culturalmente de valores universais. Esta forma de concubinato nada mais é do que uma alternativa produzida pela própria Igreja, que ao proibir aos padres o acesso ao matrimônio, concede a eles o “direito” e o “livre-arbítrio” de construir um modelo de conjugalidade singular.¹²²

No Brasil, padres viviam publicamente de forma marital, sem serem punidos por autoridades maiores pertencentes ao clero. A explicação talvez esteja no fato, já mencionado, sobre o distanciamento dos bispados em relação às freguesias. Sobre esse fato, Marcelo de Sousa Neto aponta que “pouco numeroso, o episcopado não acompanhava o aumento da população”,¹²³ o que, de certo, contribuiria para os “desvios clericais”, para certa liberdade dos membros da Igreja. Infere-se que não desejando apostar na conveniência que esse fato trazia para os sacerdotes com uniões maritais, Domingos de Freitas Silva afastava-se cada vez mais do aglomerado urbano que, por aquela época, fazia-se crescente em Piracuruca.¹²⁴ Após o surgimento de sua segunda união e o crescimento de sua filiação, o padre distanciou-se ainda mais do desenvolvimento populacional e procurou estabelecer-se em Gameleira, terra encravada na data Botica, correspondente ao território de Piracuruca, contudo, é importante evidenciar que Gameleira não possuía nenhuma característica urbana, constituindo-se apenas de fazendas, lugar este apropriado para usufruir do posto de patriarca da família Freitas, sem deixar de exercer o ofício eclesiástico.

Contudo, o aumento dos membros de sua prole nos leva a crer que o sentimento de culpa não teria haver com o episódio da ruptura do celibato, ou ao menos não teria sido suficiente para limitar suas relações amorosas. À primeira vista, poderia se pensar que teria se tratado de fragilidade humana, entretanto, entende-se que a permanência do desvio celibatário

¹²² MOREIRA, Wellington Coelho. Paternidades sacrílegas: Testamentos e testemunhos da ruptura do celibato frente ao ultramontanismo na diocese de Goyaz (1891-1907). Artigo disponível em: www.abhr.org.br/wp-content/uploads/2013/01/art_MOREIRA_pater_ultramontanismo.pdf /Acesso em 19/01/2016

¹²³ DE SOUSA NETO, 2013. p.62.

¹²⁴ O território de Piracuruca, no ano de 1813, já contava com mais de 8 mil habitantes. Em 1832, era elevada à categoria de Villa e 1844 à Comarca.

exposto em sua segunda união, pode ser percebida não exclusivamente como “pecado carnal”, mas, sobretudo, como característica de sua postura liberal.

Podemos apontar inúmeras tentativas de compreensão para a escolha desse tipo de vivência dos sacerdotes (a união marital), mas, neste trabalho, serão apontadas duas: a junção entre o clero e as ideias liberais que possuíam muitas características, entre elas, a de que não havia oposição entre Deus e a liberdade. Liberdade essa que não estava somente no sentimento pela pátria, mas também, no que se tratava do modo de viver e das escolhas de vida desses eclesiásticos. A segunda é defendida por Gilberto Freyre, que põe em destaque o abraqueirismo do clero colonial, apontando que este: “não se primou nunca, a não ser pela roupeta do jesuíta, pelo ceticismo ou pela ortodoxia, sempre se distinguiu pelo brasileiro”, assim sendo, pelos amancebamentos ou pela flexibilidade ou negligência no exercício do sacerdócio. Freyre afirmou que muitos dos membros da igreja haviam se “contaminados com a devassidão”, considerando que ao chegar ao Brasil, já escorregaram em índia nua, “atolando o pé na carne”.¹²⁵

Sabemos hoje, que padres que constituem família continuam sendo chamados de padres pela população, pois o sacerdócio é tido como um compromisso irrevogável, mas que não lhes é permitido exercer atividades ministeriais da Igreja. Sobre isso, é possível comprovar o que aconteceu com o Domingos Freitas, pois existem registros eclesiásticos que comprovam que após suas uniões com suas duas companheiras, o religioso permaneceu no trabalho sacerdotal tanto na Vila de Piracuruca como, posteriormente, na Vila fundada por ele, na atual cidade de Piripiri. Sobre isso, verifica-se nos documentos eclesiásticos do AEPPCA:

Aos treze dias do mez de Julho de mil oitocentos e quarenta e hum Desobriga na Fazenda Gameleira desta Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca, batizei a luz dos Santos Óleo a Francisca, filha legítima de Manoel Pereira da Cunha e de Meneciana Moreira: forão padrinhos Theotonio Lopes Dias[...].¹²⁶

Até o ano de sua morte, em 1868, Domingos de Freitas Silva continuava com o trabalho eclesiástico. Encontra-se uma lápide em ardósia no Cemitério São Francisco¹²⁷ de

¹²⁵ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 195.

¹²⁶ AEPPCA - Livro de batismo n 01/ 1838-1847 s/n.

¹²⁷ O Cemitério São Francisco é hoje o mais antigo da cidade de Piripiri-PI construído no ano de 1940.

uma filha das primeiras famílias de Piripiri¹²⁸, onde é comprovado o fato de que após seus envoltimentos amorosos, ele permanecia praticando o exercício de sacerdote: “Maria Fernandina batisada em 1868 pelo Padre Domingos de Freitas saudades de Iaia Freitas Resende, filhos e netos.”¹²⁹

Infere-se com as considerações feitas até aqui, que Domingos de Freitas Silva, no que se refere a sua postura como clérigo, também tenha sido influenciado por seu pensamento liberal, especificamente no que se refere ao celibato. Suas práticas como sacerdote conduzem para o entendimento de que, também como religioso, assumiu posturas complexas, que ajudam a somar com a ideia de que teria ele uma visão liberal do exercício sacerdotal, entendendo que a liberdade por ele defendida, não se concentrava apenas no campo político, mas também, em sua vivência enquanto indivíduo pertencente à sociedade.

3.4 Domingos de Freitas Silva e suas redes de solidariedade: o agente do Estado-Nação

Se como religioso a postura de Domingos de Freitas Silva foi de transgressão, com relação ao Estado, podemos dizer que suas ações foram em prol deste, a favor de sua edificação e consolidação. Sobre isso, durante o processo de construção e legitimação desse Estado brasileiro, analisado a partir da relação com a Igreja católica, percebe-se de modo claro que, de início, a administração local se apoiou, por vezes, no aparato da burocracia eclesiástica, o único existente no território nacional nos anos imediatamente posteriores à Independência. Desse modo, como mencionado anteriormente, foi delegada aos párocos uma série de funções civis que lhes conduziam ao serviço público, agora exercido não apenas em ações religiosas e institucionais da Igreja, mas também, em ações sociais em prol do desenvolvimento desse Estado que, conseqüentemente, contribuía para o aumento de sua influência política sobre a sociedade.

Para Ana Rosa Cloquet da Silva “o clero atuante no contexto da independência e nas etapas iniciais da construção do Estado nacional brasileiro teve sua formação orientada pelo

¹²⁸ As famílias Medeiros, Melo e Rezende constituíram os primeiros núcleos populacionais de fazendas que pertenciam à Villa de Piracuruca no início do século XIX. Nas fazendas Gameleira, Casa do Desterro, Casa do Curral de Pedras, Casa da Caiçara, Casa do Piripiri do Corrente e Casa da Residência se relacionavam por interesses econômicos e familiares (uniões entre seus membros).

¹²⁹ Lápide em Ardósia com registro do exercício eclesiástico de Domingos de Freitas Silva. Fonte: Cemitério São Francisco-Piripiri-PI.

regalismo católico pombalino¹³⁰. Este, longe de resumir a atuação sacerdotal à sistematização e moralização das práticas e das representações religiosas, atribuiu-lhe uma dimensão civil, mesclando as funções de homem público e sacerdote.” Essa formação desdobrou-se na abrangente inserção pública e civil do clero brasileiro no momento da instauração das formas políticas representativas e não institucionais quando ganhou novos canais e abrangência.

O clero, em sua maioria educado no Brasil, recebeu uma maior influência do iluminismo de matriz francesa, o que favoreceu a sua participação em vários movimentos revolucionários pré e pós-Independência. Aos que não desistiram da luta pelo Brasil e tinham consigo o intuito de contribuir na consolidação do Estado brasileiro restaram suas próprias iniciativas. Muitos membros do clero atuaram em vias não institucionais no trabalho para com a população. Assumiam projetos administrativos ou projetos políticos alternativos que foram de grande importância na solidificação do Estado Nacional.

Aos que não fizeram parte das discussões sobre posicionamentos ‘conservadores’ e ‘liberais’, restou-lhes a contribuição de suas ações. A esse exemplo disso, temos Domingos de Freitas Silva que, por diversas vezes, é mencionado na historiografia piauiense como administrador, um educador e político de seu tempo. É relevante mencionar que nenhum documento ou relato foi encontrado sobre o personagem ter assumido algum cargo político institucional durante sua vida.

As ações de Domingos de Freitas se deram na alçada particular, onde assumiu papel singular não apenas no que diz respeito ao processo de independência, mas também, na própria consolidação do Estado Nacional, pautado por uma interpretação *sui generis* da jovem nação brasileira que estava em desenvolvimento. Suas contribuições perpassam as ações no campo religioso, educacional e econômico.

Nesse contexto, não seria excessivo a tentativa de caracterizar o personagem parafraseando Jorge Caldeira sobre José Bonifácio de Andrada¹³¹, afirmando também que Domingos de Freitas Silva foi o político fundamental de um momento crucial¹³². Esse agente, o qual tomamos como sujeito, não propôs reformas profundas e radicais para a sociedade

¹³⁰ O regalismo católico pombalino se fez uma política que visava colocar a Igreja sob tutela do Estado. Podendo explicar pode explicar a prática de atuação do clero em questões civis e não apenas religiosas que se dão, em boa parte, devido à sua influência. Para essa análise ver: SILVA, Ana Rosa Clochet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831)- Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882012000100006> Acesso em: 20/06/15.

¹³¹ José Bonifácio de Andrada Silva conhecido como o “Patriarca da Independência”, foi um naturalista e estadista brasileiro, com forte influência política no Primeiro Reinado (o governo de D. Pedro I). Foi ministro no período da Regência (entre os governos de dom Pedro I e dom Pedro II) e, depois, do Império de Brasil, além de ter sido constituinte e tutor de dom Pedro II.

¹³² CALDEIRA, Jorge (Org.) **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.27.

brasileira como Andrada, mas, em contrapartida, almejou e tornou viável o que podemos identificar como a ideia de Nação, fomentando e trabalhando em prol do seu desenvolvimento. A nação juridicamente criada pela Constituição de 1824 só se exprimia por uma pequena parcela de seus cidadãos, aos quais se reconhecia o direito de eleger e de ser eleito, tendo em vista sua situação social e financeira. A nação excluía a grande maioria dos habitantes do Brasil, a saber, os escravos; em outros termos, mais da metade da população brasileira.¹³³ O alienamento da população provocava a ausência de uma consciência nacional com difusão. A ideia de nação ligava-se à criação do Estado.

A Nação pode ser vista como uma configuração histórica em que se organizam, sintetizam e desenvolvem forças sociais, atividades econômicas, arranjos políticos, produções culturais, diversidades regionais, multiplicidades raciais. Tanto o hino, a bandeira, o idioma, os heróis, os santos, a moeda, o mercado, o território e a população adquirem sentido no contexto das relações e forças que configuram a Nação. A Nação pode ser uma formação social em movimento. Pode desenvolver-se, transformar-se, romper-se.¹³⁴

Com a Independência, começam a delinear-se a sociedade, o Estado, a Nação brasileira, em torno dos progressos das Vilas, das Províncias e do comprometimento de homens que propuseram em suas ações um novo Brasil. O projeto nacional da época tinha o Estado como eixo e, a partir da constituição deste, a Nação deveria existir. A organização institucional e política iniciariam esse processo. Contudo, segundo Miriam Dolhnikoff, o Estado teve diversas dificuldades em se constituir. Pois, “carecia de um aparelho burocrático e administrativo capaz de impor sua hegemonia sobre todo o território da América portuguesa. As dificuldades de comunicação e de transporte, aliadas à escassez de funcionários, tornava impossível a centralização excessiva.”¹³⁵

Sem um governo centralizado que fornecesse assistência às províncias, o Estado teria dificuldades de alcançá-las e promover seu progresso. Esse fato teria resultado no desenvolvimento de duas forças: a consolidação de grupos provinciais no próprio corpo estatal, o que daria origem às futuras oligarquias e o surgimento de atores políticos que agiam individualmente, contribuindo na centralização e uniformidade de algumas regiões, esses, diferente dos anteriores, inicialmente, se lançaram sem a ajuda do aparelho estatal. Essas

¹³³ JURT, Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser contruído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000300003. Acesso em: 29/03/15.

¹³⁴ IANNI, Octávio. A questão nacional na América. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141988000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 31/05/15.

¹³⁵ DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto imperial**: Origem do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005. p.294.

iniciativas particulares acabavam por modificar o cenário de alguns lugares da Província do Piauí. Atentos sempre às particularidades do local onde atuavam, promoviam por meio de suas ações, a coesão social brasileira. Nesse processo de consolidação do Estado Nação caberia, então, ao Estado, o papel principal de atuar como o formador e o condutor das reformas estruturais, todavia, essas, não chegaram com rapidez e eficiência em alguns locais. É daí a importância do sujeito estudado no curso desse trabalho.

Muitos dos indivíduos que participaram do processo de construção do Estado Nação atuaram nos campos em que se aproximavam as ações que desenvolviam como homens, seja no campo religioso, educacional ou político, promovendo ações não institucionalizadas.

3.5 Sob o jugo do Administrador

Reconhecendo a carência e a marginalização da região encontrada, Domingos de Freitas Silva trabalhou para o seu desenvolvimento. Gameleira localizava-se em terras da freguesia de Piracuruca, era considerada por muitos uma terra fértil, até mesmo porque, já naquele início de século, florescia o número de famílias fixando morada. Entre os anos de 1840 a 1844, Domingos de Freitas Silva inicia o aproveitamento dessas terras, levando-nos a entender, por meio de suas ações, que seu intuito não parecia ser apenas o de fixar morada na terra que se abrigou, uma vez que, após estabelecer-se em sua fazenda Periphery¹³⁶, logo iniciou a criação de gado e, ao lado de sua residência, mandou erigir uma capela para o culto de Nossa Senhora dos Remédios. Reconhecendo que a população necessitava do exercício espiritual, ele mesmo ministrava as missas e realizava o trabalho sacerdotal. A figura abaixo é um registro da capela fundada pelo sacerdote:

¹³⁶ Posteriormente, o nome Periphery, que Domingos de Freitas Silva deu a sua fazenda, também será designado à povoação de Gameleira. Apenas em 21 de novembro de 1944, o IBGE muda o nome do município da grafia primitiva Periphery para Piripiri.



Figura 2: Capela dedicada ao culto de Nossa Senhora dos Remédios na Povoação de Peripery, construída no ano de 1853.

Antes da construção da capela, Domingos de Freitas Silva já realizava trabalhos religiosos referentes ao seu exercício de sacerdote ao sair em desobriga¹³⁷ de sua fazenda Peripery, realizando batismos e casamentos dos habitantes das fazendas vizinhas a sua. Como está registrado em um documento de batismo do ano de 1840:

Aos vinte e seis dia do mez de Maio do ano de mil oitocentos e quarenta e hum em Desobriga na Fazenda Estreito desta Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Villa de Piracuruca, batizei e pus os Santos Óleos a Francisca filha legítima de Sebastião Rodrigues de Miranda e Maria: forão padrinhos Francisco Rodrigues da Cunha e sua mulher Rita Maria. Pe. Domingos de Freitas Silva.¹³⁸

Reconhecendo que a Igreja não poderia se fazer presente nos locais mais distantes, Domingos de Freitas Silva realizava as desobrigas a fim de iniciar e manter a população assistida do exercício religioso da população. O ato de sair em desobriga de fazenda em fazenda lhes rendeu popularidade e respeito. Nas desobrigas, os padres acabavam criando vínculos espirituais com as populações, onde eram estabelecidas relações entre ele e a comunidade. Uma vez que as fazendas eram distantes umas das outras e seus habitantes pouco tinham contato uns com os outros, isso concorreu para que Domingos de Freitas Silva

¹³⁷ As desobrigas eram visitas que os padres faziam a cada ano, nos lugares mais afastados das freguesias, para levar o sacramento à população que não dispunha de uma assistência religiosa de modo regular. Nas desobrigas, eram realizados casamentos, batismos e confissões em grande número.

¹³⁸ AEPPCA - Livro de batismo n. 01/ 1838-1847 s/n.

adquirisse um lugar destacado. Lugar esse de um homem letrado, religioso e com boa visão de administrador. Por esse período, já estava exercendo atividades de administrador, que iniciara quando implantou em sua fazenda a criação de gado, plantação de frutos e o fabrico de farinha e cachaça, posteriormente, essa experiência mudaria o rumo das fazendas pertencentes à Gameleira.

Gameleira fazia parte da data Botica que fora, em 20 de janeiro de 1777, concedida pelo sistema de sesmaria a Antônio Fernandes de Macedo que não chegou a desenvolver, abandonando-a em seguida. Com o aumento do núcleo populacional nos arredores da fazenda Peripery, Domingos de Freitas Silva se firma como um agente interessado e comprometido com a criação do Estado brasileiro. Suas iniciativas ajudaram aquela população a construir elos que os identificassem, sejam religiosos, educacionais ou econômicos. As relações agora eram feitas em torno da Igreja e os membros da comunidade se aproximavam naturalmente.

Não satisfeito com o rumo que dera àquela comunidade, dedicou-se com as questões que diziam respeito à melhora dos serviços à população, tornando-se uma espécie de principal administrador daquela região. É relevante apontar que essa iniciativa se deu de forma particular e não institucional. Além da participação ativa na construção dos novos espaços de sociabilidade – políticas, patrióticas, públicas – que, conjuntamente às instâncias representativas, constituíram dimensão central da construção dos espaços públicos no Brasil, houve padres atuando por vias ainda mais informais de poder, somando valores e códigos de conduta paralelos e mesmo avessos à elaboração da ordem constitucional ou institucional.

Domingos de Freitas Silva, de certo, foi um desses religiosos, que atuando *a priori* no campo religioso, conquistou um lugar de confiança em relação à comunidade que estava inserido, fato este que possivelmente lhe rendeu a posição de administrador de Gameleira. Sobre a forma com que esses padres adquiriram um lugar de destaque na sociedade Françoise Jean de Oliveira Sousa aponta que:

Os padres do Brasil colonial pouco se distinguiram de seus fiéis, no dia a dia. Além do seu envolvimento com as questões de natureza temporal, não raro podiam-se ver padres sem o hábito sacerdotal, participando de festas profanas, amasiando-se e criando filhos. Esta proximidade dos padres com a vida cotidiana da população fez com que eles acabassem compartilhando dos mesmos problemas, demandas e sentimentos que seus fiéis. Consequentemente, os padres tornavam-se mais aptos a assumirem o papel de porta-vozes do povo, transformando-se em líderes populares em potencial.¹³⁹

¹³⁹ SOUZA. **Do altar à tribuna**: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp147909.pdf>. Acesso em: 23/05/2015

Com o progresso que estava sendo desenvolvido em Gameleira, formou-se um núcleo populacional que deu origem a atual cidade de Piripiri. Santana relata que até 1855 apenas existiam naquelas terras duas casas de alvenaria: a residência do Padre Domingos e a capela.¹⁴⁰ Sabedor de que a população não possuía instrução pública, julgou, possivelmente, que os filhos dessas famílias não seriam também educados. Domingos de Freitas Silva decide criar, então, uma escola de primeiras letras, em 1857, onde ele mesmo lecionara aulas de Latim e Gramática. As discussões acerca da educação no Piauí no século XIX e sobre o personagem como educador serão feitas no capítulo seguinte, intitulado “Domingos de Freitas Silva e a edificação da educação nacional no século XIX”.

É importante analisar que, após edificação da capela e da escola, era notório o desenvolvimento daquela região. Gameleira, antes pertencente à Piracuruca, ganhava títulos de Paróquia e, assim, desenvolvia-se indiscutivelmente, sendo, pois, em 1870, elevada à condição de Paróquia; 1874, a categoria de Vila, e, 1910, a categoria de cidade. O fato de ter nascido sobre o signo das letras e da religião e não apenas de fazendas de gado, como a maioria das cidades do Piauí, sem dúvida alguma fez com que logo adquirisse foros de cidade. O trabalho que Domingos de Freitas realizou em prol das terras de Gameleira contribuiu decisivamente para que logo adquirisse independência em relação à Vila de Piracuruca.

No mesmo ano da criação da escola, no ano de 1858, o progresso de Gameleira tornou-se ainda mais expressivo. Domingos de Freitas Silva decide dividir terras de sua fazenda, em lotes, e as oferece a quem quisesse edificar casas em alvenaria. As terras eram demarcadas judicialmente, momento em que foram tomadas as providências para a sua legalização. Essa iniciativa inaugurou o processo de urbanização daquele espaço que, ainda por aquele período, não havia conseguido categoria de Paróquia. A ação despertou interesse em função de atividades agrícolas e de criação de gado. Segundo Cléa Rezende Neves de Mello, em 1874, já havia naquela região 74 casas de alvenaria e outras tantas em palha.¹⁴¹ Com o trabalho que Domingos Freitas Silva oferecia, a população florescia.

Em relação a esse trabalho, as pesquisas feitas no APEPI ajudaram na análise da atuação de Domingos de Freitas Silva nos acontecimentos da vida social, política e religiosa da Povoação de Periphery. Em diversos arquivos, é possível se deparar com solicitações feitas pelo padre aos presidentes da Província pedindo melhorias para a povoação, relações do

¹⁴⁰ SANTANA, Judith Alves. op. cit., p. 63.

¹⁴¹ MELLO, Cléa Rezende Neves de. **Memórias de Piripiri**. Brasília: Ne. No. 1996. p. 67.

número de fogos, eleitores paroquiais, ofícios de arrolamento da população livre e cativa, etc. Eis, logo abaixo, a citação referente ao que foi dito anteriormente:

Em data dez do corrente mez entrego essa muito respeitável portaria a Vossa Excelência a fazer na junta parochial, a fim de organizar a lista dos fogos, votantes e ellegiveis que deverão votar nos eleitôres desta Paróchia e estes nos Deputados Gerais; cujo os dias serão feitos conforme orientações de Vossa Excelência [...].¹⁴²

Percebe-se que pelo grande número de documentos por ele assinados e enviados ao governo provincial, Domingos de Freitas Silva era o representante administrativo daquela povoação, tanto que os documentos nos fornecem informações de que o seu envolvimento se deu nos assuntos religiosos, políticos e sociais da população. A maior parte da documentação existente a respeito de seu ofício de administrador diz respeito a pedidos de melhoria para a povoação de Periphery. Em 1859, Domingos de Freitas Silva solicitava em ofício, enviado ao presidente da Província, José Mariano Lustosa do Amaral, ajuda no desenvolvimento da povoação:

Peço com esperança de ser ouvido por Vossa Excelência, que volte os olhos para o Povoado Periphery, que sofre carência de mui elementos do seu progresso. Os habitantes dessa povoação apelam em meu nome por melhorias que aqui só foram lembrados por meus serviços delegados e que por esse tempo já necessitam de reparos a escola, as ruas e a segurança da povoação. Faço o que minha saúde e Nosso Senhor Jesus Cristo permitem e confio no respeito e no compromisso com Vossa Província.¹⁴³

É importante compreender que o Estado para se fazer atuante nas vilas necessitava de alianças com as famílias, ou seja, para manter a organização e a unidade era de extrema importância que o governo admitisse a força e o poder exercido pelas elites ou por esses agentes que atuavam em âmbito local, o que lhes conferia certa autonomia. Infere-se assim, que, mesmo que de modo não institucionalizado, as ações políticas e sociais de Domingos de Freitas Silva ocorriam de forma livre, pois era interessante para o Estado que líderes atuassem em prol da população a fim de conter as insatisfações e manter-se presente nas vilas para assim consolidar-se.

¹⁴² Documento de relação dos votantes de 12 de outubro de 1844. APEPI, Poder Executivo cx. 01/ Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual/ 1845-1859.

¹⁴³ APEPI, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual/ Relatório enviado ao Presidente da Província José Mariano Lustosa do Amaral em 23 de outubro de 1859.

Os documentos nos ajudam a pensar Domingos de Freitas Silva como administrador, educador, religioso e também como político, nunca alheio às agitações do período. Como político contribuiu também para a formação do pensamento sobre Nação, ou seja, a construção desse pensamento. Em dezembro de 1864, deu-se início a Guerra do Paraguai, Johny Santana de Araújo destaca que:

O clima geral de guerra havia se espalhado nas províncias do país e uma imensa propaganda elevou os ânimos da população. De um modo geral, desde a intervenção no Uruguai já havia um certo despertar de entusiasmo patriótico por parte da população brasileira, que se intensificou ao iniciar a guerra com o Paraguai [...].¹⁴⁴

A guerra do Paraguai arrastou muitos voluntários que partiram de diversas províncias. No Piauí, merecem destaque as Vilas de Teresina, Oeiras, Parnaíba, Jaicós, Valença, Picos, Piracuruca¹⁴⁵ (que ainda era unida judicialmente à povoação de Piripiri). A nação, juridicamente criada pela Constituição de 1824, só era expressa por pequena parcela de brasileiros, tendo em vista sua situação social e financeira. A nação ainda em construção, não abarcava a maioria dos brasileiros.

Promover um discurso sobre a importância de lutar pelo Estado Nação brasileiro era essencial para que angariassem mais representantes do Brasil na guerra contra o Paraguai. Tendo em vista que a própria população ainda não havia desenvolvido, àquela época, o sentimento patriótico que os fizessem esclarecidamente lutar pelo seu país. Sobre isso, Santana aponta que nos primeiros meses do conflito, tanto nas demais províncias como no Piauí, a contribuição voluntária ocorreu por parte de intelectuais, de estudantes, na Guarda Nacional e no Corpo de polícia.¹⁴⁶ Santana aponta ainda que seria duvidoso encontrar no início do século XIX uma noção de identidade nacional na América do Sul, mesmo que essa identidade fosse de caráter territorial.¹⁴⁷

Posteriormente, com a mobilização feita pela imprensa e pelos discursos em prol do alistamento, participaram outros cidadãos, entres esses, estavam escravos e funcionários públicos. Domingos de Freitas Silva participara desse processo, na propagação do discurso de alistamento, inculcando na população um sentimento de pertencimento à Nação. Em

¹⁴⁴ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Piauí! Orgulhai-vos...** A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866, 2011. p.20.

¹⁴⁵ Ibid. p. 17.

¹⁴⁶ Ibid. p. 21

¹⁴⁷ Idem. **O Piauí no processo de Independência:** contribuição para construção do império, em 1823, 2015.p.01.

documento enviado por ele a Lívio Lopes Castelo Branco e Silva recrutador-geral das freguesias dos norte da Província do Piauí, Domingos de Freitas Silva comunicava que:

Alguns voluntários da pátria deverão seguir contra os rebeldes paraguaios, por quanto tenho me reduzido a dois: Antônio Gomes e Raimundo Gomes, sabedores de tal importância no dever de servir tão importante causa. Digo-vos que ao explicar lhes a relevância de suas contribuições tornaram-se homens cômicos no interesse de lutar pelo Brasil. Continuarei não medindo forças a fim de conseguir mais homens dignos no esforço da Pátria deste Distrito.¹⁴⁸

É importante perceber, que no episódio da guerra do Paraguai, Domingos de Freitas Silva desenvolve uma posição de construtor do pensamento nacionalista brasileiro, instruindo a população da importância de sua participação para o Brasil. Era necessário lutar pela Nação, pela sua soberania, o que traria como consequência, sua unidade, sua consolidação.

Tão grande era a participação de Domingos de Freitas Silva nas questões sociais e políticas da povoação, que antes mesmo de sua morte, no ano de 1868, a população redigia um documento onde incluía seu nome, solicitando reconhecimento das pessoas que delegaram bons serviços à povoação de Peripery:

A população desta povoação de Nossa Senhora dos Remédios do Peripery vem por meio desta ilustre solicitação, pedir a Vossa Excelência que reconheça os povos que delegaram bons serviços prestados a essa povoação então dignos de louvores e recompensas: 1- Domingos de Freitas Silva, 2- João Bandeira da Silva, 3- Thomaz Rebello de Oliveira Castro [...].¹⁴⁹

Essa solicitação contribui para que entendamos a importância que exerceu Domingos de Freitas Silva na povoação de Peripery e de como o seu trabalho era admitido pela população. É relevante notá-la como forma de agradecimento e reconhecimento dos habitantes de Peripery do que apenas uma mera tentativa pública e política de torná-lo ilustre.

¹⁴⁸APEPI, Caixa 170/ Serie: Municípios/ Subsérie: Piripiri/ Documento s/n.Carta ao recrutador geral de voluntários das freguesias do norte da Província do Piauí Lívio Lopes Castelo Branco e Silva do ano de 1865

¹⁴⁹ APEPI, Caixa 170/ Serie: Municípios/ Subsérie: Piripiri/ Documento s/n.

4 DOMINGOS DE FREITAS SILVA E A EDIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL NO SÉCULO XIX

Em 13 de Fevereiro de 1978, foi lançado um cordel que apresentava Domingos de Freitas Silva:

Da vila de Peripery.

Padre Freitas foi um
Homem de muita capacidade
Trabalhou em nossa terra
Com toda honestidade
Sua memória era rica
Digo com sinceridade.

Foi professor e foi padre
Deu aula religiosa
Peripery nesse tempo
Era uma vila mimosa
Com milagres da santa
Padroeira milagrosa.

Naquele tempo não tinha
Formatura para doutor
Era só pra carmelita
E jesuíta pregador
Padre Domingos de Freitas
Em tudo era professor.

Ele ensinou português
E latim.
Foi um grande poliglota
Sabia até guarani e
Foi maior professor

É notório que o autor do cordel, Francisco Peres de Souza,¹⁵⁰ tinha como intuito na sua escrita, retratar o educador Domingos de Freitas Silva. Trabalho este que o tornaria conhecido e reconhecido como um dos precursores da educação no Piauí através de suas iniciativas como administrador e educador.

Exercício árduo, este último, que surge em um momento em que o Brasil estava nascendo enquanto Estao-Nação. Desse modo, eram dois nascimentos, que não diferente dos demais, trouxe consigo responsabilidades, desafios, exigências e o novo. Esse último se deparou com o já existente e pouco pôde ser notado. Os velhos problemas relacionados à educação se perpetuaram ao longo de todo o Império. O Brasil, agora como Estado que estava a ser construído, continuava a sofrer problemas organizacionais. Nesse momento, a falta de centralização administrativa somava-se ao novo que inaugurava a ausência e ineficiência do poder público que não chegava a “dar conta” da extensão territorial do país, e, assim, as províncias iam ficando cada vez mais desassistidas, lhes faltando quase que sempre o mínimo que bastasse para o seu desenvolvimento.

4.1 O papel da educação no projeto de consolidação do Estado Nação brasileiro

Antes de analisarmos o trabalho de Domingos de Freitas Silva como educador, é necessário que conheçamos o campo em que esse trabalho foi desenvolvido, com isso, se faz de extrema importância, entender a situação do Brasil e da Província do Piauí, enquanto Império, e de como estava sendo desenvolvida a educação na jovem Nação.

Com o Brasil emergindo como Estado independente verificaram-se sensíveis alterações na administração do país, mudanças essas, essenciais para a edificação do Estado Imperial. A educação fazia parte desse projeto, no entanto, essa preocupação não era peculiar ao governo brasileiro. Era uma questão da época, da sociedade. O século XIX, também visto como o século da educação, inaugurou a ideia que vigora até hoje na cultura ocidental de que é pela educação que se faz a base do desenvolvimento industrial de um país.

Esse princípio difundido, sobretudo pela burguesia industrial, fez do movimento pela criação da escola pública, a principal bandeira de luta pela consolidação do Estado Moderno.

¹⁵⁰ Cordelista piauiense de destaque internacional com mais de 200 obras publicadas, conhecido como “Chico dos Romances”. Ver mais em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=cordel&pasta=&pesq=Domingos%20de%20Freitas%20e%20Silva>

A elite intelectual brasileira daquele século partilhava igualmente desse ideário, influenciados pelas ideias liberais. Acreditavam que por meio da educação o país sairia do status de dependência que possuía. Contudo, a emergente classe industrial e intelectual não possuía ainda forças suficientes para levar adiante o projeto educacional. Farias Filho nos aponta que já nas primeiras décadas do século XIX se discutia sobre a escolarização da população, onde:

Diversas foram as leis provinciais que, por exemplo, ainda na década de 30 do século XIX, dentro de certos e sempre amplos limites, a frequência da população livre à escola. No entanto, muitos foram os limites enfrentados por aqueles que defendiam que a educação deveria ser estendida à maioria da população. Aos limites políticos e culturais relacionados a uma sociedade escravista, autoritária e profundamente desigual já amplamente discutido pela historiografia, é sempre necessário considerar a baixíssima capacidade de investimento das províncias, que algumas vezes chegavam a empregar mais de ¼ de seus recursos na instrução e obtinham pífios resultados.¹⁵¹

O olhar de parte da sociedade política e civil para a educação e o acesso à instrução pública se tornaram perceptíveis apenas no século XIX. Ao longo dos anos oitocentos, aconteceram diversas discussões nas assembleias provinciais com o intuito o desenvolvimento da instrução da população. O objetivo era o ensino e desenvolvimento da educação moral, cívica e elementar dos cidadãos do novo Império. Historiadores engajados no estudo do processo educacional brasileiro, no século XIX, colocam a educação e a escolarização (a educação enquanto institucionalizada) como parte do plano, do projeto pautado nos discursos de civilidade, ou seja, um discurso de civilização da Nação que emergia, projeto esse, constituído por uma ordem pública, que se dava também por meio da institucionalização escolar. Sobre essa propositura, analisou José Veríssimo:

Não há país civilizado, não há nação livre, não há cultura, não há grandeza nacional, não há democracia, não há república – senão quando há um povo que tem consciência da sua força, dos seus deveres e dos seus direitos, em suma, que possui isso que o romano chamou civismo e que, nas nossas sociedades modernas, chamamos de espírito público.¹⁵²

A educação, anteriormente concebida como dever e obrigação do súdito, no período de separação de Portugal, torna-se agora, dever do Estado. O Brasil vivenciava um período de

¹⁵¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cyntia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.135.

¹⁵² VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**, 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906, p.204.

secularização do ensino, assumindo o Estado a responsabilidade de cuidar da Instrução Pública. Desse modo, aponta Laerte Ramos de Carvalho:

Torna-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império.¹⁵³

Fazia-se necessária para o progresso a luz do conhecimento. Não alcançaria o desenvolvimento a Nação que não estivesse iluminada à luz da educação. O século XIX protagonizou o desejo e as tentativas de formação educacional como algo que deveria se efetivar. Seria importante discutir, investir, desvendar o problema da escolarização da população. Nos estudos sobre este século, é possível deparar-se com impressos, livros, documentos oficiais, discursos que propunham debates, projetos que tinham o intuito de institucionalizar a educação, a fim de que o povo tornar-se consciente da importância da Nação e do progresso dela.

As iniciativas envolviam diversas transformações, essas eram sociais, políticas, econômicas e culturais: “muitas mudanças formavam a jovem sociedade brasileira que, agora “independente”, enfrentava (e enfrenta) o trabalho escravo como uma questão a ser reformulada, o reordenamento político do novo regime com a queda da monarquia, o alto índice de analfabetismo.”¹⁵⁴

O caminho era mesmo esse: instruir para avançar. Desse modo:

A instituição escolar foi sendo delineada na medida em que ocupava lugar privilegiado naquele processo, sendo vista como investimento adequado para que o empreendimento alcançasse êxito: instruir para galgar progresso, civilidade. O modelo de intervenção na ordem social definido no percurso é um dispositivo inovador. Nas engrenagens de seu mecanismo, na forma moderna que vai adquirindo (lugar social e físico) estavam sendo fabricadas suas configurações.¹⁵⁵

¹⁵³ CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização**. São Paulo, 1972, p.2.

¹⁵⁴ MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial**. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999.

¹⁵⁵ VARELA, J. & ALVAREZ URIA, F. **A maquinaria escolar**. Porto Alegre: Teoria e Educação, 6, p. 68-96, 1992.

A partir das estratégias e do investimento, o Estado, já criado oficialmente e em formação, independente por natureza e conceito, constituído por uma população heterogênea, tanto no que concerne a classe, como a raça, assim como uma vastidão territorial, deveria propor e lançar mecanismos de atuação e assistência à população. Fez-se primordial a montagem de um aparelho institucional no que diz respeito ao campo jurídico, político, educacional e administrativo, a fim de que houvesse sustentação de seus ofícios e ações. Com a institucionalização e o status de pública, a educação ganha o seu próprio ordenamento jurídico, onde estava definido a quem serviria, como deveria ser e o que ensinaria. Esses parâmetros foram definidos em forma de leis, a exemplo, está a Lei Geral do Ensino de 1827, o Decreto de 1834 e a Reforma Couto Ferraz de 1854.

Anteriormente a Independência do Brasil e a criação do Estado Nação brasileiro, já existiam tentativas e formas de ensino, e estas se deram, muitas vezes, de modo não institucionalizado, marcadas por dispersões e informalidade. Com o surgimento do Estado e seu aparato burocrático, iniciara um processo de controle progressivo do Estado sobre a educação formal. Isso não se dará de modo imediato, de início, e por algum tempo, a maioria da população continuará sem acesso a educação.

A educação agora será vista como indispensável para o progresso de quaisquer nação. E sobre progresso, podemos incluir o econômico, o cultural e o político. A educação atuaria como parte integrante do processo civilizador, considerando que a educação escolarizada nas sociedades modernas na forma de instituição vai se constituir como elemento de amoldamento de comportamentos desejáveis e como agente de extinção de comportamentos indesejáveis, reproduzindo o que as elites que, de fato, era a mantedora do projeto civilizador desejam como modelo de sociedade brasileira.

No processo de construção do Estado Nacional brasileiro, a educação ganha ordenamento jurídico, leis e espaço físico. Com isso, torna-se escola, tendo sua relevância agora como lugar na transmissão dos saberes, da construção moral e da civilização da sociedade instruída que estava se desenvolvendo na jovem Nação. O processo de instrução pública como parte do processo civilizador em desenvolvimento no Brasil, à época, se deu a partir de ideias sobre educação escolar que circulavam por nações europeias. Sobre isso, Faria Filho comenta que:

A instrução possibilitaria arremeter o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país. Na verdade, buscava-se constituir, entre nós, as condições de possibilidade da governabilidade, ou

seja, a criação de condições não apenas para a existência do Estado independente mas, também, dotar esse Estado de condições de governo. Dentre essas condições, uma das mais fundamentais seria, sem dúvida, dotar o Estado de mecanismos de atuação sobre a população. Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre mas também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado.¹⁵⁶

O Estado que emergia encontrou obstáculos para sua concretização enquanto elemento garantidor dos serviços públicos e de proteção e assistência à população. Sua presença era ineficaz, quase que inexistente e, apesar das responsabilidades das províncias, as políticas ainda eram descentralizadas e descontinuadas, com isso, não faziam o efeito esperado. Contudo, a partir da consolidação das legislações específicas para a educação, o Estado começa a conseguir fazer-se mais presente no cotidiano das Províncias.

Assim, foi no bojo do processo de consolidação do Estado brasileiro que as preocupações e debates com a educação começaram a entrar em pauta. Não havia dissociação entre o desenvolvimento da Nação e a instrução pública. As duas caminhavam lado a lado, a primeira precisou decisoriamente da segunda para que pudesse se estabelecer enquanto ordenamento da sociedade. A segunda teve que aguardar o surgimento da primeira para só depois, de muitos percalços, iniciar o seu processo de estruturação. Tanto que nesse momento a ideia de Nação ainda não estava clara no pensamento do povo brasileiro. Não era possível pensar em Nação sem que houvesse um povo instruído e com uma consciência nacional; e o Estado nessa relação estaria (muita vezes apenas, teoricamente) como o garantidor de uma organização social-política e como agente principal de promoção social.

O Estado e, mais amplamente, as instituições deverão se tornar instrumento de ação coletiva da Nação ou da sociedade civil, o que, de fato, ainda não existia, pois a maioria da população se encontrava pouco instruída. Faz-se necessário no processo de constituição do Estado-Nação que os atores sociais estejam envolvidos no processo de construção social de sua própria sociedade e da instituição principal que a regula, o Estado. Entretanto, nesse primeiro momento, em seu esforço de construção social, os atores estão limitados por restrições econômicas e políticas. Sobre isso, Manoel Luís Salgado Guimarães analisa que:

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que

¹⁵⁶ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cyntia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.127.

internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do ‘outro’, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.¹⁵⁷

Na tentativa de progresso social e asseguramento das próximas elites políticas que governariam o Brasil, iniciou, como afirmou Moraes “a saga do Império no Brasil parece partir de um projeto nacional, em que se “construir o país” é o veio ideológico que dá corpo ao período.”¹⁵⁸

4.2 A Constituição de 1824 e a institucionalização da educação no Império do Brasil

Antes do Brasil constituir-se como Império brasileiro e ter o seu Estado enquanto ornamento jurídico e administrativo, o sistema de ensino era estabelecido e movimentado pela Ordem jesuíta que, por sua vez, além do trabalho de catequizadora dos indígenas, ocupou-se no preparo e formação dos futuros membros de sua Igreja. Somando-se a esse trabalho, os colégios jesuítas instruíam também os filhos da elite para os ensinamentos posteriores, que certamente, eram desenvolvidos na Europa com a educação superior. Com isso, estariam comprometendo-se com o desenvolvimento da colônia, pois preparavam os futuros bacharéis que iriam cuidar da administração local. Esse era o modo mais seguro de fortificar a elite colonial que, com isso, conseguia manter-se no poder, gerando uma continuidade política.

A educação desse período atendia ao projeto missionário da Companhia jesuíta e também à política colonizadora da Metrópole. Estava excluída do processo de instrução a maioria das mulheres que mesmo pertencentes às famílias mais abastadas, raramente recebiam a instrução. Com a expulsão dos jesuítas da colônia, em 1759, a Coroa passa a adotar, por meio das reformas educacionais criadas por Marques de Pombal, medidas para que houvesse continuidade no processo de instrução da colônia. O alvará de 28 de julho de 1759 exigia que:

¹⁵⁷ GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>

¹⁵⁸ MORAES, Antônio Carlos R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p.93.

Alvará, por que V.Majestade há por bem reparar os Estudos das Línguas Latina, Grega, e Hebraica, e da Arte da Retórica, da ruína a que estavam reduzidos; e restituir-lhes aquele antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na República das Letras, antes que os Religiosos Jesuítas se intromettessem a ensiná-los: Abolindo inteiramente as Classes, e Escolas dos mesmos Religiosos: Estabelecendo no ensino das Aulas, e Estudos das Letras Humanas uma geral reforma, mediante a qual se restituia nestes Reinos, e todos os seus domínios o Método antigo, reduzido aos termos simples e claros, e de maior facilidade, que atualmente se pratica pelas Nações polidas da Europa: Tudo na forma acima declarada.¹⁵⁹

Durante todo o período colonial, a educação não sofrera mudanças substanciais ou organizacionais, permanecendo basicamente inalterada pós a expulsão dos jesuítas, pois continuou a atender e representar os interesses das classes dominantes. Em contrapartida, a maioria da população estava distante da realidade iniciada pelo tímido processo de instrução da colônia. Com o advento da Independência, em 1822, e a tentativa de construção do Estado Nação brasileiro é que a educação alcançará algumas mudanças em relação a sua estrutura e organização, contudo, a população ainda permanecerá à margem do progresso. Em meio ao novo período político que o Brasil inaugurava, as dificuldades eram inúmeras. Sobre isso, Neves e Machado afirmam que no contexto da época “tudo estava por fazer. Não há constituição, códigos legais, sistema de educação; nada existe, exceto uma soberania reconhecida e coroada.”¹⁶⁰

Neves aponta ainda que, em carta de ofício, o agente diplomático da Áustria no Brasil, Leopoldo Wenzel, comentava que:

Com a crise política do antigo regime, aconteceram mudanças no que diz respeito às linguagens políticas e sociais no âmbito histórico-cultural. Com isso, seria de certo necessário, que se fosse elaborada uma Constituição, a fim de que conferisse organização que fosse necessária para as diretrizes governamentais, onde estivesse estabelecidos os direitos e deveres dos cidadãos.¹⁶¹

A primeira reunião da Assembleia Constituinte e legislativa, ocorrida em 3 de maio de 1823, foi marcada pela tentativa de pensar e organizar uma constituição que alicerçasse a independência do Brasil, fazendo-se importante para indicar as orientações administrativas e

¹⁵⁹ Para saber mais ver: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx12.html>

¹⁶⁰ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.100

¹⁶¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Orgs.). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 13.

jurídicas. Seria ela uma diretriz a ser seguida pelo Estado e um caminho no desenvolvimento da Nação. A educação foi mencionada já no discurso inaugural do imperador pós Independência no qual apontou: “Tenho promovido os estudos públicos quanto é possível, porém necessita-se para isto de uma legislação particular. (...) todas essas coisas (do ensino) devem merecer-vos suma consideração”.¹⁶² Com isso, já nas primeiras sessões ficou-se definida a proposta de preocupação em âmbito nacional com uma organização sistemática da educação, desde as escolas de primeiras letras às universidades.¹⁶³

Os membros constituintes, em reunião na assembleia, também demonstravam preocupação com a situação do ensino, em que, os relatos dos anais apontavam o modo como se encontrava a educação em suas províncias. Informava Pedro José da Costa Barro, um dos constituintes pertencentes à província do Ceará:

A assembleia tem mostrado mui louvável zelo para que apareça quanto antes um sistema de educação, único meio que pode esperar-se o bem tão necessário da instrução pública. Todavia, este meio tem consigo um grande inconveniente: o largo tempo que leva a apresentação desse plano completo. E enquanto não aparece deve ficar a mocidade sem educação? A minha província há quatro anos não tem um só mestre de Latim; não é por que haja falta de mestres, mas por que não corresponde o pagamento; é ele tão mesquinho que ninguém se afoita a ser mestre de gramática latina, nem mesmo de primeiras letras.¹⁶⁴

A comissão constituinte apresentou, em setembro de 1823, o projeto de constituição, onde defendia que a educação deveria ser pública e que alcançasse a todos. O texto representa sem dúvida uma conquista, porém, ficou ainda muito distante do que prometeu D. Pedro I, quando assegurou que a constituição seria “duplamente mais liberal”¹⁶⁵. O texto constitucional abordou o tema educação, em seu artigo 179 que limitou-se a estabelecer a garantia do ensino primário e que seriam criados colégios e universidades, onde seriam ensinadas ciências e artes. É importante apontar que todas as discussões postas pelos membros da constituinte, geraram apenas o ponto de partida do processo, que por sua vez, não deixava de modo claro e objetivo os deveres do Estado em relação à educação.

¹⁶² MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império**: subsídios para a história da educação no Brasil. São Paulo: Nacional, 1936-1938, v.3 p. 31

¹⁶³ LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS do Governo Provisório da Província de São Paulo para seus deputados. In: ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. **Obras Científicas, Políticas e Sociais**. Coligida e reproduzida por Edgar de Cerqueira Falcão. São Paulo, 1965, 3 v., p. 102

¹⁶⁴ MOACYR, Ibid., p. 13.

¹⁶⁵ TAPAJOS, Vicente. História Administrativa do Brasil: organização política e administrativa do Império. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília, Fundação Centro de Formação do Servidor Publico, 1984, p.57.

Somente em 15 de novembro de 1827, uma lei ampliou os rumos da instrução pública, pois, previa em seu artigo 1º que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão escolas de primeiras letras que forem necessárias”¹⁶⁶. Mesmo que de forma não evidente, entende-se com essa lei, que a responsabilidade das províncias acabara de nascer. O que, de certo modo, também explica o fracasso da educação nesse período, pois, deixando a encargo das províncias, o ensino primário foi pouco difundido, entre outras, “pelas seguintes razões: os orçamentos provinciais eram escassos; os escravos eram proibidos de frequentar a escola; os curso primário nem era exigido para o ingresso do secundário”¹⁶⁷. Com isso, além de não haver grandes progressos, não havia um processo educacional gradual e evolutivo. Se a responsabilidade e o ônus das províncias em relação à educação não ficaram claros no ato adicional de 1827, no ato adicional de 1834/ lei nº 16 ficaram explícitos os deveres da mesma, uma vez que, foi dado às províncias o direito de discutir, deliberar e legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la¹⁶⁸.

Entretanto, a situação não mudou substancialmente. Agora, mesmo que de forma não centralizadora, a educação não logrou o êxito esperado. Somava-se aos problemas já existentes, o fator devedor do pouco tempo que os representantes de províncias ficavam no cargo, fazendo com que houvesse dificuldades na continuidade das políticas.

A situação pode ser constatada nos relatórios do ministro do império Lino Coutinho, que apontavam os mínimos resultados obtidos com a legislação da instrução pública durante o império. Os documentos datam de 1831 a 1836 e tratam de modo integral da má situação em que se encontrava a educação no país. Argumenta o ministro que havia abandono do poder público quanto ao provimento dos recursos materiais como edifícios públicos, previstos pela lei, livros didáticos e outros itens. Também chamava atenção para o baixo salário dos professores, a excessiva complexidade dos conhecimentos exigidos pela lei, que dificultavam o provimento dos professores e a inadequação do método adotado em vista das condições particulares do país.

Com os percalços pelos quais passava a instrução pública, o progresso ocorria em passos estreitos. O interesse inicial tropeçava no momento de formação política e administrativa do país e de suas condições reais, sobretudo no compromisso posto no discurso do governo que proferia a preocupação em instruir o povo, contudo, o discurso tornava-se

¹⁶⁶ Constituição brasileira de 1824, Lei de 15 de outubro de 1827. Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm

¹⁶⁷ PILETTI, Nelson e PILETTI, Claudino. História da Educação. São Paulo: Ática, 1990, p. 147

¹⁶⁸ Essa lei faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império de 1824; Ver mais em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

ideológico na medida em que o Estado não proporcionava condições mínimas para o funcionamento e progresso da educação no Império. Sobre esse momento, Luciano Mendes de Faria Filho observou que:

A educação no período imperial é ao longo dos anos, em primeiro lugar, marcada pelo o desenvolvimento de serviços de instrução, de redes de escolas, muito diversas em consonância com a diversidade das províncias do Império. Em segundo lugar, à precariedade das finanças provinciais, o serviço da instrução, reconhecidamente dispendioso. [...] contava com recursos sempre muito aquém das necessidades de expansão dos serviços.¹⁶⁹

É possível perceber com o exposto acima, que a educação no Império não passou por notáveis progressos. A presença do Estado foi tênue, em razão da educação pública e do Estado nascerem em quase igual momento, intensificando as dificuldades de progresso em relação à primeira. O problema da sociedade, por sua vez, em sua maioria atrasada, escravagista, autoritária e desigual, somou-se ao interesse de formação de uma minoria, de uma elite que *a posteriori*, tornar-se-ia a classe dirigente do país. Desse modo, ficava expressa a ineficácia das leis inaugurais sobre a instrução pública quando promulgou a educação primária a todos, o que, na prática, não se concretizou. Com a transferência dos encargos da educação e da sua iniciativa pública às províncias, as dificuldades ainda eram latentes.

4.3 A Experiência educacional da Província do Piauí

A instrução pública no Brasil em algumas províncias mostrava-se escassa, e em outras, inexistente. O certo é que mesmo onde existiam as maiores vilas e cidades, o ensino público esteve a desejar. O projeto de garantir a educação a todos os cidadãos, bem como a gratuidade da instrução primária foram contemplados, todavia, apenas na lei.

A lei de orçamento do Império, do ano de 1833, designou às instâncias políticas os deveres quanto à educação pública. De acordo com Andrea de Carvalho Zichia “as escolas maiores de instrução pública ficaram sob responsabilidade da despesa geral, sendo que as escolas menores de instrução pública, biblioteca públicas, professores, (...) couberam à

¹⁶⁹ FARIA FILHO, Luciano Mendes de *et. al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 30, nº 01, p. 139-160, jan/abr 2004, p. 137.

despesa provincial.”¹⁷⁰ A descentralização da educação não fora a solução para o avanço do recém-criado sistema educacional brasileiro. Pois, segundo Moacyr:

A causa da impotência em que se encontravam as províncias do Império em referência à instrução é pesar exclusivamente sobre elas a despesa com o ensino primário que é o mais difícil de sustentar-se. [...] Ele descentralizou o serviço do ensino inferior e deixou todas as despesas a cargos das províncias, não obstante saber que estas, com as rendas que têm nenhum impulso lhe dariam.¹⁷¹

O fragmento acima aponta para a enorme responsabilidade das províncias em ofertar e manter a instrução pública primária, onde era trabalhada a base de toda a educação. Para uma melhor compreensão da educação no período estudado, Moacyr Primitivo nos oferece dados que estão dispostos na tabela abaixo. Nela estão contidas informações sobre a instrução pública nas províncias brasileiras, revelando o ano de gratuidade e as dificuldades pelas quais passaram as províncias no provimento à instrução:

¹⁷⁰ ZICHIA, Andrea de Carvalho. O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil. São Paulo, 2008. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/.../DissertacaoAndreaZichia.pdf

¹⁷¹ MOACYR, Primitivo. A instrução e as províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p.484.

Tabela 1: Quadro da explicitação legal da gratuidade do ensino e principais dificuldades das Províncias brasileiras

Província	Gratuidade/Ano	Dificuldades
Alagoas	Antes de 1863	Acesso às escolas
Amazonas	–	Acesso às escolas
Bahia	1853	–
Ceará	1836	Indiferença dos pais
Espírito Santo	1851	Indiferença dos pais
Goiás	1831	Acesso, pobreza e trabalho infantil
Maranhão	1862	Acesso às escolas
Mato Grosso	–	–
Minas Gerais	1865	Acesso às escolas
Pará	1841	Acesso às escolas
Paraíba	–	Acesso às escolas
Paraná	1857	Indiferença dos pais e acesso às escolas
Pernambuco	1873	–
Piauí	1845	Indiferença dos pais e acesso às escolas
Rio de Janeiro	1872	–
Rio Grande do Sul	–	Indiferença dos pais e acesso às escolas
Rio Grande do Norte	–	Indiferença dos pais, pobreza e seca
São Paulo	1864	Acesso às escolas
Santa Catarina	–	Acesso às escolas
Sergipe	1875	Indiferença dos pais

O autor, em seus estudos, não revela dados sobre a Província do Piauí, no entanto, analisando os relatórios do poder executivo provincial, conseguiu-se verificar os principais dados sobre a instrução pública no Piauí. Com relação à gratuidade do ensino, como aponta a tabela, se deu em 1845, no governo de Zacarias de Góis e Vasconcelos, através da lei

provincial de número 198, que marca a normatização do ensino no Piauí, por meio dela também ficou estabelecida a obrigatoriedade do ensino. Sobre os principais obstáculos em relação à instrução pública na província, além da indiferença dos pais, o que ocasionava a faltas dos alunos, existia o problema das distâncias entre as escolas e as Vilas que diminuía consideravelmente o número de matrículas. Havia também fatores como o despreparo dos professores, quando esses existiam, falta de disposição para o trabalho em razão da péssima remuneração, entre outros.

A tabela nos aponta que não ocorria linearidade em relação ao período de gratuidade do ensino ofertado pelas províncias. É possível observar que a maioria o ofereceu em proximidade das datas em que as leis constitucionais sobre a instrução públicas foram promulgadas.

Em busca de compreensão e maior detalhamento do problema da instrução pública na Província do Piauí, fez-se relevante remontar ao período anterior, quando o Piauí ainda era capitania. Ao analisarmos o Piauí enquanto capitania, nos deparamos com fatores que justificam a herança da pouca expressividade da instrução na província.

Anterior ao período de institucionalização do ensino, em tempos de colônia, enquanto a educação se dera pelas mãos dos jesuítas nas demais capitanias, desde o século XVI, no Piauí, esse trabalho foi limitado e se deu tardiamente. Itamar de Sousa Brito sobre a presença dos jesuítas em solo piauiense analisa que “havendo chegado ao Brasil em 1549, só na segunda década do séc. XVIII se estabelecem no Piauí, movidos por interesses pecuniários: as fazendas de gado.”¹⁷² Com isso, a educação se dera de modo ainda mais tímido no Piauí, pois é importante considerar que, enquanto os jesuítas prestaram trabalho considerável no campo educacional na colônia, no Piauí, segundo Higino Cunha, “não cogitaram nunca em fundar escolas ou colégios para o ensino de primeiras letras”¹⁷³, limitaram-se apenas ao ensino cristão e sua doutrina.

Com a herança do atraso no período colonial, a província do Piauí permaneceu com grandes deficiências no campo educacional. É necessário apontar que, em menor ou maior escala, assim também se encontravam as demais províncias do Brasil.

O caminhar da instrução pública na província do Piauí em seu início ficará restrito às falas dos governantes e representantes do Estado do que a prática. Ela se dera como na maioria das demais províncias, de forma lenta, insuficiente para o atendimento da população, sendo marcada por criações e escolas de portas fechadas. “A preocupação do Estado com a

¹⁷² BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDIUFPI, 1996. p. 17.

¹⁷³ CUNHA, Higino. **História das religiões no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíhyene, 1924. p. 65.

educação era mínima, na realidade, sua ação limitava-se a criar escolas e a pagar as ordenadas dos professores, sem proporcionar condições para o funcionamento das mesmas.”¹⁷⁴ Para Lopes, a escola não era de interesse do Estado, que a considerava como mera finalidade de moralização da precária situação do ensino público na província. O problema do provimento da educação na província piauiense tem herança no período colonial. Como apontou Lopes quem em razão da sociedade piauiense:

[...] Ter sido calcada, essencialmente, na criação de gado vacum e no latifúndio. Isto gerou fenômenos como o da rarefação da população, além de uma não necessidade de educação escolar com relação às atividades produtivas e a fixação do homem na região.¹⁷⁵

Diante desse contexto, é possível perceber que, como capitania e província, a educação não foi concebida como prioridade. De modo lento e insuficiente, a educação caminhava, por vezes, resistindo, por vezes, não, ao desafio da instrução pública nos vazios demográficos da província piauiense. Ela encontrava, na baixa densidade demográfica do Piauí – de 0,3 hab./km², conforme censo de 1826, e no reduzido universo infantil da província que indicava dados de 1826 em 16.118 o total de crianças entre 0 e 10 anos de idade, sendo que 31,33% dessas eram escravos e o restante 53,33% eram classificadas como pardas – um dos piores obstáculos para o seu progresso, somando-se à falta de incentivo e empenho do governo provincial.¹⁷⁶ Para Alencastre, a instrução pública no Piauí, “era uma palavra sem significado.”¹⁷⁷

Os avanços reduzidos no ensino da província, somados às distâncias que se davam entre as os lugares “e as distâncias entres escolas, localizadas nas cidades e vilas, e a maioria da população localizada nas fazendas”¹⁷⁸ constituíam-se aliados do não progresso educacional da província piauiense. Assim, o ensino público não se fez enxergar de modo evidente. Podemos concluir que a educação nesse período pode-se caracterizar pelas tentativas de se manter, mesmo que de modo precário, nas inconstâncias que as circunstâncias traziam. A falta de recursos e de uma centralização política que funcionasse, de métodos

¹⁷⁴ LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução: A feminização do magistério primário piauiense.** (Dissertação de Mestrado). Fortaleza: 1996.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí.** Teresina: COMEPI, 1974. p.90.

¹⁷⁷ Ibid.

¹⁷⁸ COSTA FILHO, Alcebiades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí (1850-1889),** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

adequados, para a aplicação em uma sociedade em construção, eram entraves que obstaculizavam o ensino.

É relevante pensar que essa situação daria continuidade à situação política e econômica do país, considerando que ameaçaria a continuidade do modelo liberal-democrático que vivia uma tentativa de rompimento com o antigo regime desde a constituição do Império brasileiro. Sobre isso aponta Gilberto Dupas:

[...] O poder tornou-se submetido às regras – cristalizadas numa constituição –, não decorrendo de uma ordem divina ou da tradição, mas da vontade dos indivíduos que compõem a sociedade. É a emergência de uma nova utopia, a soberania popular, com uma nova ideologia de legitimação suportada na razão e fundada numa teoria da justiça.¹⁷⁹

Sobre essa soberania popular, a qual o autor faz referência, não viria de outro modo senão por meio da educação, onde os indivíduos se tornariam parte da sociedade, conhecendo e reconhecendo seus direitos e deveres, sabedores das questões políticas e econômicas relativas aos seus países de origem. Com as leis em prol da educação pública criadas, o que faltava era a construção de um edifício instrucional que a jovem nação tanto carecia. Muitos eram os problemas a ser enfrentados nessa edificação. A estatística oficial apontada por Pires de Almeida conta que, embora houvesse escolas em todo Império, o mantimento delas sempre era o que mais necessitava atenção:

[...] Em todo o império existiam 162 escolas de meninos e 18 de meninas; estas escolas estavam estabelecidas no Rio de Janeiro e na província de mesmo nome e também nas províncias da Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Pará, Mato Grosso, Goiás, e São Pedro do Rio Grande do Sul; sobre estas 180 escolas, havia ao menos 40 nas quais o lugar do professor estava vacante.¹⁸⁰

A respeito dessa propositura, faz eco a fala do padre e deputado Domingos da Conceição, que mostrava preocupação com a situação educacional da província no período que temos estudado. O deputado pedia que fossem criadas escolas de primeiras letras nas Vilas de Oeiras, Parnaguá, Valença, Jerumenha, Marvão, Campo Maior e Parnaíba.

¹⁷⁹ DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.25.

¹⁸⁰ ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989, p.61.

Os relatos de Domingos da Conceição sobre a educação nos fornecem muitas informações do período. Neles, o deputado nos aponta a situação dramática a qual vivia a Província do Piauí:

[...] Setenta mil portugueses, cidadãos pacíficos do Piauí são setenta mil cegos que desejam a luz da instrução pública para que tem concorrido com seus irmãos de ambos hemisférios, pagando o subsídio literário, de sua origem e apenas conhecem três escolas de primeiras letras na distância de sessenta léguas cada uma, estas incertas.¹⁸¹

Em todo o Império, essa situação em que se encontrava a província abriu caminho às iniciativas privadas, que, por vezes, foram a única alternativa para as famílias de populações distantes do meio urbano. Já antes da Constituição de 1824, tinha se estabelecido no Decreto de 30 de junho de 1821, a permissão a qualquer cidadão ao ensino e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame e licença. O intuito do decreto era mesmo de facilitar o acesso da população à educação que, na teoria, deveria ter sido ampliado por meio do que promulgou a Constituição de 1824 e que, de fato, não ocorreu como o almejado em sua formulação. Considerando o contexto que a educação no Império brasileiro estava, tornaram-se importantes e decisivas as iniciativas particulares, feitas por agentes civis que iam cuidando com suas limitações, dos vazios deixados pela ausência do Estado nas Vilas e nas pequenas povoações.

As iniciativas particulares em prol da educação já existiam desde o período colonial, onde as famílias buscavam meios para promover a instrução de seus filhos, dando origem às escolas familiares, onde professores contratados ministravam aulas no espaço das próprias residências, essa prática deu aos professores o título de “professores de varanda”, em razão de que, geralmente, lecionavam na varanda das casas. Como a situação da educação não foi modificada de modo substancial da Colônia para o Império, encontrando o governo dificuldades em mantê-la, as iniciativas particulares acabavam servindo como alternativa para coibir o avanço da situação de ignorância em que se encontrava a população no Império.

Ao fazer um balanço da condição da instrução pública no Piauí, em período bem posterior à criação do Estado Imperial e das leis de gratuidade e expansão da educação por todo Império, Costa Filho comenta que em 1844:

[...] Para uma população estimada acima de 100.00 habitantes, havia apenas vinte e uma cadeiras de instrução primária, sendo dezoito do sexo masculino

¹⁸¹ BRITO, Itamar de Sousa. **História da Educação no Piauí**. UFPI, Teresina: EDUFPI, 1996, p. 18.

e três do século feminino. O ensino secundário resumia-se a sete cadeiras de língua latina, assim distribuídas: quatro em Oeiras, duas em Parnaguá e uma em Príncipe Imperial.¹⁸²

Em pesquisas realizadas no APEPI, em relatórios provinciais, foi possível verificar por meio das falas e mensagens dos governantes, os seus lamentos sobre a pouca instrução da população. No fragmento abaixo Zacarias de Góis e Vasconcelos¹⁸³ descreve o quadro educacional da província:

[...] Se eu dissesse que a Província carece inteiramente de ensino secundário, não seria exagerado, porque sabeis que se acha suspenso por lei o provimento das cadeiras de rhetorica, geometria, e philosophia, que desde a suas criação nunca forão preenchidas, o das de latim e francez vagas, e o das de latim que vagarem, executado somente a da capital.¹⁸⁴

Em seus posicionamentos, Zacarias de Góis e Vasconcelos não apenas apontam a condição em que estava a instrução na província, mas também, saía em defesa de sua ampliação. A citação abaixo se encontra nas mensagens do executivo provincial e trata-se de um relatório do ano de 1846:

[...] Hum lugar, por pequeno que seja merece a cathegoria de Villa, não sei como possa elle ser privado das vantagens de huma cadeira de primeiras letras: essa despesa he da honra da Província faze-la sob pena de notar se lhe a incubência de elevar por hum lado certa parte de seu território a graduação da Villa, estabelece-la, por outro lado a ponto de negar-lhe essas noçõens primárias, sem as quaes o homem pouco acima está do bruto.”¹⁸⁵

Apesar de admitir que a educação seja dever do estado, inclusive a despesa para com ela, os governantes, contudo, pouco ou quase nada, fizeram ao seu favor, ao seu desenvolvimento. É possível verificar na fala do presidente da província que esse marasmo que vivencia a educação piauiense, avançava também em direção à segunda metade do século XIX, período em que as leis educacionais da Constituição de 1824 deveriam já ter tido efeito mínimo. Ainda no relatório de 1846, verifica-se urgente apelo do presidente à sociedade:

¹⁸² COSTA FILHO, Ibid.,p.87.

¹⁸³ Zacarias de Góis e Vasconcelos foi um dos presidentes da Província do Piauí, governou do período de 1845 a 1847.

¹⁸⁴ APEPI, Cx. 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos do ano de 1845

¹⁸⁵ APEPI, Cx. 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos do ano de 1846.

[...] O ensino, Senhores, deve quanto antes sahir desse estado provisório, tão fatal ao progresso. Peço aos que tão puderem envolvimento com a causa da instrução desta província os faça de modo urgente, pois a este respeito, o governo dessa Província tem encontrado grandes dificuldades no seu provimento.¹⁸⁶

Nesse contexto, nota-se a importância que tinham as iniciativas feitas pelos particulares, em razão de que essas iniciativas acabavam por assumir um pouco da responsabilidade de instruir o povo. A colaboração das iniciativas particulares, solicitada de modo urgente e hábil, tivera como justificativa, além da falta de recursos públicos, a necessidade de “facilitar por todos os meios a instrução da mocidade no indispensável estudo das primeiras letras. Tivera ainda a intenção de assegurar a liberdade que todo o cidadão tem de fazer o devido uso de seus talentos, sem prejuízos públicos.”¹⁸⁷

Encerrando a primeira metade do XIX, verificamos através do discurso, do ano de 1850, do presidente da província, José Antônio Saraiva, que os rumos tomados pela instrução seguiam de modo precário e sem muita evolução:

[...] Este ramo do serviço público da mais alta importância, da mais transcendente utilidade pública, continua em um estado verdadeiramente lamentável n'esta província, e reclamo por tanto a atenção de todos, certos como estaes de que sem a conveniente e necessária educação e instrução da mocidade, não poderemos progredir na carreira da civilização.¹⁸⁸

Verifica-se na fala de Saraiva, que além dos problemas com a instrução pública terem insistido por muito tempo, o chamamento da população à causa se tornou ação comum entre os governantes. Enquanto o Estado não se fazia tão presente, crescia o número de interessados no projeto educacional do Império, no Piauí, essas iniciativas foram decisivas no processo instrucional da Província.

4.4 O educador de batina

¹⁸⁶ APEPI, Ibid.

¹⁸⁷ Decreto de 30 de junho de 1831 que determinava a qualquer cidadão o ensino e a abertura de Escolas de primeiras letras, em qualquer parte deste Reino, que seja gratuitamente, que por ajuste dos interessados, sem dependência de exame, ou de alguma licença. A Regência do Reino o tenha assim entendido, e faça executar. Para ver mais: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37432-28-junho-1831-564103-publicacaooriginal-88123-pl.html

¹⁸⁸ APEPI, Cx 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província José Antônio Saraiva do ano de 1850.

Com a descentralização do ensino veio a constatação de que as províncias não conseguiriam prover e manter o ensino. A fala de Saraiva em relatório provincial do ano de 1851 faz comprovação a esse fato:

[...] Reconheço que não podemos ter uma escola normal, ainda mesmo imperfeita, visto que a própria educação nos níveis primário e secundário estão em complicações, como as de algumas demais províncias do Império. As nossas rendas não nos permitem fazer quanto desejaríamos n'esse ramo de serviço público.¹⁸⁹

Por esse período, “enquanto as províncias aplicavam cerca de 20% de suas receitas com a instrução pública, o governo central não chegava a aplicar mais que 1% da renda total do Império.”¹⁹⁰ O fato é que recaía sobre as províncias o ônus da educação, que por muito tempo, não conseguiu minimamente manter. Com isso, de muita importância, foram as iniciativas da sociedade no trabalho de instrução da população. As dificuldades pelas quais a educação passou nesse momento de formação/consolidação do Estado brasileiro não se deram de maneira ainda mais drástica, em razão das iniciativas de particulares engajados na causa. Essas iniciativas cumpriram papel decisivo na difusão da instrução do povo que vivia a margem do trabalho do Estado.

Gonda & Schueler defendem que a educação no período imperial foi trabalhada e pensada no plural, sendo que uma das forças que agiam de modo não institucionalizado foi representada na ação da sociedade civil, nas mãos de agentes políticos que tomam a responsabilidade para si.¹⁹¹ O processo de escolarização que estava ocorrendo no Império não se deu a partir de um projeto imposto pelo Estado, ou pelo interesse exclusivo deste, mas, solicitado, pensado e defendido por parte da sociedade, da parte sabedora e consciente da importância da educação para o progresso da jovem Nação.

O convite à livre iniciativa privada veio com a descentralização do ensino, o que estimulou o nascimento das escolas construídas nos vácuos deixados pelo poder público. Embora essas iniciativas não garantissem educação de forma ampla e total à população, conseguiram diminuir os atrasos de uma população alienada e leiga.

Foram as ações dos particulares, que muitas vezes exerciam funções públicas, comprometidas com a manutenção da ordem e com alguns interesses demandados pelo Estado

¹⁸⁹ APEPI, Cx 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província José Antônio Saraiva do ano de 1851.

¹⁹⁰ SUCUPIRA, Newton. **O ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

¹⁹¹ GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

que deram à instrução pública imperial, um cenário menos assolador. Vários foram os sujeitos que protagonizaram a cena. No entanto, no curso de seu envolvimento com a educação do povo, esbarravam em suas limitações, o que fez surgir processos de inovação no campo educacional, eram novos modos de educar, pois se davam em espaços, métodos e sujeitos diferentes.

Sobre isso, Faria Filho comenta que “os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente apropriar, remodelar, ou de recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação.”¹⁹²

À medida que a necessidade de disseminação das luzes da educação crescia, o Estado deparava-se com a propagação dessas iniciativas, costumando assistir ao seu desenvolvimento. De acordo com Moraes Limeira:

[...] Diante de uma necessidade forjada, de uma solução proposta para combater o atraso do país, o Estado Imperial lançou mão de mecanismos para tornar crível a tarefa de promover instrução. Já que o fardo era caro e pesado, pareceria mais oportuno dividi-lo. Tratou-se de prescrever uma liberdade sem restrições que foi garantida pelo poder público em legislação, desde a Constituição do Império de 1824.¹⁹³

O ensino e a liberdade de ensinar caminharam livres por algum tempo, todavia, a Reforma Couto Ferraz, de 1854, submeteu o controle e a fiscalização do Estado a essas iniciativas. Contudo, os defensores do ensino livre se manifestaram. No discurso do ministro Liberato Barroso¹⁹⁴ verifica-se o apelo à liberdade de instruir:

[...] Ao lado do ensino primário gratuito e obrigatório deve marchar e se desenvolver o ensino livre. [...] Limitar a esfera do ensino privado, quando o ensino oficial não satisfaz a todos as necessidades, é prescrever a ignorância. [...] O Estado deve exercer uma inspeção salutar sobre a liberdade de ensino, mas não criar-lhe embaraços e dificuldades.¹⁹⁵

Nota-se a preocupação de Liberato Barroso com as restrições impostas pela Reforma Couto Ferraz podendo alcançar o funcionamento das escolas. O ministro, de certo, era

¹⁹² FARIA FILHO, Ibid., p. 141.

¹⁹³ LIMEIRA, Aline Moraes. Luzes da Instrução: Iniciativas particulares de escolarização no século XIX. *Revista Teias*, v. 12, n° 25, 2011. Ética, Saberes & Escola.

¹⁹⁴ Foi advogado, professor e político pela assembleia provincial do Ceará, Ministro do Império, Deputado geral da Província do Ceará e depois presidente da Província de Pernambuco em 1882.

¹⁹⁵ BARROSO, Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Pelo Conselheiro José Liberato Barroso - 1867. Pelotas: Seiva. 2205. (Série: Filosofia e História da Educação).

consciente que isso poderia ser um entrave para o progresso da instrução e, conseqüentemente, à economia. Já na contemporaneidade, Almeida Oliveira comenta que o ensino pela vida dos particulares “não era só um poderoso corretivo para o ensino público, era uma fonte de economia para o estado, uma das maiores conquistas da civilização moderna.”¹⁹⁶ A fala de Almeida Oliveira reforça o pensamento de Liberato Barroso na medida em que ambos viram nas iniciativas privadas uma maneira de conter o avanço do atraso educacional e econômico do Império. No sentido de que só por meio da educação haveria o progresso dessas esferas, onde a educação serviria como base de uma civilização.

Assim como nas demais províncias, na Província do Piauí foram surgindo caminhos para a instrução pública. Frente à ineficiência e ausência do poder público, nasciam também os esforços de membros da sociedade civil, na tentativa de construção de uma sociedade instruída. De certo, havia nesses esforços a consciência de que um país civilizado, com parâmetros de uma sociedade moderna, deveria investir, manter e criar meios para o desenvolvimento de sua população por meio de investimento no processo educacional.

Na Província piauiense, essas ações em favor da instrução ocorriam não somente por meio do interesse dos proprietários de fazendas com o intuito de educar seus filhos, mas também, de modo individual, onde homens com certo grau de estudo atuavam como agentes construtores das bases da nova Nação, construtores do Estado em formação, na medida em que lançaram seus olhares e esforços ao processo de educar o povo. Geralmente, essas ações ocorriam em povoações distantes do poder central, ou do campo de atuação deste, onde, de certo modo, o poder público não esteve presente. As distâncias entre as fazendas, e também as distâncias destas para com as Vilas, tornavam-se empecilho a mais na criação e mantimento das escolas nesses lugares. O campo de atuação do Estado, já tão restrito aos lugares onde ocorriam as movimentações do progresso urbano, se tornava ainda mais tímido a grandes distâncias.

Em consequência dessas ações, cresciam o número de escolas particulares na Província. Nunes comenta que em 1844:

[..] Encontramos em papéis de 1844 arquivados na Casa Anísio Brito o registro destas escolas localizadas mais na zona rural que nas sedes municipais. Em Valença, por exemplo, havia 9 escolas particulares, em Barras 7, Piracuruca 3, em Príncipe Imperial 2, uma na sede e outra em Pelo Sinal, Parnaguá com 7 distribuídas pelos povoados assim: 4 em Paraim, uma em Gilbués, uma em Curimatá e outra,

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2003, p. 89.

certamente na sede municipal. Provavelmente tinham escolas particulares em todos os municípios.¹⁹⁷

A exemplo dessas iniciativas particulares tem-se em destaque o trabalho desenvolvido por Padre Marcos de Araújo Costa, que por um período de três décadas (1820-1850), dedicou-se ao ofício de educador da população que vivia próxima a propriedade sua, a fazenda Boa Esperança, localizada no que hoje é a cidade de Jaicós. Sobre o trabalho de Padre Marcos, Amparo Ferro comenta que “a escola fundada por ele pode ser considerada como a primeira escola a existir de fato no Piauí.”¹⁹⁸ A ação por ele desenvolvida em favor da educação foi iniciada antes do processo de conscientização governamental e civil sobre a educação, o que faz relevante considerar seus esforços como fundamentais na instrução da sociedade piauiense do período.

Assim como Padre Marcos, temos o trabalho de Domingos de Freitas Silva, nascido na Vila de São João da Parnaíba, recebendo instrução primária pela sua própria família, sendo enviado, posteriormente, a São Luís do Maranhão para concluir seus estudos e ser ordenado presbítero secular. Retornando à Vila de onde nasceu, Domingos de Freitas Silva atuou como sacerdote e, agora letrado, pôde desenvolver o ofício também de professor, candidatando-se a vaga na cadeira de Latim. Por meio dos registros encontrados e em razão do estado de conservação dos documentos, não foi possível precisar a data de atuação de Domingos de Freitas Silva no magistério na Vila de São João da Parnaíba. Todavia, tem-se informação por meio de pesquisas realizadas, que, já no ano de 1821, retornava de seus estudos e permaneceu em Parnaíba até o ano de 1823, quando, achando estar sua vida em risco, em razão de seu envolvimento nas questões sobre a Independência, fuge para Granja no Ceará.

Em seu retorno a Província do Piauí, quando os ânimos já estavam acalmados, exerceu sacerdócio na Vila de Piracuruca, onde lá permaneceu por muito tempo, até afastar-se novamente e fixar morada no sítio Gameleira. Em virtude do exercício sacerdotal e das desobrigas que realizava nas fazendas pertencentes às fazendas de Piracuruca, restou pouco tempo ao ofício de educar. Com isso, no ano de 1826, enviou Domingos de Freitas Silva ao governante da Província piauiense, o Barão da Parnaíba, um ofício onde pedia o seu afastamento do exercício de professor na Vila de São João da Parnaíba:

¹⁹⁷ NUNES, Ibid. 1974, p. 48.

¹⁹⁸ FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996, p. 63.

Recebi o seo officio datado de trinta de junho próximo passado o qual me participa que por provisão do seu prelado se acha constituir o vigário encommendado da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca, e como tal impossibilitado de continuar no exercícip de Professor de Gramática Latina dessa Vila de Parnaíba, pelo que se demitte do dito emprego. Na intelligência pois do expedido tenho a dizer-lhe que aceito a sua demissão = Deos guarde a Vossa. S^a. Palácio do Governo. Hum de Agosto de mil oitocentos e vinte e seis = Barão da Parnaíba, Presidente = Reverendo Senhor Vigário Domingos de Freitas Silva.¹⁹⁹

A distância e as dificuldades de acesso de uma Vila para outra, a ocupação com Piracuruca e suas viagens às fazendas no compromisso com Deus, acabaram por distanciar Domingos de Freitas Silva do officio de professor.

O documento acima descrito nos fornece a informação de que no período em que esteve o padre exercendo trabalho sacerdotal o fazia concomitante ao de professor. É relevante apontar que, por esse período, existiam somente três cadeiras de gramática latina em toda a Província, “huma na capital, outra na Vila de Campo Maior, e outra na de Parnaíba.”²⁰⁰ Com isso, teria sido Domingos de Freitas Silva um dos primeiros e poucos a lecionar nas cadeiras de gramática latina da província.

Como já exposto no capítulo anterior, Domingos de Freitas Silva permaneceu por algum tempo na Vila de Piracuruca e depois se afastou para região rural na data Botica. O motivo que o fez distanciar-se do núcleo urbano de Piracuruca é desconhecido pela história tradicional. Contudo, uma hipótese que possa explicar esse fato é que após o falecimento de sua primeira companheira (Lucinda Rosa de Sousa), unia-se com uma segunda (Jesuína Francisca da Silva). Poderia ter sido essa a causa de seu abrigo nas povoações mais distantes do progresso da Vila. Enquanto esteve em Piracuruca, preferiu as fazendas afastadas às imediações do urbano. Lá, se estabeleceu em um sítio denominado “Capote.”²⁰¹

Possivelmente após sua segunda união e com o aumento progressivo de sua prole, o tenham feito desobrigar-se de Piracuruca que, por essa época, enchia-se de casas. Desse modo, saía do sítio Capote e chegava à propriedade que adquirira da compra feita entre seu padrinho, o reverendo Henrique José da Silva, com a família Medeiros²⁰². Com as construções edificadas pelo padre, a Povoação de Gameleira localizada na data Botica, já em 1844,

¹⁹⁹ APEPI - Códices do poder executivo provincial/ Lv. 01 de Officios Eclesiásticos Pedido de afastamento do officio de professor na Vila de Parnaíba/1826

²⁰⁰ APEPI. Cx. 03. Sala do Legislativo 1835-1843. Fala do Presidente da Província o Sr. Barão da Parnaíba de 4 de maio de 4 de maio de 1835

²⁰¹ SANTANA, Judith Alves. 1984, p. 23

²⁰² Ibid.

aumentava seu número de famílias. O progresso tinha sido iniciado por um pontapé de Domingos de Freitas Silva.

O sítio Gameleira evoluía e passava a ser chamado de povoação de Periphery. Consciente da situação do ensino da Província, Domingos de Freitas Silva resolve exercer mais uma vez o ofício de administrador da povoação e, em 1858, através de um abaixo-assinado, solicita ao presidente, João José de Oliveira Junqueira, a criação de uma cadeira de primeiras letras do sexo masculino. Como nos informa o documento abaixo, Domingos Freitas Silva alegava que a maioria da mocidade estava privada de educação, em razão da falta de provimento:

Os abaixo assignados dos habitantes desta povoação de Nossa Senhora dos Remédios do Piripiri, levão a mui respeitável prezença de V. Ex. as informações deste lugar e considerando-as justas e dignas do conhecimento de V.Ex. desde já estejam suas esperanças baseadas na certeza que haverá de atende-la. O fim desta representação Exmo. Senhor é implorar a V.Ex. a criação da cadeira de primeiras letras do sexo masculino nesta povoação a qual é tão necessária, afim de dar aos filhos deste local a justa instrucção da mocidade. Peço por clemência [...].²⁰³

Não tendo o seu pedido atendido, no mesmo ano em que enviava a solicitação, resolve ele mesmo criar a escola, onde se dedicou a ministrar aulas de primeiras letras e Latim gratuitamente e sua companheira, Jesuína Francisca da Silva, ensinava às moças da povoação, a “coser, fiar e fazer renda”.²⁰⁴

Muitos autores da historiografia piauiense e estudiosos da educação no estado mencionam o nome de Domingos de Freitas Silva nos relatos de suas pesquisas. Entre eles estão: Anísio Brito, F. A. Pereira da Costa, Odilon Nunes, Teresinha Mesquita Queiroz, Judith Alves Santana, entre outros. Anísio Brito compara o trabalho desenvolvido por Domingos de Freitas Silva ao do padre Marcos de Araújo Costa:

[...] A iniciativa tão brilhantemente encetada em 1820 pelo padre Marcos de Araújo Costa teve apenas um continuador que merece especial destaque: o padre Domingos de Freitas Silva, um dos baluartes da independência política no Piauí [...] em Parnaíba, onde era regente da cadeira de latim.²⁰⁵

²⁰³ APEPI, Série: Município/ Subsérie: Piripiri/ Cx.: 170/ Solicitação de criação da cadeira de primeiras letras na povoação de Periphery-1858

²⁰⁴ FREITAS, Maria Leonília de. Professor Felismino Freitas: educação como missão e vocação/ Maria Leonília de Freitas, Francisco Antônio Freitas de Sousa, Francisco Newton Freitas. – Teresina: Zodíaco, 2009, p.27.

²⁰⁵ BRITO, Ibid., p. 49

O autor também comentou sobre a iniciativa do personagem em prol da Província e aponta que “tal impulso que tomou a população de Piripiri sob influxo moral e intelectual do eminente sacerdote que, anos depois, adquiriria foros de vila.”²⁰⁶ Se faz relevante destacar a relação que Brito faz com o trabalho realizado por Domingos Freitas e o progresso da região. Se analisarmos as datas oficiais, houve, de fato, progresso considerável na povoação enquanto Domingos de Freitas Silva exercia o posto de administrador do local. A povoação do sítio Gameleira o recebia por volta do ano de 1840 e já, em 1860, estava sendo elevada à categoria de Distrito de Paz pela resolução, nº 509, de 25 de agosto, pela resolução, nº 698, de 16 de agosto de 1870, foi elevada à freguesia; pela resolução nº849, de 16 de junho de 1874, foi elevada à categoria de Vila; na resolução, nº 892, de 15 de junho, de 1875, foi desmembrada da comarca de Piracuruca; e, pela resolução, nº 570, de 4 de julho de 1910, eleva-se à categoria de Cidade. Comparada ao de outras cidades da Província do Piauí, foi notável e rápido o progresso da povoação Gameleira. Esse apontamento pode também ser analisado a partir dos jornais da época, onde havia descrições sobre a Vila de Periphery:

PERIPERI.—D’esta localidade fez-nos há poucos dias uma lisongeira descrição, de viva voz, o sr. Capitão José Alexandre Teixeira, que tendo indo à Sobral por ali passou em seu regresso. Melhor que Piracuruca para o passado; mais populosos do que a Villa da Batalha ou do que a de Pedro segundo; vantajosamente collocado entre esses três pontos que lhe são inferiores em fertilidade e sossego. O Periperi parece-se com uma espécie de paraíso terreal, onde ao lado da abundancia reina a paz e a concórdia entre seus hospitaleiros habitantes. [...] Tão importante logar não é ainda nem freguezia canonicamente instituida: quase que só vive para pagar tributos, sem aferir vantagens! [...] A expensas dos fieis da localidade está sendo edificada uma igreja, em logar separado da antiga capella fundada pelo padre Domingos de Freitas Silva.²⁰⁷

Sobre o trabalho realizado por Domingos de Freitas Silva pela instrução da Província, Teresinha Queiroz destacou o seu papel ao descrever a situação da educação no Piauí:

[...] Teve inicio de forma efetiva na alçada particular, com escolas fundadas em Jaicós, Piripiri e Parnaíba. [...] O padre Francisco Domingos de Freitas Silva, regente de latim em Parnaíba, [...] ao mudar-se em 1844 para sua fazenda Piripiri fundou nova escola primária e um curso de latim para atender à população daquela aera.²⁰⁸

²⁰⁶ Ibid., p. 50

²⁰⁷ Descrição da Vila de Periphery em 1874. Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Jornal Oitenta e Nove, nº 22/ edição 00022 de 24 de Abril de 1874/ Coluna Notícias.

²⁰⁸ QUEIROZ, T. de J. M. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz, MA: Ética, 2008. p.14-15.

A iniciativa de Domingos foi importante no sentido de que não ocorreu apenas no âmbito educacional. Ela se deu no campo da religião, da política e da economia também. Com isso, suas ações não se tornaram fragmentadas, havia uma harmonia entre esses campos de atuação de Domingos de Freitas Silva, o que foi determinante para o progresso da população. Os registros encontrados no APEPI e os relatos da historiografia tradicional apontam que o Estado só se fez atuar na povoação de Periphery depois do falecimento de Domingos de Freitas Silva, o que é relevante analisar que enquanto esteve na administração da Vila, atuou no sentido de conseguir desenvolvê-la.

Mas, boa vontade apenas não bastava. Volta e meia o trabalho do padre-educador, se deparava com as dificuldades de provimento e mantimento da educação da povoação. Nos documentos do APEPI, é possível encontrar várias solicitações feitas pelo vigário pedindo ajuda no mantimento da escola por ele implantada. Entre tantas, verificamos duas enviadas para o presidente da província João José de Oliveira Junqueira do ano de 1858:

[...] A fim de ser ouvido e atendido, reclamo às minhas súplicas, cordialmente agradecendo a Vossa Excelência urgente benefício a juventude, que forneça meios para o funcionamento desta escola por mim mantida com muita dificuldade.²⁰⁹

Em outro ofício, datado de 01 de outubro de 1858, enviado ao então presidente da Província, Domingos de Freitas Silva, reclamava em nova súplica por não ter tido o seu pedido atendido. O documento trata de uma insistência de Domingos de Freitas Silva à causa da instrução pública. Nele, o administrador e educador clamava:

[...] Excelentíssimo Sr. Presidente desta Província, venho por meio de tão muito importante documento, implorara que olhe por essa povoação que mui necessita de cuidados. Por não ter na presente data o meu pedido atendido, envio nova solicitação. Informo a Vossa Excelência, que infelizmente sozinho não posso fazer tanto pela causa da instrução, sozinho não dou a fazer o ofício de educador todos os filhos dessa tão humilde terras que já se encontra em grande número. Ofereço ensino gratuito, mas por contar com muitos moços nesse lugar, os proprietários desta Vila pensam em contratar professores particulares. Rogo por Vossa Excelência ser homem de mui respeitável nome, receba com boa vontade o pedido da povoação.²¹⁰

²⁰⁹APEPI, Série: Município/ Subsérie: Piripiri/ Cx.: 170; Ofício enviado ao presidente da província João José de Oliveira Junqueira no dia 19 de maio de 1858

²¹⁰APEPI, Série: Município/ Subsérie: Piripiri/ Cx.: 170; Ofício enviado ao presidente da província João José de Oliveira Junqueira no dia 18 de outubro de 1858.

Assim como os relatórios analisados, existem tantas outras solicitações de atendimento educacional da população, tendo em vista que o trabalho realizado pelo padre atraía famílias interessadas pelo benefício da religião, da instrução e da terra. A população com isso crescia consideravelmente, necessitando de cuidados do Estado. A falta de apoio do governo central, somada à falta de recursos materiais da Província, acabava, por muito, limitar a ação desses agentes que, por meio da força de seu trabalho, atuavam de seu modo, modificando espaços, construindo estratégias que permitiriam a consolidação de seus esforços. Muitos desses indivíduos atuavam no projeto educacional não apenas edificando escolas, mas também, no exercício de instruir.

Os documentos analisados permitem ver o personagem atuando como administrador, tornando-se elo entre o Estado e a população. Em vista disso, pode-se dizer que ao envolver-se com a causa da educação, sendo o seu precursor naquela povoação, atuava também nessa esfera, como um agente político com sua iniciativa não institucionalizada que se tornou decisiva no processo de alicerçamento educacional, a qual, timidamente, passava a Província piauiense.

É necessário que se diga que o trabalho introduzido na educação da população que habitava o sítio Gameleira contribuiu na formação da geração que administraria política e economicamente a cidade de Piripiri. Por meio dessa iniciativa, muitos de seus alunos tornaram-se os próximos professores, os primeiros músicos, poetas, profissionais do ramo civil e atuantes na administração política do local. Homens e mulheres que, posteriormente, ajudaram no desenvolvimento de Piripiri.

Pouco tempo depois de seu falecimento, o governo da Província determinou por meio da resolução, nº 692, a criação de uma cadeira de instrução primária na Vila de Piripiri. Como se vê em publicação do jornal O Piauí de 29 de Agosto de 1870:

Art.1 Ficão creadas trez cadeiras de instrucção primária, uma para o sexo feminino na Villa da Batalha, outra para o sexo masculino no povoado de Peripery, e a terceira para a de mesmo sexo no das Missões do Aruazes, no município de Valença.²¹¹

Essa resolução inaugurou a instrução pública de modo institucional, formalizada, oficial e mantida pelo Estado. Todavia, por essa data, Domingos de Freitas Silva já havia

²¹¹ APEPI, Jornal O Piauí, nº 140 de 29 de Agosto de 1870/ Resolução que oficializa a cadeira de instrução primária na Vila de Peripery do ano de 1870.

encetado as bases da educação da povoação da Vila de Peripery, que já contava nesse ano, com uma escola particular fundada, em 1868, por um dos alunos de Domingos de Freitas Silva, Antônio Lopes Castelo Branco, que deu o nome a instituição de Colégio São José. Com base nesse contexto, é possível concluir que anterior à ação do Estado naquela povoação, vieram as iniciativas da sociedade civil. A própria população se encarregou de dar rumos aos novos brasileiros, aos novos piauienses e pipiririenses. De certo, essa não foi uma ação isolada e exclusiva a essa população. Sabe-se que na própria Província do Piauí – a exemplo está o trabalho realizado por Padre Marcos de Araújo Costa – ocorreram iniciativas que vieram primeiro das mãos de homens comprometidos com os rumos que a jovem Nação tomaria. A prescrição da gratuidade do ensino era uma ousadia liberal da Constituição de 1824 que, embora não tenha se constituído em grande escala, se organizou pelas mãos de civis com ações de cunho liberal, que iam salpicando escolas nas pequenas povoações e, com isso, contribuindo para o desenvolvimento da Nação, das Províncias e do futuro da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período em que viveu Domingos de Freitas Silva ficou caracterizado pela historiografia como sendo de grandes transformações. Constitui-se um período de transição colônia-império que marcou profundamente o início de uma nova era em nosso país, determinando transformações econômicas, políticas e culturais limitadas a certos núcleos, porém, importantes à época.²¹² Essas transformações foram importantes para que conquistássemos a emancipação política do Brasil e iniciássemos o processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Contudo, essas mudanças não ocorreram naturalmente, foi necessária a conscientização e o trabalho de alguns homens que, em um ou em outro momento, atuaram para que o Brasil se transformasse em uma Nação. Esse período caracterizou-se também pela construção do Estado brasileiro que nas sociedades modernas é resultado ou de uma construção política ou de uma construção proveniente de atos políticos, sendo instrumento da ação coletiva da nação e da sociedade civil. Entretanto, muito foi feito para que hoje pudéssemos usufruir dos direitos garantidos pelo Estado. Pois, até que este se consolidasse,

²¹² WEBERE, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral para a civilização brasileira**. 6 ed. São Paulo: DIEFEL, 1985, p 367.

foram travadas discussões, lutas e embates políticos realizados por agentes comprometidos com o futuro incerto do Brasil. O trabalho desses homens contribuiu para, além da conquista da Independência, também, no processo de construção do Brasil como país independente, como Nação.

O personagem que esse trabalho se propôs a analisar esteve presente em ambos os momentos decisivos mencionados acima, que acarretaram no processo de construção do aparelhamento burocrático administrativo e jurídico através da constituição do Estado e no florescimento da Nação. Sendo esta última, acontecimento do primeiro, pois, é necessário que se compreenda o Estado brasileiro como demiurgo da Nação.²¹³

De modo geral, a população em sua maioria desconhecia a importância daquele momento político e de suas conjecturas que acarretam na Independência do Brasil e no nascimento da Nação. Todavia, existia, entre alguns homens envolvidos com a política imperial, o pensamento de que a consolidação do Estado e a construção da Nação seriam condições determinantes para o progresso. Foi a ação desses agentes conscientizados da importância de uma ruptura com o antigo regime que determinou os rumos do Brasil.

Entre eles, haviam os que promoveram militância no processo de independência, levantando fogo nas suas armas, defendendo o Brasil do domínio lusitano, outros, promoveram debates políticos que fomentaram o desejo de mudança e conscientização de algumas camadas da sociedade, outros ainda, engajaram-se no esforço de solidificação da jovem Nação, promovendo com suas ações a estruturação do Estado brasileiro.

Foram eles insurgentes, intelectuais, administradores e, acima de tudo, políticos, pois tomaram para si a responsabilidade do presente e do porvir do Brasil. Esses políticos plasmaram as trajetórias socioeconômicas formatando o Brasil-Nação com características presentes até os dias atuais.

Domingos de Freitas Silva foi um desses homens que exerceu características políticas em todos os seus ofícios, seja como padre, educador ou administrador. Seu engajamento político com o Brasil surgiu já no período anterior a criação do Estado-Nação ao posicionar-se a favor do Brasil, participando dos movimentos que acabaram por promover o processo de desestabilização do antigo regime, fato que acarretou a Independência política do Brasil. Todavia, esse evento não solucionou os problemas vivenciados pela colônia e pelo Império, havia muito a ser feito para que o Brasil alcançasse o *status* lançado pela modernidade de Nação civilizada. Faltava um aparelhamento burocrático centralizado que, de fato, operasse

²¹³ ISTVÁN, Jancsó (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: FAPESP/Hucitec/ UNIJUÍ, 2003. p. 703.

nos atrasos de ordem social. O povo necessitava de educação, assistência administrativa e política e, também a nação, que sem esses elementos não se construiria nos moldes modernos.

O Estado recém-criado se comprometera em prover meios para a mudança da realidade social do Brasil, no entanto, pouco fez nesse primeiro momento. Muitas foram as razões aqui apontadas nesse trabalho em discussões anteriores sobre a ineficiência do Estado, todavia, as lacunas não preenchidas acabaram por fazer surgir agentes que trabalharam em favor da solidificação do Estado Nacional brasileiro. Domingos de Freitas Silva, em suas ações ao longo de seu recurso, nos faz percebê-lo como um desses homens que atuaram nesses vazios, nessas brechas ocasionadas pela omissão do Estado para com a sociedade, desenvolvendo a *sui generis* ideia de Nação.

Atuou contra a inorganicidade da sociedade brasileira, propiciada pelo imprevisto e pela fragilidade do Estado, buscou desenvolver por meio de uma rede de solidariedade a estruturação socioeconômica, educacional, religiosa e de sentimento coletivo de pertencimento patriótico que, de certo modo, contribuíram tanto para o desenvolvimento do Estado, conseqüentemente, para viabilização da existência plena da Nação, ao promover organização social resultantes de seus esforços dedicados em prol da povoação do local onde se instalou.

Inferese que o trabalho de Domingos de Freitas Silva acabou por apresentar um tipo de ideia-força da organização que o Brasil necessitava, contribuindo para o desenvolvimento político-administrativo que barrou o desenvolvimento de possíveis interesses individuais ou de grupos particulares, promovendo com essa organização a coesão, pois por meio de suas ações, a população progredia assistida de meios para que seu desenvolvimento em meio às brechas do Estado fosse possível.

Faz-se relevante mencionar que as pesquisas realizadas na construção desse trabalho, nos faz concluir que as ações de Domingos de Freitas Silva em prol do Povoado de Periphery, propiciaram o rápido progresso da povoação, o seu acelerado processo de independência judicial e territorial. O fato de ter nascido sob o signo da religião e das letras e, não das fazendas de gado, como a maior parte das cidades piauienses, sem dúvida é a explicação do desenvolvimento de Periphery, perdurando até os dias de hoje já como Piripiri.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí**. Teresina: COMEPI, 1988.

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. 60º Edição. Parnaíba: COMEPI, 1985.

_____. 64º Edição. Teresina: EDUFPI, 1997
Edições dos anos de 1985, 1997.

ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Vol. I, Porto: Portucalense Editora, 1967.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989, p.61.

ALMEIDA, Luís Castanho de. **O sacerdote Diogo Antônio Feijó**. Petrópolis: Vozes, 1951.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Bravos do Paiuí! Orgulhai-vos... A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866**. Teresina: Editora EDUFPI, 2011.

_____. *O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: contribuição para construção do império em 1823*. **Revista Clio**. n. 33.2 (2015): Dossiê: Nação, Cidadania, Insurgências e Práticas políticas, 1817-1848 - parte 2.

AZZI, Riolando. **A igreja Católica na formação da Sociedade brasileira**. São Paulo: Editora Santuário, 2008.

BARROSO, Liberato. **A instrução pública no Brasil: pelo Conselheiro José Liberato Barroso - 1867**. Pelotas: Seiva. 2005.

BELAVEL, Yvon. **História de la filosofia: racionalismo, empirismo e ilustracion**. Madrid: Siglo XXI Editores, 1985.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. **História da independência do Piauí**. Teresina: Cia. Editora do Piauí, 1959.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BOSHE, Eduardo Theodoro. **Quadros alternados** (impressões do Brasil de D. Pedro D). Tradução de Vicente de Souza Queirós. Pref. de Affonso de E. Taunay. São Paulo : Garraux , 1929.

CALDEIRA, Jorge (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira**: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização. São Paulo: Mimeog, 1972.

CASSIRER, E. **A filosofia do iluminismo**. Tradução Álvaro Cabral. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

CASTRO, Francisco. **A guerra do Jenipapo**: a independência do Piauí. São Paulo: FTD, 2002.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa**. Teresina: Ed. FMC, 2005

COSTA FILHO, A. **A Escola do Sertão**: ensino e sociedade no Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 7a. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, Hygino. **História das religiões no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíyene, 1924.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O Pacto imperial**: Origem do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

DORNAS FILHO, João. **O Padroado e a Igreja Brasileira**. São Paulo: Nacional, 1938.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. v 2. São Paulo: Globo, 1977.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de, VEIGA, Cyntia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FREITAS, Maria Leonília de. **Professor Felismino Freitas**: educação como missão e vocação. Maria Leonília de Freitas, Francisco Antônio Freitas de Sousa, Francisco Newton Freitas. – Teresina: Zodíaco, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Prefácio: a biografia como escrita da História. In: SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

ISTVÁN, Jancsó (org). **Brasil**: formação do Estado e da Nação. São Paulo: FAPESP/Hucitec/UNIJUÍ, 2003.

LEFEBVRE, Mons. Marcel. **DO LIBERALISMO À APOSTASIA**: A Tragédia Conciliar. Tradução de Idelfonso Albano Filho. Rio de Janeiro: Editora Permanência, 1991.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa/ Rio de Janeiro: Livraria Portugal - Civilização Brasileira, 1938.

LEMBRANÇAS E APONTAMENTOS do Governo Provisório da Província de São Paulo para seus deputados. In: ANDRADA e SILVA, José Bonifácio de. **Obras Científicas, Políticas e Sociais**. Coligida e reproduzida por Edgar de Cerqueira Falcão. São Paulo, 1965.

LONDONÕ, Fernando Torres. **A outra família: concubinato, igreja e escândalo na colônia.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MAVIGNIER, Diderot dos Santos. **No Piauí, na terra dos tremembés.** Parnaíba: Sieart, 2005.

MELLO, Cléa Rezende Neves de. **Memórias de Piripiri.** Brasília: Ne.No,p.67, 1996.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do Catolicismo no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1972.

MORAES, Antônio Carlos R. **Território e História no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2005, p.93.

NEVES, Abdias. **A guerra do Fidié.** 3. ed. Teresina, projeto Petrônio Portela, 1985.

NEVES, Lúcia Maria B. P; MACHADO, Humberto Fernandes. **O império do Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____.Constituição: usos antigos e novos de um conceito no Império do Brasil (1821-1860). In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (orgs). **Repensando o Brasil dos Oitocentos: cidadania, política e liberdade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí.** vol. IV. Teresina: Fundapi. Fund. Mons. Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público.** 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2003.

OCTÁVIO, Tarquínio de Sousa. **A vida de D.Pedro I.** vol 3, Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

_____. **Fatos e personagens em torno de um regime.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

PAIVA, José Maria de. **Padre Vieira**. São Paulo: Ícone, 2002.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 1990.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Educação no Piauí (1880-1930)**. Imperatriz: Ética, 2008.

RAMALHO, Jether Pereira. **Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lahar, 1976. p. 39.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do humanismo a Kant**. São Paulo: Paulus, 1990.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV/UFRJ, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: Revolução e Contra-Revolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

SAES, Décio. **Classe Média e política na Primeira República (1889-1930)**. Petrópolis: Vozes, 1975.

SANTANA, Judith Alves. **O Padre Freitas de Piripiri**. Parnaíba: COMEPI, 1984. p. 32.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 12. ed. v. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 362.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p.20.

SUCUPIRA, Newton. **O ato Adicional de 1834 e a Descentralização da Educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

TAPAJOS, Vicente. **Historia Administrativa do Brasil: organização política e administrativa do império**. Coord. de Vicente Tapajós. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Publico, 1984.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes**. São Paulo: Barcarolla, 2008.

TOLLENARE, Louis François. **Notas dominicais**. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956, p.11.

VAINFAS, RONALDO. **Trópico dos pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1984.

VARELA, J; ALVAREZ URIA, F. **A maquinaria escolar**. Porto Alegre: Teoria e Educação, 1992.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 2. ed., Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

WEBER, Max. **Ciência e Política**: Duas Vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2004. p.64.

WEBER, Thadeu. Autonomia e dignidade da pessoa humana em Kant. In: **Direitos Fundamentais & Justiça**. Porto Alegre: HS Editora, 2007, p. 233.

WEBER, Maria José Garcia. A educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral para a civilização brasileira**. 6 ed. São Paulo: DIEFEL, 1985.

Artigos e livros da internet

ARAÚJO, Johny Santana de. O PIAUÍ NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA: CONTRIBUIÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO EM 1823. **CLIO - Revista de Pesquisa Histórica**. n. 33.2, 2015.

BRANDIM, Ana Cristina de Sousa. Paul Ricoeur e Michel De Certeau: A Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou A Hermenêutica dos Rastros do Outro. **Revista de Teoria da História**. Ano 2, Número 4, dezembro, 2010.

CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. O padre Feijó e a questão do celibato clerical. **Revista Ciências Humanas**. Taubaté. v. 7 n° 2, 2001.

CRUZ, Manuel Braga da. Os católicos e a política nos finais do século XIX. *Revista Análise social*, vol. XVI (61-62), 1980.

DE SOUSA NETO, Marcelo. Fé, bens e política: Piauí e Maranhão em disputa (1822- 1903). **MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES**, 11(29),JAN / JULHO, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Acultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Revista Educação e Pesquisa**. v. 30, nº 01, p. 139-160, jan/abr, 2004.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. NAÇÃO E CIVILIZAÇÃO NOS TRÓPICOS: O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO E O PROJETO DE UMA HISTÓRIA NACIONAL. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988.

IANNI, Octávio. A questão nacional na América. **Revista Estudos Avançados**. vol.2 nº 1 São Paulo Jan./Mar. 1988.

JURT. Joseph. O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República. **Revista Mana**. vol.18 n.3, 2012.

LIMEIRA, Aline Morais. Luzes da Instrução: Iniciativas particulares de escolarização no século XIX. **Revista Teias**, v. 12, nº 25, 2011.

MOREIRA, Wellington Coelho. Paternidades sacrílegas: Testamentos e testemunhos da ruptura do celibato frente ao ultramontanismo na diocese de Goyaz (1891-1907). **Revista ABHR**, maio de 2009.

MISIAK, Eliane. O retorno do indivíduo como objeto da história: reflexões à luz da teoria semiótica história da historiografia. **Revista História da Historiografia**, n.9. Ouro Preto, Agosto 2012.

OLIVEIRA, Maria Wellitania. A FÉ, O IMPÉRIO E A RELAÇÃO DE SIMBIOSE. **Revista Cereus**, v. 4, n. 1, jan-abr/2012.

POLLACK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, nº 3, vol. 2, p. 3-15, 1989.

SANTOS, Jackson Novaes. Vestígios do “Lugar Social” na escrita dos Memorialistas. **CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DA UESC**, 2009.

SCREMIN, Mayra. A exaltação da razão no iluminismo e a crítica à razão instrumental da escola de Frankfurt. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3570.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). **Revista Brasileira de História**. vol.32, nº63, São Paulo, 2012.

SORATO, Madalena Maria. O Liberalismo Radical De Frei Caneca: O Typhis Pernambucano como agente formador da Consciência Revolucionária. **Caderno de Resumos** da VII JORNADA DO HISTEDBR. Campinas-SP: UNIDERP, 2007. v. 1. p. 1-21.

SOUSA, FRANÇOISE Jean de Oliveira. Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. **Revista Almanaque Braziliense**, v. 8, nov 2008.

VALA, Jorge Manoel. Os católicos e a política nos finais do século XIX. *Análise Social*, vol. xxxii (140), (1.º), 7-29, 1997.

Monografias, dissertações e teses:

DIAS, C. M. M. **O outro lado da história**: o processo de independência do Brasil visto pelas lutas no Piauí 1789- 1850. (Tese de Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

LIMA, Lane Lage Gama. **A confissão pelo avesso**. (Tese de Doutorado) - Departamento de História USP, São Paulo, 1991.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da instrução**: A feminização do magistério primário piauiense. (Dissertação de Mestrado) – Fortaleza, 1996.

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir**: a instrução popular na Corte imperial. (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba**: Educação e Sociedade na Primeira República. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. **Entre o rígido e o flexível**: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma no clero mineiro (1844-1875). (Dissertação de Mestrado). UNICAMP/CAMPINAS, São Paulo, 2010.

QUEIROZ, Germana Costa. **A Igreja Católica e Estado no Maranhão Colonial (1750-1777)**. (Dissertação de conclusão de curso) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2007.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do altar à tribuna: os Padres Políticos na formação do Estado nacional brasileiro (1823-1841).** (Tese de Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil. (Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Páginas da Internet:

<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=cordel&pasta=&pesq=Domingos%20de%20Freitas%20e%20Silva>

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37432-28-junho-1831-564103-publicacaooriginal-88123-pl.html

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>

<https://ecclesiam.wordpress.com/2011/08/31/catolicos-liberais-os-piores-inimigos-da-igreja/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm

www.proparnaiba.com.br/cultura/180-anos-de-memoria-viva-simplicio-dias-da-silva.html-1

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/crono/acervo/tx12.html>

Fontes:

AEBM- Caixa Doc. 5536, fl s/n.

APEPI – Jornal A Imprensa, nº 182. Coluna Publicações Geraes 18/01/1869.

APEPI- Jornal A Imprensa, nº 555. Coluna Noticiário 24/08/1868.

APEPI, Jornal O Piauhy, nº 140 de 29 de Agosto de 1870.

APEPI, Poder Executivo ex. 01/ Série: Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual/ 1845-1859.

APEPI, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual/ Relatório enviado ao Presidente da Província José Mariano Lustosa do Amaral em 23 de outubro de 1859.

APEPI, Caixa 170/ Série: Municípios/ Subsérie: Piripiri/ Documento s/n. Carta ao recrutador geral de voluntários das freguesias do norte da Província do Piauí Lívio Lopes Castelo Branco e Silva do ano de 1865.

APEPI, Caixa 170/ Série: Municípios/ Subsérie: Piripiri/ Documento s/n.

APEPI, Cx. 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos do ano de 1845.

APEPI, Cx. 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos do ano de 1846.

APEPI, Cx. 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcelos do ano de 1846.

APEPI, Cx 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província José Antônio Saraiva do ano de 1850.

APEPI, Cx 01, Poder executivo/ série: falas, mensagens e relatórios do executivo provincial e estadual. Relatório do presidente da Província José Antônio Saraiva do ano de 1851.

APEPI, Códices do poder executivo provincial/ Lv. 01 de Ofícios Eclesiásticos.

APEPI. Cx. 03. Sala do Legislativo 1835-1843. Fala do Presidente da Província o Sr. Barão da Parnaíba de 4 de maio de 4 de maio de 1835.

APEPI, Série: Município/ Subserie: Piripiri/ Cx: 170; Ofício enviado ao presidente da província João José de Oliveira Junqueira no dia 19 de maio de 1858.

APEPI, Série: Município/ Subserie: Piripiri/ Cx: 170; Ofício enviado ao presidente da província João José de Oliveira Junqueira no dia 18 de outubro de 1858.

Biblioteca Nacional Digital Brasil. Jornal Oitenta e Nove, nº 22/ edição 00022 de 24 de Abril de 1874/ Coluna Notícias.

Mapa da Província do Piauí/ Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/ Acervos: Cartografia.

Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca (PI)- Livro de Batismo n 06-1830 a 1836 – fl. 1 a 3.

Paróquia de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca (PI)- Livro de batismo n 01/ 1838-1847 s/n.

Paróquia de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca (PI)- Livro de batismo n 01/ 1838-1847 s/n.

Paróquia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca (PI) - Livro de óbito n 03/ 1821-1838
s/n.

ANEXOS

A's 2 horas da tarde do dia 27 do preterito—falleceu na povoação do Piripury—2.º districto deste termo, o Revd.º Domingos de Freitas e Silva, victima de uma terrivel hydropesia que o havia ultimamente atacado.

Era, o illustre finado, um sacerdote conceituado e distincto por seus robustos talentos litterarios, e maduros conhecimentos de theologia e moral.

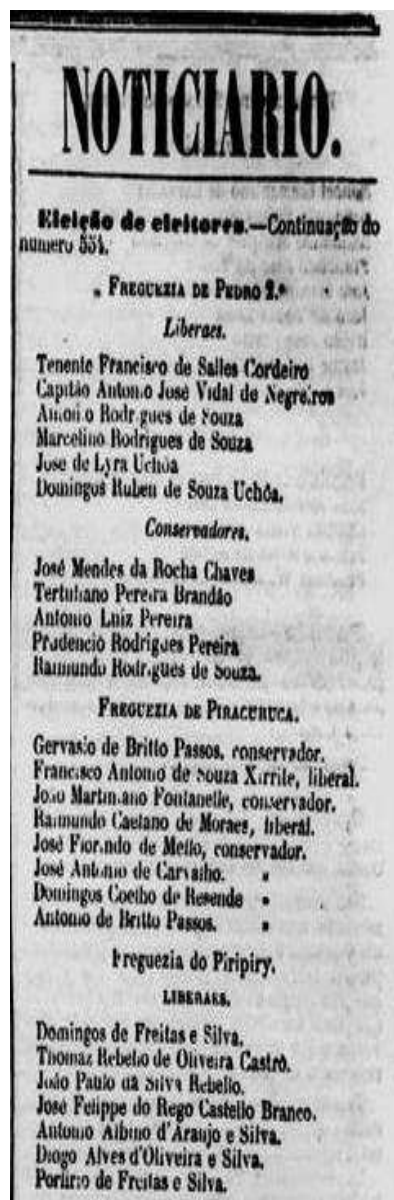
Como politico, foi sempre um fervoroso apostolo das ideias liberaes, e como cidadão—foi um dos heroicos veteranos da independencia do Brasil.

Sua morte foi geralmente sentida e pranteada pela totalidade dos habitantes daquela povoação, da qual foi fundadôr, e principal motôr do seu desenvolvimento moral e material. Perdeo o paiz—, um filho benemerito que tinha incontestavel jús a sua gratidão, e o partido liberal,—um amigo sincero, leal e sempre constante.

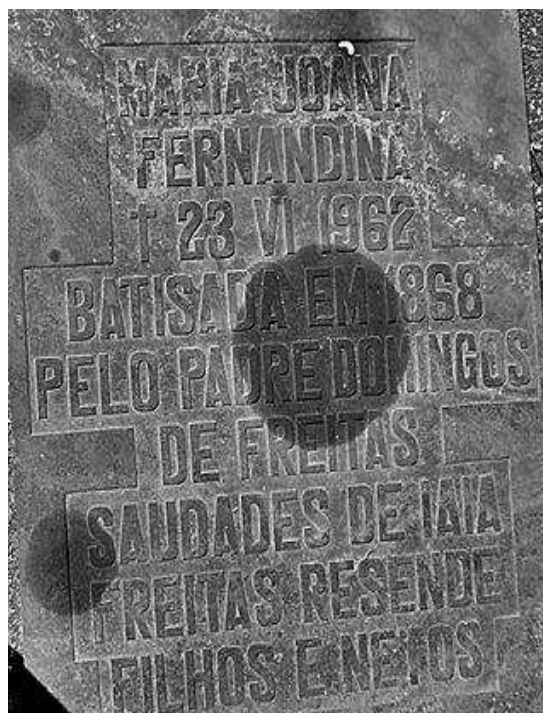
A' sua Exm.ª familia, apresentamos nossos sinceros pesames.

1- Notícia da Morte de Domingos de Freitas Silva

Fonte: APEPI – Jornal A Imprensa, nº 182. Coluna Publicações Geraes 18/01/1869



2- Relação dos Eleitores das Paróquias da Província do Piauí
 Fonte: APEPI- Jornal A Imprensa, nº 555. Coluna Noticiário 24/08/1868



3- Lápide em Ardósia com registro do exercício eclesiástico de Domingos de Freitas Silva
Fonte: Cemitério São Francisco-Piripiri-PI

N.º 29

1826
14 de Maio

Recbi o seu Officio datado de Trinta de Junho
 proximo passado un o qual me participa que
 por Provisão do seu Prelado se acha constituido
 Nigau Encarregado da Frequencia de Nes-
 sa Senhora do Carmo da Pracuruca, e como
 tal impossibilidade de continuar no officio de
 Professor da Cadeira de Grammatica Latina des-
 sa Villa da Parnaíba; pelo que se permite
 do dito Emprego. Na intelligencia, pois, de se
 pender tempo a dorre lhe que accute a sua de-
 missão = Deus Guarde at. M.º Palácio
 do Governo de Curas hum 8 de Agosto de mil oi-
 to centos vinte e seis = Parnaíba da Parnaíba,
 Presidente = Ruy de S.º Senhor Nigau Do-
 mingos de Freitas Silva

Antonio
Lima
Freitas

4- Pedido de afastamento do officio de professor na Vila de Parnaíba/1826
 Fonte: APEPI, Códices do poder executivo provincial/ Lv. 01 de Officios Eclesiásticos.

Sr. D. Acarado
 Casal de Pernambuco
 civil. Cadeia de Peripery
 via de Recife 20 de Abril.
 br. de 1858.

Sr. e Ex. Senhor

Senhor

1858

1/0

Carabais aprouvados, habetantem me-
 te a criação de uma cadeira de
 Peripery de Peripery, para a qual
 respeitável presença de V. Ex. e
 suas qualidades superiores, e condi-
 ções de justiça e dignidade de me-
 rito de V. Ex. devida a esta
 sua representação benévola me-
 ra, que sustenta V. Ex. a criação
 sobre a qual que aprofundar
 Ofim desta Representação Ex.
 Senhor, é implorar a V. Ex. a cria-
 ção da cadeira de 1.ª Letras de
 sua masculina provisoramente nesta
 Cadeia, a qual é tão necessária -
 que os proprietários do lugar su-
 jectos - se não com o Professor pro-
 pter, a fim de darem a divisão
 ensino a seus filhos, do qual se que-
 rem, e a qual, e que seus pais
 meios suficientes para satisfazer
 as representações dos pais, e a maior por-
 te da moralidade privada de sua
 tão necessária educação, por falta de
 dos meios próprios para a educa-
 ção de seus pais, e que não se
 contenta a fim de V. Ex. lançar as
 vistas de clemência como a seguir -

Solicitação de criação da cadeira de primeiras letras na povoação de Peripery-1858
 Fonte: APEPI, Série: Município/ Subserie: Piripiri/ Cx: 170

PERIPERI.—D'esta localidade fez-nos ha poucos dias uma lisongeira descripção, de viva voz, o sr. capitão José Alexandre Teixeira, que tendo ido á Sobral—por ali passou em seu regresso.

Melhor do que Piracuruca para o passadio; mais populoso do que a villa da Batalha ou do que a de Pedro segundo; vantajosamente collocado entre esses tres pontos que lhe são inferiores em fertilidade e socego—o Periperi parece-se com uma especie de paraizo terreal, onde ao lado da abundancia reina a paz e a concordia entre os seus hospitaleiros habitantes, dos quaes o viajante se despede saudoso e agradecido.

Tão importante logar não é ainda nem simples freguezia canonicamente instituida: quasi que só vive para pagar tributos, sem auferir vantagens!

Negão-lhe até uma agencia de correio!

—A expensas dos fieis da localidade está sendo edificada uma igreja, em logar separado da antiga capella fundada e doada pelo fallecido padre Domingos de Freitas e Silva.

Descrição da Vila de Periperi em 1874

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Jornal Oitenta e Nove, nº 22/ edição 00022 de 24 de Abril de 1874/ Coluna Notícias.

Theresina.—SEGUNDA-FEIRA 29 DE AGOSTO DE 1870. NUMERO 140.

O PIAUHY.

ORGÃO DO PARTIDO CONSERVADOR

Qui autem persevererit in legem perfectam libertatis, et permanserit in eo, non auditor obliviosus factus, sed factor operis; hic beatus in facto suo erit. Epist. B. Jacobi cap. 1 v. 25

<p>GOVERNO DA PROVINCIA</p> <p><i>Resolução n. 692. Publicada em 3 de agosto de 1870. Crea tres cadeiras de instrução primaria uma de sexo feminino na villa da Batalha e duas do sexo masculino nas povoações do Periperi e Missões dos Aruazes.</i></p> <p>Manoel José Espinola Junior, vice-presidente da provincia do Piahy. Faça saber a todos os seus habitau-</p>	<p>tes, que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:</p> <p>Art. 1.º Ficão creadas tres cadeiras de instrução primaria, uma para o sexo feminino na villa da Batalha, outra para o sexo masculino no povoado do Periperi, e a terceira para e este mesmo sexo no das Missões dos Aruazes, no municipio de Valença.</p> <p>Art. 2.º Estas cadeiras terão os grãos e vencimentos que lhes competirem segundo a cathegoria dos lu-</p>	<p>gares a que pertencem.</p> <p>Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.</p> <p>Manoel, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertencer, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem.</p> <p>O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.</p> <p>Palacio do governo da provincia do Piahy 3 de agosto de 1870, 49.º da Independencia e do Imperio.</p>	<p><i>Manoel José Espinola Junior</i> Lago do sol. <i>Leopoldo Fernandes de Mello</i> Nella sexta secretaria do p... no 27 Piauhy 3 de agosto de 1870 O secretario provincia de recetario <i>João de Noronha Gervasio</i> Nota secretaria do governo Piahy, foi publicada a presente resolução, em 3 de agosto de 1870. <i>João de Noronha de Gervasio</i></p>
---	---	---	--

Resolução que oficializa a cadeira de instrução primária na Vila de Periperi do ano de 1870.

Fonte: APEPI, Jornal O Piahy, nº 140 de 29 de Agosto de 1870

